



Serviço Público Federal



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

DTIC[®]

PROCESSO 23411.000969/2016-10



Processo disponível para recebimento com
código de barras

Cadastrado em 23/02/2016

Nome(s) do Interessado(s):	Caixa:	Identificador:
DIRETORIA DE ENSINO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS EDUCACIONAIS (EAD)		11071505
IVONE VIEIRA	SER-01149	2110659
Tipo do Processo: AJUSTE CURRICULAR		
Assunto Detalhado: AJUSTE CURRICULAR DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SEGURANÇA DO TRABALHO, OFERTADO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA - PPC/CTST/EAD - OFERTA 2015		
Unidade de Origem: DIRETORIA DE ENSINO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS EDUCACIONAIS (EAD) (11.07.15.05)		
Criado Por: IVONE VIEIRA		
Observação: AJUSTE CURRICULAR DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SEGURANÇA DO TRABALHO, OFERTADO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA - PPC/CTST/EAD - OFERTA 2015		

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino	Data	Destino
23/02/2016	DIRETORIA DE ENSINO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS EDUCACIONAIS (EAD) (11.07.15.05)		
26/02/2016	DIRETORIA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO (PROENS) (11.07.02.05)		
30/06/2016	DIRETORIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD) (11.07.15)		
07/07/2016	COORDENAÇÃO DE CONTROLE ACADÊMICO E INFRAESTRUTURA DE POLOS (EAD) (11.07.15.14)		

SIPAC | DTIC - Diretoria da Tecnologia de Informação e Comunicação - IFPR - Para dúvidas acesse o HelpDesk Institucional | Copyright © 2005-2016 - UFRN - homemcoisa.ifpr.edu.br.srv1inst1



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE ENSINO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS EDUCACIONAIS (EAD)**

**MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 12/2016 - DEDRE/EAD
(11.07.15.05)
(Identificador: 201638707)**

**Curitiba - PR, 25 de Fevereiro de
2016.**

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD)

Assunto: Ajuste Curricular PPC - Curso Técnico em Segurança do Trabalho

Considerando a avaliação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho realizada pela equipe pedagógica da Diretoria de Ensino e Desenvolvimento de Recursos Educacionais;

Considerando a necessidade de revisão e alteração da matriz curricular, ementas, metodologias e atribuições de acordo com o a constituição dos Nutead do referido curso.

Solicitamos que o processo de ajuste curricular nº 23411.000969/2016-10 seja encaminhado para análise da Diretoria de Ensino Médio e Técnico - DEMTEC.

Atenciosamente,

(Autenticado em 25/02/2016 11:07)

EDUARDO FOFONCA

DIRETOR

Matrícula: 1567387

Fechar

© UFRN | DTIC - Diretoria da Tecnologia de Informação e Comunicação - IFPR
25/02/2016 13:15



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD)



MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 39/2016 - EAD (11.07.15)
(Identificador: 201638716)

Curitiba - PR, 25 de Fevereiro de
2016.

DIRETORIA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO (PROENS)

Assunto: Ajuste Curricular PPC - Curso Técnico em Segurança do Trabalho

Conforme informações apresentadas no memorando eletrônico nº 12/2016 da Diretoria de Ensino e Desenvolvimento de Recursos Educacionais da DEaD, esta Diretoria encaminha para análise e aprovação da DEMTEC, o processo 23411.000969/2016-10, ajuste curricular do PPC do Curso Técnico em Segurança do Trabalho.

Atenciosamente,

(Autenticado em 25/02/2016 15:13)
FERNANDO ROBERTO AMORIM SOUZA
DIRETOR
Matrícula: 3783519

Fechar

© UFRN | DTIC - Diretoria da Tecnologia de Informação e Comunicação - IFPR
25/02/2016 15:14



INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



RESOLUÇÃO Nº 58/10.

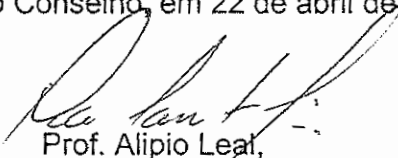
Aprova a convalidação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho - Subsequente – Ensino a Distância

O CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e, tendo vista o contido no parecer exarado pela Conselheiro Luiz Gonzaga Alves Araújo no processo nº 63.001189/2009-60:

RESOLVE:

Aprovar a convalidação do Curso de Técnico em Segurança do Trabalho – Subsequente na Modalidade de Ensino a Distância do Campus Curitiba, aprovado em 13 de abril de 2007, pelo Conselho Diretor da Escola Técnica da UFPR, que continuou sendo ofertado no Instituto Federal do Paraná em face da Lei 11.892/2008.

Sala de Sessões do Conselho, em 22 de abril de 2010.


Prof. Alípio Leal,
Presidente.



INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO – PROENS
DIRETORIA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO
COORDENAÇÃO DE ENSINO MÉDIO E
TÉCNICO

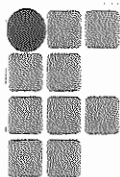


Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

CURITIBA
2016



INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO
EM SEGURANÇA DO TRABALHO**

**Autorizado pela Resolução nº 58 de 22 de abril de 2010 do
Conselho Superior - IFPR**

**CURITIBA
2016**



INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Reitor Pro Tempore
Elio de Almeida Cordeiro

Pró-reitor de Ensino
Ezequiel Westphal

Diretor de Ensino Médio e Técnico
André Carvalho Baida

Coordenador de Ensino Médio e Técnico
Marissoni do Rocio Hilgenberg

Diretor(a) Geral da Educação a Distância
Fernando Amorim

Diretor(a) de Ensino, Pesquisa e Extensão
Eduardo Fofonca

Coordenação do Curso
Alexandre Dullius



SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	4
2. CARACTERÍSTICAS DO CURSO	5
3. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO CURSO	6
3.1. Justificativa da oferta do Curso	6
3.2. Objetivos do curso	7
3.3. Perfil profissional de Conclusão	7
3.4. Critérios de Avaliação da aprendizagem	8
3.4.1. Da presencialidade no curso.....	15
3.5. Critérios de aproveitamento de estudos anteriores e procedimentos de avaliação de competências anteriormente desenvolvidas	15
3.5.1. Aproveitamento de Estudos Anteriores.....	15
3.5.2. Certificação de conhecimentos anteriores	16
3.6. Instalações e equipamentos, recursos tecnológicos e biblioteca	17
3.7. Pessoas envolvidas – docentes e técnicos	21
3.8. Descrição de diplomas e certificados a serem expedidos	21
3.9. Organização Curricular.....	22
3.9.1. Concepções Pedagógicas.....	26
3.9.2. A pedagogia histórica-crítica e o curso em técnico em Segurança do Trabalho	26
3.9.3. Delineamento da organização curricular	28
3.9.4. A organização dos módulos.....	29
3.9.5. Matriz Curricular.....	31
3.10. Ementas dos Componentes Curriculares.....	33
4. DOCUMENTOS ANEXOS.....	63
4.1. Regulamento de Estágios do Instituto Federal do Paraná.....	63
4.2. Orientações sobre o estágio não obrigatório	72
4.3. Portarias.....	76
4.4. Ata de aprovação do ajuste curricular dos cursos técnicos	83
5. REFERÊNCIAS	84



1 IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

PROCESSO NÚMERO:	23411.000969/2016-10
-------------------------	----------------------

NOME DO CURSO: Curso Técnico em Segurança do Trabalho – Modalidade EAD

EIXO TECNOLÓGICO: Ambiente, Saúde e Segurança
--

COORDENAÇÃO Coordenador: Alexandre Dullius E-mail: alexandre.dullius@ifpr.edu.br Telefone: (41) 3721-8308 - (41) 9731-8920 - (41) 9155-4015

LOCAL DE REALIZAÇÃO/CÂMPUS (endereço): Diretoria de Educação a Distância- Avenida Senador Salgado Filho, 1200 – Guabirota, Curitiba-PR. CEP 81510-000		
TEL: 41 – 3595-1800	HOME-PAGE: www.ead.ifpr.edu.br	E-mail: direcaogeral.ead@ifpr.edu.br

RESOLUÇÃO DE CRIAÇÃO: RESOLUÇÃO Nº 58 DE 22 DE ABRIL DE 2010

APROVAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO ()
AJUSTE CURRICULAR DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (x)
COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PPC OU AJUSTE CURRICULAR: Eduardo Fofonca Vania Carla Camargo Gioconda Gigghi Lucilene Fátima Baldissera Alexandre Dullius



2 CARACTERÍSTICAS DO CURSO

Nível: Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Modalidade: a distância

Forma de Oferta: subsequente

Tempo de duração do curso: 2 anos

Turno de oferta: noturno

Horário de oferta do curso: das 19h00min às 22h40min

Carga horária Total: 1264 horas

Carga horária de estágio: Não estão previstas atividades de estágio por não possuir obrigatoriedade prevista em Lei.

Número máximo de vagas do curso: 3000

Número mínimo de vagas do curso: 2000

Ano de criação do curso: 2010

Requisitos de acesso ao Curso: Ensino médio completo, aprovação no processo seletivo regulamentado pela Pró-Reitoria de Ensino em parceria com o campus ou por meio de sorteio realizado pelo campus ofertante do curso.

Tipo de Matrícula: Componentes Curriculares.

Regime Escolar: Por componentes curriculares

Instituição Parceira: A partir do processo de descentralização dos cursos técnicos da Diretoria de EaD para os campi, as parcerias, quando houver, serão estabelecidas pelos próprios campi mediante a demanda da região local e o interesse do IFPR e das instituições demandantes.



3 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

3.1. Justificativa da oferta do Curso

A necessidade de profissionais capacitados, o planejamento, a implementação e identificação de gerenciamento e medidas de controle em sistemas de segurança laboral, atuando na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e do meio ambiente por meio da promoção da saúde, prevenção de doenças do trabalho, acidentes industriais, em todos os setores diretos ou indiretos da economia, tem sido amplamente discutido pelo Ministério do Trabalho em Emprego (MTE), conforme consta do plano de Estratégia Nacional para Redução dos Acidentes do Trabalho 2015-2016. Tal documento ressalta que os agravos à saúde do trabalhador no Brasil apresentam grande relevância e têm desafiado as políticas públicas e a atuação do Estado, exigindo uma ação mais ampla e coordenada, de modo a reduzir os danos aos trabalhadores, ao orçamento da Seguridade Social e à economia do país.

O documento preconiza ainda a busca de medidas complementares como a capacitação e educação continuada em Segurança e Saúde no Trabalho (SST); Articulação interinstitucional visando a inclusão de conhecimentos básicos em SST no currículo dos programas de aprendizagem, do ensino técnico, profissionalizante e superior, assim como nos cursos para empreendedores; articulação interinstitucional visando a revisão de referências curriculares para a formação de profissionais em SST, de nível técnico, superior e pós-graduação.

Parte dessas medidas podem ser atingidas por intermédio de cursos de educação de nível técnico através da educação à distância. Desta forma, a presente proposta de plano pedagógico do Curso Técnico em Segurança no Trabalho visa contribuir de forma direta na formação e/ou qualificação de novos profissionais que terão acesso à oferta deste curso no âmbito da educação a distância do Instituto Federal do Paraná – IFPR. Além do mais, está prevista nesta, em sua organização curricular, seminários locais, que poderão ser organizados e ofertados pelos polos presenciais, de forma a valorizar e



contemplar as características locais nas quais se inserem os profissionais técnicos em segurança do trabalho.

O PPC é uma construção coletiva, que prioriza a construção do conhecimento conforme a especificidade na área de atuação, em consonância com as demandas e buscando identificar os nichos ou Arranjos Produtivos Locais (APL) para a atuação do técnico em segurança do trabalho, integrada aos princípios do IFPR, voltados a uma educação profissional e tecnológica pública, gratuita e de qualidade.

3.2 . Objetivos do Curso

- Oportunizar as aprendizagens necessárias para a formação de profissionais de nível técnico em segurança do trabalho, que atuem em ações preventivas nos processos produtivos, com auxílio de métodos e técnicas de identificação, avaliação e medidas de controle de riscos ambientais de acordo com normas regulamentadoras e princípios de higiene e saúde do trabalho.
- Capacitar o estudante para desenvolver ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho, na orientação ao uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC); no desenvolvimento de atividades de coleta e organização de informações de saúde e de segurança no trabalho, e execução do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA); investigação, análise de acidentes e recomendações de medidas de prevenção e controle, contribuindo para a melhoria das relações interpessoais no ambiente de trabalho, sobretudo na aquisição de conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos que permitam participar de forma responsável, ativa, crítica e criativa da vida em sociedade, na condição de técnico cidadão.

3.3. Perfil profissional de Conclusão

O profissional de nível técnico em segurança do trabalho deverá atuar cooperativamente em equipes multidisciplinares, obedecendo às normas de



organização e segurança. Assim, elencadas as principais atividades deste profissional:

- Elaborar e implantar política de segurança e saúde do trabalho dentro de instituições públicas e privadas, empresas dos ramos industrial e/ou comercial;
- Auditar e acompanhar inspeções de segurança, voltados à promoção da segurança e saúde do trabalho, bem como qualidade de vida dos trabalhadores;
- Prevenir e auxiliar no controle de doenças e acidentes de trabalho; educar por meio de ações, na área de segurança e saúde do trabalho;
- Elaborar documentos destinados à área de segurança e saúde do trabalho;
- Analisar procedimentos em acidentes de trabalho com lesão ou danos materiais, promovendo a prevenção de acidentes e/ou doenças profissionais; avaliar a rotina de trabalho e os processos de trabalho, sugerindo medidas e sistemas de proteção coletiva e individual;
- Planejar o ambiente de trabalho, avaliação, sistemas de segurança, normas e regulamentos internos; programar ações de integração preventivas, palestras, cursos destinados à diminuição de acidentes, controle de sinistros, relações interpessoais e produção com vistas à melhoria do ambiente de trabalho; Apresentar às chefias e trabalhadores formas de ação que interajam com vários setores, controlando eventos acidentais; usar estratégias que enfoquem a prevenção para conscientizar trabalhadores; preceituar valores de segurança, integrando-os à qualidade do trabalho, ao meio ambiente, à produção e ao controle de despesas nas empresas.

3.4. Critérios de Avaliação da aprendizagem

De acordo com Vasconcellos (2012), a avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os problemas identificados/obstáculos. Desse modo, a avaliação dos educandos, sendo uma importante etapa do processo de ensino e aprendizagem, torna-se um tema recorrente, porém esta interfere sensitivamente nas formas, métodos e modelos dos processos avaliativos – e é diante deste cenário que a abordagem torna-se



necessária de ser amplamente debatida pela comunidade docente e pela comunidade escolar.

De acordo com Palangana e Galuch

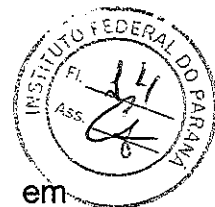
A avaliação é, sem dúvida, um momento significativo dos processos de ensino e aprendizagem, uma vez que, a princípio, dela advêm os elementos que instruem a continuidade desses processos: a segurança para avançar na discussão de novos conhecimentos, de cuja compreensão depende o desenvolvimento de capacidades mais complexas de pensamento; ou, ao contrário, a constatação da necessidade de retomar conceitos, relações, enfim, o conteúdo estudado ou parte dele, haja vista as dificuldades detectadas. A avaliação é, pois, o parâmetro que orienta o constante ir-e-vir imprescindível ao ensino realizado numa continuidade histórica e à aprendizagem de conteúdos que fazem sentido aos estudantes (PALANGANA E GALUCH, 2007, p. 30).

Neste sentido, a avaliação do curso terá como foco a qualidade da formação dos profissionais que estarão ou estão atuando no mundo do trabalho. A avaliação do Curso de Nível Técnico na modalidade EaD se dará por meio de análises e acompanhamento criteriosos e periódicos do Projeto Pedagógico, organizadas, orientadas e avaliadas pela Coordenação do Curso.

Cabe ainda destacar que esse processo deve-se consolidar efetivamente no projeto Pedagógico do Curso baseado na Portaria nº 120/09 que trata do sistema de avaliação na Resolução 54/2011 do Conselho Superior do Instituto Federal do Paraná, que trata da Organização Didático-Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem na modalidade de educação a distância para os cursos técnicos EaD está de acordo com as normativas do IFPR. Assim o processo de avaliação será realizado em função dos objetivos propostos em consonância com o perfil do egresso e a modalidade, levando em consideração:

- A participação individual e coletiva no polo e no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).
- A leitura dos materiais didáticos digitais e/ou impressos e mural de informações referentes ao andamento do curso.
- A resolução das atividades presenciais e a distância.
- Avaliação presencial no polo, sendo individual e sem consulta.



- Participação nas ferramentas do AVA: fóruns, pesquisas e participação em seminários.

Considerando ainda que a Portaria nº 120/09 do IFPR destaca o processo de avaliação no âmbito de seus campi como uma etapa do processo de ensino e também da aprendizagem. Esta portaria em seu Artigo 4º inciso III preconiza que na avaliação os estudantes devem ser considerados agentes ativos do processo de aprendizagem e, saber antecipadamente, o que será avaliado, de maneira que as etapas sejam claras aos mesmos.

O acompanhamento da aprendizagem dos discentes ~~como~~ terá como princípios os seguintes aspectos:

- Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.
- Atividades contextualizadas.
- Diversidade de instrumentos avaliativos.
- Diálogo mediador com os estudantes.
- Divulgação dos critérios avaliativos antes da efetivação das atividades e da aplicação dos instrumentos avaliativos.
- Apoio disponível para aqueles que têm dificuldades, ressaltando a recuperação quando necessário.
- Incidência da adequação pedagógica mais coerente sob a ótica da construção de conhecimentos e atitudes.
- Importância conferida às aptidões dos estudantes, aos seus conhecimentos prévios e ao domínio atual dos conhecimentos que contribuam para a construção do perfil do egresso no mundo do trabalho.

A Educação a Distância (EaD) do IFPR adota a Pedagogia Histórico-Crítica como norteadora do processo de ensino e de aprendizagem. Conseqüentemente, a prática da avaliação ocorre pela mesma proposta pedagógica. Esta tem por princípio a valorização dos conhecimentos científico-culturais necessários à atuação e à transformação das realidades sociais.

Em conformidade com a Teoria Histórico-Crítica, busca-se realizar uma avaliação dinâmica, aberta, contextualizada e centrada no papel mediador do professor, o qual exerce uma postura dialógica e cooperativa, proporcionando a



autonomia e a participação aos discentes. Assim, o professor oferece um conjunto de informações e de conhecimentos abertos a interferências e modificações por parte do aprendiz.

O docente também usará, na sua metodologia de ensino, contextos sociais incorporados a situações autênticas, relevantes ao mundo real e à cultura da prática, a fim de fomentar a atividade intelectual individual e social dos estudantes. Sua função é prepará-los e desafiá-los a aplicarem o conhecimento que lhes é fornecido nas diversas questões pessoais e sociais às quais devem responder no seu dia a dia. O estudante, por sua vez, deve deixar de ser um mero receptor e passar a manipular os conteúdos exercendo uma postura crítica, agindo como coautor do conhecimento e protagonista de sua aprendizagem.

Para que este processo de avaliação seja efetivado há o compromisso dos profissionais envolvidos (professores, tutores, coordenadores) com a proposta do curso e no planejamento do trabalho pedagógico (organização dos materiais, planejamento das avaliações etc.) considerando o discente com seus conhecimentos prévios, as particularidades de cada grupo, respeitando as diversidades sociais e culturais. Assim a avaliação dos estudantes deverá ser formativa, portanto integral, processual e contínua.

As atividades avaliativas estarão em consonância com os objetivos propostos para cada componente curricular e contará com múltiplos instrumentos de avaliação para compor a avaliação do estudante, a saber: atividades com questões de múltipla escolha, discursivas, fóruns, estudos de caso provenientes do mundo do trabalho, atividades de aprendizagem em grupo, rodas de conversa, discussões em equipe, leituras de materiais complementares, participação ativa em seminários, realização de portfólios, relatórios.

Os resultados parciais obtidos no processo de avaliação serão emitidos por componente curricular e divulgados no AVA, devendo ser expressos por conceitos, sendo:

CONCEITOS	DESCRITORES
A	A APRENDIZAGEM do estudante foi PLENA , isto é, atingiu os objetivos propostos pelo componente curricular ou área de conhecimento.



B	A APRENDIZAGEM do estudante foi PARCIALMENTE PLENA , isto é, <u>atingiu os objetivos propostos pelo componente curricular ou área de conhecimento.</u>
C	A APRENDIZAGEM do estudante foi SUFICIENTE , atingiu os objetivos propostos e não há comprometimento à continuidade do trabalho no componente curricular ou área de conhecimento.
D	A APRENDIZAGEM do estudante foi INSUFICIENTE , isto é, não atingiu os objetivos propostos, inviabilizando o desenvolvimento no componente curricular ou área de conhecimento.

Serão considerados como critérios para a avaliação da aprendizagem do estudante:

- **Identificação do problema:** atividade em que o estudante toma conhecimento do problema proveniente do mundo do trabalho; analisa e conclui quanto ao que está solicitado e quanto ao que é necessário fazer para a solução do mesmo;
- **Elaboração de hipóteses:** após análise da situação, o estudante formula caminhos possíveis para a solução pretendida a partir das hipóteses formuladas e dos seus próprios ensaios, concluindo com a solução que pareça mais adequada à questão proposta;
- **Conhecimento técnico:** possuir conhecimento técnico para embasar a solução para as questões propostas para o estudante;
- **Comunicação:** habilidade discente de articulação, fundamentação, clareza e objetividade de ideias;
- **Interesse e dedicação:** atitude discente primeira e indispensável para o estudante que tem a intenção de construir um conhecimento determinado, mediante a atenção e/ou concentração e esforço para acompanhar as atividades de aula, esclarecendo dúvidas, complementando, exemplificando;
- **Participação:** conduta discente ativa, como sujeito de reconstrução do conhecimento, mediante o registro das ideias desenvolvidas e/ou cumprimento das tarefas e/ou intervenções deduzidas e/ou questionamentos fundamentados;



- **Pontualidade:** atitude descecente reveladora de compromisso com as responsabilidades escolares em que o estudante apresenta cumprimento dos horários e/ou tarefas propostas;
- **Solidariedade:** conduta discente de atenção ao próximo e de preocupação coletiva, socialização de informações, experiências e conhecimentos que possam beneficiar o grupo, mediante disposição de partilhar conhecimentos já construídos e/ou disposição de acompanhar e orientar o desempenho escolar do companheiro.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES AVALIATIVAS	
AD1 - Fóruns	Trata-se de uma atividade assíncrona que viabiliza a troca de informações, de impressões de leituras e de conhecimentos prévios dos estudantes. Esse tipo de atividade permite o diálogo entre os estudantes do componente curricular, por intermédio e orientação do professor na formulação da questão chave do fórum, mas também dos tutores/mediadores no processo de intervenção pedagógica.
AD2 - Atividades discursivas	Atividade individual com questões provenientes do mundo do trabalho discutidas presencialmente com os colegas de classe e tutor e posteriormente postado no Ambiente Virtual de Aprendizagem como um questionário aberto (discursivo).
AD3 - Atividades Objetivas	São atividades que se caracterizam por questões fechadas do formato múltipla escolha.
AP1 - Atividade presencial AVALIAÇÃO GERAL	São atividades que se caracterizam por questões fechadas do formato múltipla escolha.
Segunda Chamada	São atividades que se caracterizam por questões fechadas do tipo múltipla escolha para os estudantes que não puderam comparecer presencialmente ao dia da avaliação da AP1 pelos motivos descritos na Portaria nº 120/2009 (Serviço militar, falecimento de parentes de primeiro grau, licença gestação/adoção, doença infectocontagiosa, internamento hospitalar, força maior).



AP2- Atividade Presencial AVALIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO	No decorrer do período avaliativo serão oportunizados estudos de recuperação de aprendizagem, conforme Portaria 120/2009 aos estudantes que não atingiram os conceitos C, B ou A. São atividades que se caracterizam por questões fechadas do tipo múltipla escolha para os estudantes que não obtiveram o conceito geral mínimo como "Suficiente" (C) em um ou mais componentes curriculares. O resultado desta atividade será composta com as demais atividades avaliativas do estudante no decorrer no componente curricular.
AP3 - Atividades de aprendizagem	Caracterizam-se por serem realizadas em grupo presencialmente no polo por meio de discussão e construção coletiva por meio das questões propostas pelo professor do componente curricular.
AP4 - Seminários locais	Atividade elaborada por cada campus para trabalhar com o estudante as demandas locais, que necessitam de conhecimentos técnicos específicos.

Os resultados obtidos durante o processo avaliativo deverão ser informados ao estudante e, caso haja dificuldade de aprendizagem, o professor/tutor presencial deverá orientar o mesmo para que este avance em direção aos objetivos da avaliação previamente estabelecidos.

O planejamento do processo de recuperação da aprendizagem é de responsabilidade do professor do componente curricular baseado na sinalização dos tutores do estudante da necessidade de recuperação, devendo envolver a identificação das dificuldades apresentadas pelos estudantes, a fim de que sejam selecionadas as atividades que serão realizadas com o intuito de promover a aprendizagem dos mesmos.

No processo de recuperação da aprendizagem, o professor elaborará atividades diversificadas, tais como roteiro de estudos, assessoria pedagógica (do professor/tutor presencial/tutor em hora assistência), participação nos projetos de atividades complementares e/ ou entre outras atividades que o professor sugerir. Como forma de avaliar a recuperação da aprendizagem o estudante responderá a uma atividade objetiva que comporá os demais resultados obtidos no decorrer do componente curricular. É de responsabilidade ^{do} ~~de o~~ estudante procurar o professor/tutor presencial/tutor em seu horário de assistência, porém o



professor/tutor presencial/tutor terá autonomia de convocar o estudante caso julgue necessário.

Outro elemento importante no processo avaliativo dentro da DEaD é o Conselho de Classe, caracterizado como uma instância avaliativa que analisa, discute, orienta e delibera de forma colegiada sobre os processos de ensino e aprendizagem.

3.4.1. Da Presencialidade

De acordo com a **Resolução 06/2012 do CNE** a carga horária presencial nos cursos técnicos na EaD será de 20% e a mesma será contabilizada por meio de:

- Assistir às aulas de forma presencial nos polos;
- Realização de atividades de aprendizagem em grupo;
- Participação nas atividades no AVA;
- Realização da atividade avaliativa presencial;
- Participação ativa nos seminários locais.

3.5. Critérios de aproveitamento de estudos anteriores e procedimentos de avaliação de competências anteriormente desenvolvidas

3.5.1. Aproveitamento de Estudos Anteriores

O aproveitamento de estudos anteriores e a certificação de conhecimentos anteriores estão regulamentados pela resolução 54/2011 que normatiza a Organização Didático-Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR.

Esse procedimento compreende o processo de aproveitamento de componentes curriculares cursados com êxito em outro curso de educação profissional técnica de nível médio, quando solicitado pelo estudante.

O pedido realizado pelo estudante deverá ser protocolado junto à tutoria em seu polo de apoio, e este encaminhará à Secretaria Acadêmica da Diretoria de Educação a Distância, onde o mesmo será avaliado por Comissão de Análise



a ser definida pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão da Diretoria de Educação a Distância. Será aceita solicitação apenas do estudante que estiver matriculado no componente ou ainda não tê-lo cursado.

São critérios para concessão do aproveitamento:

I – Correspondência entre as ementas, os programas e a carga horária cursados na outra instituição e as do curso no IFPR. A carga horária cursada não deverá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) daquela indicada no componente curricular do curso no IFPR.

II – Além da correspondência entre os componentes curriculares, o processo de aproveitamento de estudos será realizada uma entrevista e uma prova discursiva com o objetivo de avaliar o estudante nos conhecimentos anteriores. Esta entrevista será conduzida pelos professores da comissão de análise do componente curricular o qual estudante pede aproveitamento. A entrevista terá um peso de 50% e o resultado da prova terá o valor de 50% da avaliação do estudante no componente curricular o qual ele pede aproveitamento de estudos anteriores.

Uma vez concedido o aproveitamento, a Secretaria Acadêmica registrará no sistema de controle acadêmico a frequência e o desempenho atingidos pelo estudante no componente curricular cursado na instituição de origem.

3.5.2. Certificação de conhecimentos anteriores

De acordo com a LDB 9394/96 e a Resolução CNE/CEB nº 04/99, o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Entende-se por certificação de conhecimentos anteriores a dispensa de frequência em Componente Curricular do curso do IFPR em que o estudante comprove excepcional domínio de conhecimento através da aprovação em avaliação realizada sob a responsabilidade de Comissão composta por professores da área de conhecimento correspondente.



O pedido realizado pelo estudante deverá ser protocolado junto à tutoria em seu polo de apoio, e este encaminhará à Secretaria Acadêmica da Diretoria de Educação a Distância, onde o mesmo será avaliado por Comissão de Análise a ser definida pela Direção de Ensino e Desenvolvimento de Recursos Educacionais da Diretoria de Educação a Distância. Será aceita solicitação apenas do estudante que estiver matriculado no componente ou ainda não tê-lo cursado.

Para certificação de conhecimentos anteriores o estudante será avaliado em seus conhecimentos técnicos e experiência profissional anterior por meio de uma entrevista e uma prova discursiva, com o objetivo de avaliar o estudante nos conhecimentos anteriores. Esta entrevista será conduzida pelos professores da comissão de análise do componente curricular o qual o estudante pede aproveitamento. A entrevista terá um peso de 50% e o resultado da prova terá o valor de 50% da avaliação do estudante no componente curricular o qual ele pede aproveitamento de estudos anteriores.

Também poderá ^{ser} exigido comprovação profissional na área que solicita certificação de conhecimentos anteriores.

Importante salientar que não se aplica a certificação de conhecimentos anteriores no componente curricular do estágio supervisionado.

Caberá à Direção de Ensino e Desenvolvimento de Recursos Educacionais da Diretoria de Educação a Distância encaminhar à Secretaria Acadêmica através de processo individual por estudante, contendo os componentes curriculares aproveitados com os respectivos conceitos avaliativos, acompanhados de atas e/ou relatórios das avaliações assinado pelos membros da Comissão designada para tal.

3.6. Instalações e equipamentos, recursos tecnológicos e biblioteca:

1. Um prédio, com subsolo, térreo e primeiro andar.



2. Uma Direção Geral, com a seguinte infraestrutura: 01 mesa de reuniões com 10 cadeiras; 01 jogo de sofá 2 e 3 lugares; 01 computador; 01 telão interno para projeção; 01 retro projetor; 01 mesa de trabalho; 01 ar condicionado.
3. Uma Direção de Ensino, com a seguinte infraestrutura: 01 mesa de reunião com 06 cadeiras; 01 mesa de trabalho; 01 computador Desktop, 01 notebook, 07 cadeiras, 01 impressora, 01 linha telefônica, 01 ar condicionado, 01 bebedouro, 02 armários de 2 portas.
4. Secretaria executiva, com a seguinte infraestrutura: 01 computador; 01 mesa de trabalho; 01 impressora.
5. Uma Direção Administrativa/Financeira, com a seguinte infraestrutura: 04 mesas de trabalho; 04 cadeiras; 04 computadores; 02 impressoras; 01 televisão com 29 polegadas; 02 linhas telefônicas; 01 fax; 01 aparelho de som; 01 ar condicionado.
6. Uma Sala de Recepção, com a seguinte infraestrutura: 01 mesa de trabalho, 01 computador; 01 mesa de reunião com 04 cadeiras.
7. Uma Secretaria Geral, com a seguinte infraestrutura: 08 mesas de trabalho com 08 cadeiras; 08 linhas telefônicas; 02 televisores com 29 polegadas; 02 impressoras; 01 ar condicionado. 11. Um Call Center, com a seguinte infraestrutura: 04 computadores; 04 mesas de trabalho; 03 linhas telefônicas; 01 bebedouro.
8. Tutoria, com a seguinte infraestrutura: 09 computadores, 07 linhas telefônicas, 09 áreas de trabalho; 02 televisões com 29 polegadas; 03 balcões com 01 porta.
9. Camarim, com a seguinte infraestrutura: 01 sofá; 02 bancadas; 17 armários com chaves; 02 cadeiras; 01 frigobar; 01 televisor de 29 polegadas; 01 computador; 01 linha telefônica; 01 armário para micro ondas; 01 balcão; 01 balcão com espelho e torneira; 01 ar condicionado.



10. Controle Acadêmico, com a seguinte infraestrutura: 06 mesas de trabalho; 06 cadeiras; 06 computadores; 05 impressoras; 03 linhas telefônicas; 01 televisão com 29 polegadas; 01 ar condicionado.
11. Uma Coordenação Pedagógica, com a seguinte infraestrutura: 01 notebook; 01 cadeira; 01 impressora; 01 armário com 04 portas;
12. Uma Assistência Pedagógica, com a seguinte infraestrutura: 06 mesas de trabalho; 06 computadores; 02 impressoras; 02 televisões com 20 polegadas; 01 balcão com 04 portas; 01 prateleira; 01 ar condicionado.
13. Uma Coordenação de Curso Geral, com a seguinte infraestrutura: 05 computadores; 05 mesas de trabalho; 02 impressoras; 02 armários com 04 portas, uma geladeira.
14. Uma Sala de Tecnologia da Informação, com a seguinte infraestrutura: 04 mesas de trabalho; 04 cadeiras; 04 computadores; 01 impressora; 01 linha telefônica.
15. Sala de Estúdio Número 1, com a seguinte infraestrutura: 02 computadores professor conferencista e professor web; 02 câmeras completas com tripé doly + comunicação; 01 monitor para retorno 21 polegadas; 01 teleprompter + computador; 20 calhas de iluminação com luz fria.
16. Um Cenário para Teleaula, com a seguinte infraestrutura: 05 cadeiras poltronas p/ entrevistas; 05 microfones sem fio de lapela; 01 microfone de mão com fio; 03 microfones de lapela com fio; 01 monitor plasma – quadro inteligente com programa smart; 01 hibrida telephone interface com dois canais para interação; 02 caixas acústicas de retorno para estúdio; 02 linhas de internet; 01 notebook de standby; 01 projetor com telão.
17. Switcher – Control Room – Sala de Controle para Gravação, com a seguinte infraestrutura: 03 aparelhos de DVD rec para gravação; 02 aparelhos de DVD play para exibição; 01 vtr hdv dvcam para captação



- gravação; 01 gerador de caracteres compix; 01 computador para áudio; 01 switcher mesa de corte digital (mx70); 01 mesa de som com 16 canais; 02 distribuidores de áudio e vídeo; 04 monitores para programa – pww 19 polegadas; 02 copiadoras de DVD com 10 gavetas; 02 caixas de som para monitoração e retorno 17. Ilha de Edição não Linear, com a seguinte infraestrutura: 01 computador com placa matrox e vários programas; 03 monitores com 14 polegadas; 01 vtr hdv dvcam fita; 01 aparelho de DVD play; 02 caixas de som para monitoração.
18. Up- Unidade Externa, com a seguinte infraestrutura: 01 câmera completa com tripé + doly; 02 spots de luz com tripé; papel vegetal e gelatina com várias cores; 02 microfones de lapela sem fio; 01 microfone de mão com fio; 02 carregadores de baterias para câmeras; 02 carregadores de baterias para microfones; fitas mine DVD para captação; 01 kaiser (maleta) para câmera + tripé.
19. Sala de Estúdio Número 2, com a seguinte infraestrutura: 02 computadores professor conferencista e professor web; 02 câmeras completas com tripé doly + comunicação; 01 monitor para retorno com 21 polegadas; 01 tele prompter + computador; 20 calhas de iluminação com luz fria.
20. Setor de Design Instrucional com a seguinte infraestrutura, 10 mesas, 11 cadeiras, 07 computadores Desktop, 01 impressora Laser Colorida, 01 linha telefônica, 01 mesa de reunião para 08 pessoas, 01 guilhotina.
21. A biblioteca da EAD/IFPR dispõe de acervo bibliográfico com 1491 livros. Mais de 4896 livros, das mais diversas áreas, foram encaminhados aos campi do IFPR, a fim de que os estudantes possam emprestá-los e consultá-los na biblioteca do campus. Além disso, os discentes da EAD têm acesso a materiais que são disponibilizados virtualmente por meio do ambiente virtual de aprendizagem (AVA).



Observação: Os itens de 1 a 14 estão presentes em todos os Campi. Já na Diretoria Sistêmica da Educação a Distância estão, além dos itens de 1 a 14, os itens de 15 a 21.

3.7. Pessoas envolvidas – docentes e técnicos

Os docentes serão contratados por processo seletivo mediante edital.

Técnicos	Função	Formação	Regime de Trabalho
Jefferson Miranda Antunes	Assistente em Administração	Graduação	40 horas semanais
Juliana Romão Correa	Auxiliar de Biblioteca	Graduação	40 horas semanais
Ricardo Carlos Hartmann	Chefe de Seção da Secretaria Acadêmica	Mestrado	40 horas semanais
Suelem Brugnolo	Chefe de Seção de Gestão de Pessoas	Graduação	40 horas semanais
Rebeca Szczawlinska Muceniecks Ferreira	Pedagoga	Mestrado	40 horas semanais
Lídia Emi Ogura Fujikawa	Designer Instrucional	Graduação	40 horas semanais
Carmen Silvia da Costa	Coordenadora de Tecnologias Educacionais	Graduação	40 horas semanais
Claudiomiro dos Santos de Melo	Técnico Audiovisual	Graduação	40 horas semanais
Jonathan Souza Cruz Barros	Técnico em Informática	Graduação	40 horas semanais
Loeide de Jesus Bezerra	Técnico em Informática	Graduação	40 horas semanais
Tatiana Barbosa	Assistente em Administração	Graduação	40 horas semanais
Ivone Vieira	Técnica em Secretariado	Graduação	40 horas semanais
Gioconda Ghigi	Pedagoga	Especialização	40 horas semanais
Lucilene Fátima Baldissera	Técnica em Assuntos Educacionais	Especialização	40 horas semanais
Eduardo Fofonca	Diretor de Ensino e Desenvolvimento de Tecnologias Educacionais	Doutorado	40 horas semanais

3.8. Descrição de diplomas e certificados a serem expedidos

Os alunos que concluírem os 04 módulos do curso com aproveitamento mínimo Suficiente (C) em todas as unidades curriculares atingindo a condição de APROVADO receberão o Diploma de Técnico em Segurança do Trabalho.



3.9. Organização Curricular

3.9.1. Concepções Pedagógicas

A educação é entendida como o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Em outros termos, isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social global (SAVIANI, 2005, p. 36).

Partimos do pressuposto que não há neutralidade na ação docente e, por isso, requer-se que os envolvidos nos processos decisórios dos pressupostos da relação ensino-aprendizagem assumam um posicionamento sobre os objetivos que esperam alcançar e sobre os modos de promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos sujeitos inseridos em determinado contexto sociocultural.

Concepção pedagógica refere-se a um conjunto de intenções, articulado a conhecimentos teóricos e práticos que oferecem racionalidade científica e base teórica metodológica para a organização das práticas educativas. Para que o docente fundamente sua prática, ele precisa considerar que vive em um contexto concreto de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que tendem a privar a humanidade de perspectivas de existência individual e social, pois as relações estabelecidas são de poder.

A Diretoria de Educação a Distância (DEaD) do Instituto Federal do Paraná (IFPR), como proponente de cursos na modalidade à distância de nível técnico médio, superior e de pós-graduação, além de projetos diversos, insere-se entre aqueles que necessitam assumir uma concepção pedagógica, definindo assim sua compreensão de homem e sociedade, seus pressupostos sobre o papel da escola, sobre os processos de ensino e de aprendizagem, as relações entre estudante-professor, entre outros. Estes pressupostos são condicionados aos aportes teóricos e sociopolíticos assumidos pela instituição por meio de estudos, reflexões e discussões realizadas pela sua equipe pedagógica e demais membros envolvidos.

Para a construção de sua identidade pedagógica, a DEaD reconhece a importância do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 do IFPR,



que discute a dimensão político-pedagógica da instituição. O documento preconiza uma concepção de educação que integre todas as dimensões da vida (o trabalho, a ciência e a cultura) no processo formativo.

Após revisão das tendências pedagógicas brasileiras e um breve levantamento das tendências pedagógicas pós-modernas, optou-se pelo aprofundamento nos estudos sobre a Teoria Histórico-Crítica, preconizada por Dermeval Saviani, Carlos Jamil Cury, Acácia Kuenzer e José Carlos Libâneo (Teoria Crítica-Social dos conteúdos¹). Esta definição justifica-se por tal tendência partir de uma análise crítica das realidades sociais e propiciar que as finalidades sociopolíticas da educação sejam efetivadas, sobretudo na busca da compreensão da realidade para poder transformá-la, por meio da construção de novas relações sociais que superem as desigualdades sociais e econômicas.

Tais finalidades coadunam com o previsto no PDI do IFPR:

Para avançar na constituição de uma escola comprometida com a emancipação humana nos espaços de contradição da sociedade contemporânea, o IFPR insere-se como um lugar de aprender a interpretar o mundo para, então, poder transformá-lo a partir do domínio dos conhecimentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais, bem como dos seus processos de construção, necessários à superação dos conflitos sociais, em uma sociedade cujas relações são, cada vez mais, mediadas pela ciência e pela tecnologia (IFPR, 2014, p.32).

Delimitam-se, a seguir, aspectos relevantes a serem considerados sobre a Pedagogia Histórico-Crítica e suas derivadas:

Referencial Teórico

Todas as concepções pedagógicas devem ter o suporte de uma teoria filosófica e de uma teoria psicológica que as subsidiem. Neste caso, a base filosófica é o materialismo histórico-dialético, a partir das obras de Marx, Gramsci, Manacorda, Suchodolski, pois a prática pedagógica da Pedagogia Histórico-Crítica propõe uma interação entre conteúdo e realidade concreta, visando a transformação da sociedade. A corrente psicológica que a subsidia é a Histórico-

¹ O trabalho de Saviani vem sendo debatido há várias décadas, por seus seguidores ou críticos. As discussões iniciais dessa proposta começaram a ser delineadas no livro "Escola e Democracia", quando o autor propõe uma nova teoria crítica da educação. Nessa teoria ele busca respostas à pergunta: "É possível encarar a escola como uma realidade histórica, isto é, suscetível de ser transformada intencionalmente pela ação humana?" (SAVIANI, 2001, p.30).



cultural (ou Sócio histórica), que por meio dos escritos de Vygotsky, Lúria, Leontiev e Wallon explica o desenvolvimento humano a partir da interação.

Sociedade

A sociedade capitalista caracteriza-se pela divisão em classes, sendo que uma possui os meios de produção, enquanto a outra vende sua força de trabalho para sobreviver. Dessa divisão decorre a divisão social do trabalho e do conhecimento. A escola, sendo o espaço privilegiado de formação, não se isenta dos determinantes sociais e, por isso, pode contribuir para a reprodução ou para a transformação da sociedade. Na perspectiva da pedagogia Histórico-crítica, a classe dominada deve dispor do conhecimento historicamente produzido e fazer dele um instrumento de emancipação. Ressalta-se que a classe dominante já possui este conhecimento e faz uso dele a fim de perpetuar sua dominação.

Ser humano

O ser humano é um sujeito histórico-social que precisa produzir constantemente sua existência. Em vez de se adaptar à natureza, ele adapta a natureza às suas necessidades, ele a transforma por meio do trabalho. O trabalho só pode ser realizado a partir do momento em que o homem antecipa mentalmente a finalidade da sua ação, ou seja, implica em ação intencional. Para Saviani (2012) ao mesmo tempo em que transforma sua realidade concreta, o homem se transforma pelas relações que estabelece no processo de produção, produzindo sua humanidade e alterando sua visão de mundo.

Escola

A escola é o espaço social responsável pela apropriação do saber universal, sendo que sua tarefa primordial é a difusão de conteúdos concretos e, portanto, indissociáveis das realidades sociais.

De acordo com a proposta da pedagogia histórico-crítica o saber objetivo é o saber necessário para a educação, o que permite uma seguinte questão: Qual é o lugar em que se pode obter esse saber objetivo? A resposta é evidente para Saviani, que compreende a Escola como "uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado" (SAVIANI, 2000, p. 18).



Para que a escola sirva aos interesses populares ela deve garantir a todos a apropriação crítica e histórica dos conteúdos escolares básicos e que tenham relevância na vida. A aquisição de conteúdos e a socialização prepara o estudante para atuar no mundo em suas contradições. De acordo com Libâneo (1992, p.13), “A valorização da escola como instrumento de apropriação do saber é o melhor serviço que se presta aos interesses populares, já que a própria escola pode contribuir para eliminar a seletividade social e torná-la democrática”.

Conteúdos de ensino

Conteúdos culturais universais, historicamente construídos e apropriados pela humanidade, permanentemente reavaliados frente as realidades sociais. Para além do “ensinar”, os conteúdos devem ser ligados à significação humana e social, para que assim a experiência imediata e desorganizada do saber que o estudante possui possa, progressivamente, transformar-se em conhecimento científico sistematizado. Não se trata de desvalorizar a apreensão da realidade inicial do estudante, mas levá-lo a uma elaboração superior, mediada pelo professor.

Professor

É um mediador competente, que direciona o processo pedagógico, interfere e cria condições necessárias para a apropriação do conhecimento. O esforço do professor em orientar e abrir perspectivas a partir dos conteúdos; implica em envolvimento com o estilo de vida dos estudantes, tendo consciência dos possíveis contrastes entre sua cultura e a do estudante. Não é suficiente satisfazer apenas as necessidades presentes, mas deve buscar despertar outras necessidades, acelerar e disciplinar os métodos de estudo, exigir o esforço do discente, para que este se mobilize para uma participação ativa.

Métodos de ensino

Os métodos estão subordinados aos conteúdos. Como o objetivo é privilegiar a aquisição do saber vinculado às realidades sociais, os métodos devem propiciar a correspondência dos conteúdos com os interesses dos estudantes, para que estes alcancem a compreensão da realidade. Os métodos



de uma pedagogia Histórico-crítica relacionam a prática vivida pelos estudantes com os conteúdos propostos pelo professor. A introdução explícita dos novos elementos de análise, feita pelo professor, provocam a ruptura com o conhecimento anterior. Por meio da mediação do professor, há o confronto entre a experiência e o conhecimento científico sistematizado.

3.9.2. A Pedagogia Histórico-Crítica e o Curso em Técnico em Segurança do trabalho

Todo sistema educacional se estrutura a partir da questão do trabalho, pois o trabalho é a base da existência humana, e os homens se caracterizam como tais na medida em que produzem sua própria existência, a partir de suas necessidades. Trabalhar é agir sobre a natureza, agir sobre a realidade, transformando-a em função dos objetivos, das necessidades humanas. A sociedade se estrutura em consonância com a maneira pela qual se organiza o processo de produção da existência humana, o processo de trabalho (TUMOLO, 2003).

Gaudêncio (2009), em seu estudo que trata da polissemia da categoria trabalho, trata o trabalho como um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Marx afirma que, na relação com o trabalho, o homem,

mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil à própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1983, p. 149).

O trabalho, como mostra Kosik (1969), é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade. Por isso ele não se reduz à atividade laborativa ou emprego.



É com o desenvolvimento das relações sociais produtivas capitalistas que o trabalho assume o sentido de emprego remunerado e o trabalhador designa a classe trabalhadora. O termo emprego tem origem obscura e é somente no século XVII que assume o sentido de quantidade limitada de trabalho. Ao longo do tempo passou a ter uso mais universal e comum para designar ocupação regular e paga (KOSIK, 1969).

Owen, em 1818, foi quem empregou por primeiro a denominação de classes trabalhadoras “no contexto específico e inconfundível das relações entre ‘trabalhadores’ e seus ‘empregadores’”.

Marx e Engels desenvolveram suas análises no contexto em que eles se consolidam dentro da definição do modo de produção capitalista como forma dominante de relações sociais.

O trabalho é um agir humano que se move na esfera da necessidade. O homem trabalha enquanto seu agir é suscitado e determinado pela pressão da necessidade exterior, cuja consecução se chama necessidade natural ou social. Uma atividade é ou não trabalho, dependendo de ser ou não exercida como uma necessidade natural, isto é, como um pressuposto necessário à existência (NETTO, 2006). O trabalho é intrinsecamente social.

Neste sentido, a sociedade pode ser vista como um grande trabalhador coletivo que pode, na profundidade em que cabe pensar na produção da sociedade, ser formulado em duas determinações sociais. Um trabalhador coletivo pela perspectiva da acumulação e, neste sentido, nós pensaríamos um trabalhador coletivo em que haja uma universalização do trabalho abstrato, tal qual a conhecemos hoje. Mas nós precisamos pensar também no trabalhador coletivo numa outra determinação social, que é a perspectiva do trabalho que produz a sociedade (MAAR, 2006).

Neste sentido, cabe ressaltar a relevância da pedagogia histórico-crítica na formação dos profissionais técnicos em segurança do trabalho, uma vez que a mesma objetiva compreender a questão educacional a partir do seu desenvolvimento histórico e busca a transformação da sociedade em vez da sua manutenção. Ela compreende a educação como capaz de produzir transformações significativas no homem e entende este como sendo um sujeito transformador da sua própria realidade e da sociedade como um todo.



Considerando esta afirmação e os aspectos acima descritos na concepção e desenvolvimento do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, ressalta-se que a temática central “segurança e trabalho” é abordada no âmbito de todo o currículo, buscando através das ementas e bibliografias oferecer ao professor/tutor base para tratar, de forma crítica, cada conteúdo.

Neste contexto, a busca está exatamente em acrescentar as características socioculturais de cada grupo social, respeitando a realidade produtiva local, bem como os seus saberes, estabelecendo uma relação direta com o meio em que se insere o perfil técnico do profissional em segurança do trabalho. O professor/tutor tem o papel de trazer esse conjunto de percepções e representações e deverá viabilizar a apreensão da temática central e seus ramos por parte dos estudantes, realizando a mediação entre o discente e o conhecimento, por meio da prática social. Essa perspectiva perpassa cada componente curricular e permitirá ao profissional uma visão sistêmica do responsável pela segurança no trabalho, com vistas a formar um profissional crítico para o mundo do trabalho.

3.9.3. Delineamento da Organização Curricular

A organização curricular observa as determinações legais presentes na Lei nº 9.394/96, alterada pela Lei nº 11.741/2008, e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução CNE/CEB nº.6/2012). Os cursos técnicos de nível médio possuem uma estrutura curricular fundamentada na concepção de eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, aprovado pela Resolução CNE/CEB nº. 03/2008.

Desta forma, o Curso Técnico em Meio Ambiente está organizado em quatro módulos e uma atividade complementar (Seminários Produtivos Locais²), agregando funções correspondentes ao agrupamento de competências e habilidades da área ambiental. Cada módulo está estruturado para articular os fundamentos teóricos que embasem a conexão entre o conhecimento e sua aplicabilidade na vida profissional e estabelecem, entre si, uma relação dialógica que promove uma educação integradora de conhecimentos científicos, experiências e saberes. Isto possibilita a realização de práticas interdisciplinares

² Atividade elaborada por cada campus para trabalhar com o estudante as demandas locais, que necessitam de conhecimentos técnicos específicos.



na construção do pensamento tecnológico crítico e a capacidade de intervir em situações que o estudante vivenciará ao longo da vida e no ambiente de trabalho. Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros obrigatórios nos currículos, de acordo com as leis federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, serão ministrados em diversos componentes curriculares presentes na matriz curricular deste curso.

3.9.4. A organização dos módulos

O Curso terá a carga horária de 1264 horas distribuídas da seguinte maneira:

Módulo I (Duração: 276h/a): o estudante é apresentado ao universo da Educação a Distância;

Módulo II (Duração 312h/a): O discente construirá as competências técnicas iniciais, que lhe permitirão desenvolver trabalhos voltados a segurança do ambiente de trabalho.

Módulo III (Duração 312h/a): o estudante construirá as competências técnicas iniciais, que lhe permitirão desenvolver trabalhos voltados a segurança do ambiente de trabalho

Módulo IV (Duração 312h/a): o estudante construirá as competências específicas para habilitação com Diplomação em Técnico em Segurança do Trabalho.

Seminários Locais (Duração 52 a/h): este componente permitirá que o estudante aplique os conhecimentos adquiridos nos demais módulos, de acordo com o contexto econômico e socioambiental local/regional de sua inserção.

Para fins de cumprimento da missão IFPR, visando a oferta de uma educação de qualidade, com foco na formação de cidadãos comprometidos com a sustentabilidade, com visão sistêmica, que tenham como valores a ética, a inclusão social, e que respeitem a diversidade humana, cultural e características regionais, o curso seguirá legislações específicas que tratam de temas transversais. Estes devem necessariamente permear a prática educativa, apoiando-se também na interdisciplinaridade e transversalidade, e serão abordados no curso conforme descrito no quadro abaixo:



TEMAS GERADORES	COMPONENTES (PPC)
Lei 10.639/2003 e 11.645/2008, Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de Junho de 2004. Educação para as Relações Etnicorraciais (ERER)	Constará em Ética e Cidadania, e de forma transversal nos componentes de Educação Ambiental em Processos Industriais e seminários locais.
Lei nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso) - art. 22 Educação para o trato com o tema "envelhecimento"	Constará em Ética e Cidadania.
Lei nº 9.394/96, no Título que trata da Educação Especial.	Constará em Ética e Cidadania.
Lei nº 9.795/99 Educação Ambiental	Constará em Ética e Cidadania, Educação Ambiental e de forma transversal em Educação Ambiental em Processos Industriais e seminários locais.
Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Educação para o trânsito	Constará em Ética e Cidadania e de forma transversal em Normalização e Legislação Aplicada.
Lei nº 11.947/2009 – Educação Alimentar e Nutricional.	Constará em Desenvolvimento Pessoal e Profissional e de forma transversal.
Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, e dá outras providências. Educação e respeito aos Direitos Humanos. – Aplica-se a todos os níveis e modalidades.	Constará em Ética e Cidadania, Noções de Direito Ambiental e Políticas Públicas Ambientais e de forma transversal.

3.9.5. Matriz Curricular

MÓDULOS	COMPONENTES CURRICULARES	HORAS/AULA RELÓGIO						Carga horária
		RD	AD1	AD2	AD3	APR1	AP3	TOTAL
MÓDULO 1 Etapa 1	Tecnologias e Ambientes Virtuais de Aprendizagem	20	03	10	05	02	06	46
	Linguagem e Comunicação	20	03	10	05	02	06	46
	Ética e Cidadania	20	03	10	05	02	06	46
MÓDULO 1 Etapa 2	Desenvolvimento Pessoal e Profissional	20	03	10	05	02	06	46
	Empreendedorismo	20	03	10	05	02	06	46
	Organização e implementação de projetos	20	03	10	05	02	06	46
Sub Total		276 HORAS						
MÓDULO 2 Etapa 1	Normalização e Legislação Aplicada	20	05	12	05	02	08	52
	Segurança no Trabalho I	20	05	12	05	02	08	52
	Higiene Ocupacional I	20	05	12	05	02	08	52
MÓDULO 2 Etapa 2	Controle de Riscos e Sinistros	20	05	12	05	02	08	52
	Princípios de Tecnologia Industrial	20	05	12	05	02	08	52
	Instrumentação	20	05	12	05	02	08	52
Sub Total		312 HORAS						
MÓDULO 3 Etapa 1	Segurança no trabalho II	20	05	12	05	02	08	52
	Higiene Ocupacional II	20	05	12	05	02	08	52
	Desenho	20	05	12	05	02	08	52
MÓDULO 3	Segurança no trabalho III	20	05	12	05	02	08	52



Etapa 2	Gerenciamento de Riscos	20	05	12	05	02	08	52
	Higiene Ocupacional III	20	05	12	05	02	08	52
Sub Total		312 HORAS						
MÓDULO 4	Medicina no trabalho	20	05	12	05	02	08	52
	Toxicologia	20	05	12	05	02	08	52
Etapa 1	Segurança no trabalho IV	20	05	12	05	02	08	52
MÓDULO 4	Ergonomia	20	05	12	05	02	08	52
	Educação Ambiental em Processos Industriais	20	05	12	05	02	08	52
	Segurança em eletrotécnica	20	05	12	05	02	08	52
Sub Total		312 HORAS						
SEMINÁRIOS LOCAIS	Cada campus elabora o seu seminário local	20	05	12	05	02	08	52
TOTAL GERAL		1264 HORAS						

Legenda:

RD: Recursos Didáticos: vídeoaula e livro e material para leitura *online*

(ATIVIDADE PRESENCIAL)

AD1: FÓRUM **(ATIVIDADE A DISTÂNCIA)**

AD2: Atividades discursivas - **(ATIVIDADE PRESENCIAL)**

AD3: Atividade com questões objetivas - **(ATIVIDADE A DISTÂNCIA)**

APR1: PROVA **(ATIVIDADE PRESENCIAL)**

APR2: PROVA DE RECUPERAÇÃO **(ATIVIDADE PRESENCIAL)**

AP3: Atividades de aprendizagem **(ATIVIDADE PRESENCIAL)**



3.10. Ementas dos Componentes Curriculares

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Tecnologias e Ambientes Virtuais de Aprendizagem	
Carga Horária 46 horas	Período letivo: Módulo 1 – Etapa 1
Ementa: Características da Educação a Distância e seu histórico. As tecnologias digitais e sua contribuição para a educação a distância. Modalidade Presencial <i>versus</i> Modalidade a Distância. O (a) Estudante na EaD. O Ambiente Virtual de Aprendizagem como sala de aula. As ferramentas do Moodle. Elementos e atividades na plataforma Moodle. As mídias e a interação <i>on-line</i> na educação a distância. Plataformas abertas de conhecimento: Repositórios de Recursos Educacionais Abertos, Mooc, blogs, redes sociais, buscadores.	
Bibliografia Básica: ALMEIDA, M. E. B.; DIAS, P.; SILVA, B. D. (Orgs.) Cenários de inovação para a sociedade digital. São Paulo: Edições Loyola, 2013. BEHAR, P. A. (Org.). Modelos pedagógicos em educação a distância. Porto Alegre: Artmed, 2009. COLL, C.; MONEREO, C. et al. Psicologia da Educação Virtual: aprender e ensinar com as Tecnologias da Informação e da Comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010. KENSKI, V. M. Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2012a. _____. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 9 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012b. LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. (Org.). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.	
Bibliografia Complementar: AREU, G. I. P.; FOFONCA, E. (Orgs.) Integração de Tecnologias e da Cultura Digital na Educação: múltiplos olhares. Curitiba: CRV, 2014. BEHAR, P. A. (Org.). Competências em educação a distância. Porto Alegre: Penso, 2013. BRITO, G. S.; PURIFICAÇÃO, I. Educação e Novas Tecnologias – um Repensar. Curitiba: Ibepex, 2008. LEMOS, A. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2009. SANTAELLA, L. Comunicação ubíqua. Repercussões na cultura e na educação.	

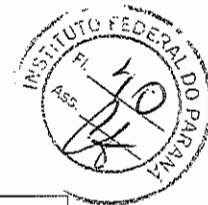


São Paulo: Paulus, 2013.

SANTOS, E. O.; WEBER, A. A. **Educação Online em tempos de mobilidade e aprendizagem ubíqua**: desafios para as práticas pedagógicas na cibercultura. Disponível em <http://www.seer.ufs.br/index.php/edapeci/article/view/1597/PDF>. Acesso em: 10 de dez. de 2015.



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Comunicação e Linguagem	
Carga Horária 46 horas	Período letivo: Módulo 1 – Etapa 1
Ementa: Elementos do processo comunicativo e do processo interlocutório. Estudo da linguagem verbal e não-verbal. Particularidades da linguagem falada e da linguagem escrita. A Língua e suas variedades linguísticas. A estrutura da língua: tipos de gramáticas e abordagens. Funções da linguagem. O texto e os elementos que o compõe: frase, oração, período, paragrafação e pontuação. Articuladores textuais: as relações e produção de sentido. O texto, o contexto e a textualidade. Coesão e coerência textual. Análise e interpretação do texto. Elementos da compreensão textual. Linguagens e Tecnologias. Multiletramentos e novos letramentos sociais no mundo do trabalho.	
Bibliografia Básica: KOCH, I. V. O texto e a construção de sentidos . 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007. MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: _____. Gêneros textuais: constituição e práticas sociodiscursivas . São Paulo: Cortez, 2010. NEVES, M. H. M. Gramática na Escola . 8. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010. PERINI, M. Gramática do português brasileiro . São Paulo: Parábola, 2010. PIMENTEL, E. Intelecção e interpretação de textos . 24. ed. Brasília: Vestcon, 2009. SOLÉ, I. Estratégias de leitura . 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.	
Bibliografia Complementar: ANTUNES, I. Aula de português: encontro e interação . 8. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República . MENDES, Gilmar Ferreira; FOSTER JÚNIOR, Nestor José. 2002. 2. ed. revisada e atualizada por Celso Pedro Luft. Disponível em: < www.planalto.gov.br/Ccivil_03/manual/index.htm >. Acesso em: 23 jan. 2014. FOFONCA, E. Entre as Práticas de (Multi)letramentos e os Processos de Aprendizagem Ubíqua da Cultura Digital: as percepções estéticas dos educadores das linguagens . Tese de Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura, UPM, São Paulo, 2015. FOFONCA, E. Comunicação e Educação: conexões em tempos de	



sociabilidade e convergência digital. Curitiba: CRV, 2012.

ROJO, R.; MOURA, E. (orgs.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

_____. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática: ensino plural**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Ética e Cidadania	
Carga Horária 46 horas	Período letivo: Módulo 1 – Etapa 1
Ementa: Conceitos fundamentais sobre Ética. Valores éticos individuais e organizacionais. Conduta humana fundamentada na ética. A Ética profissional e empresarial. Ética na administração e gestão. A influência do contexto cultural no comportamento ético profissional. A ética no serviço público. A ética, a transparência e a responsabilidade social. Interculturalidade, relações interpessoais e a conduta ética profissional. Cidadania, direitos e deveres do cidadão. Relações Étnico-raciais no Brasil. Inclusão de pessoas com deficiência. Pessoas com deficiência no ambiente de trabalho.	
Bibliografia Básica: ALENCASTRO, M. S. C. Ética empresarial na prática: liderança, gestão e responsabilidade corporativa. Curitiba: Ibpex, 2010. STADLER, A.; ARANTES, E. C.; HALICKI, Z. Empreendedorismo e responsabilidade social. Curitiba: Ibpex, 2011. CARVALHO-FREITAS, M. N. Inserção e Gestão do Trabalho de Pessoas com Deficiência: um estudo de caso. RAC, Curitiba, v. 13, Edição Especial, art. 8, p. 121-138, Junho 2009. COLOMBO, I. M. et al. Ética na gestão Pública. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011. KROTH, V. W.; MARCHIORI NETO, D. L. Políticas de cotas para afrodescendentes no Brasil: considerações sobre a constitucionalidade e a finalidade de sua adoção. Revista eletrônica dos pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC. Volume 3 n. 1 (1), agosto-dezembro/2006, p. 18-43. ISSN 1806-5023. Disponível em: < http://www.emtese.ufsc.br/vol3_art2.pdf >. Acesso em: 03 maio 2011.	
Bibliografia Complementar: DALLARI, D. A. Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna, 1998. PATRUS-PENA, R.; CASTRO, P. P. Ética nos negócios: condições, desafios e riscos. São Paulo: Atlas, 2010. PASSOS, E. Ética nas organizações. São Paulo: Atlas, 2004. SÁ, A. L. Ética profissional. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010. RIBEIRO, M. A. Psicologia e gestão de pessoas: reflexões críticas e temas afins (ética, competência e carreira). São Paulo: Vetor, 2009.	



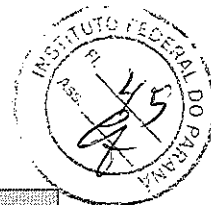
Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Desenvolvimento profissional e pessoal	
Carga Horária 46 horas	Período letivo: Módulo 1 – Etapa 1
Ementa: Autoconhecimento, autoestima e autoconsciência. Inteligência emocional, interpessoal. Marketing pessoal. Trabalho em equipe e críticas no ambiente de trabalho. Motivação e barreiras na comunicação. Administração do tempo: urgência, importância e prioridade. Organização da agenda e Metas pessoais e profissionais Plano de carreira, compromisso social da profissão e qualidade de vida.	
Bibliografia Básica: CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas . São Paulo: Elsevier, 2010. JACQUES, M.G.; CODO, W. Saúde mental e trabalho: leituras . Petrópolis: Vozes, 2002. MOSCOVICI, F. Desenvolvimento interpessoal . Rio de Janeiro: José Olympio, 1998. LOPES, P. Marketing de relacionamento: um diferencial lógico . Porto Alegre: Artes Médicas, 2002. MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade . 12 ^a . Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.	
Bibliografia Complementar: GOLEMAN, D. Inteligência emocional . Rio de Janeiro: Objetiva, 1996 KOTLER, P. Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle . 4.ed.. São Paulo: Atlas, 1996. FLEURY, M. T. L. (org). As pessoas nas organizações . (pp. 67- 73). São Paulo: Editora Gente, 2005. NASCIMENTO, E. M.; EL FAYED, K. M. Administração de Conflitos . Disponível em: < http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/cap_humano/4.pdf >. Acesso em: 26 jun. 2012. _____. Administração de conflitos. Capital Humano . Coleção Gestão Empresarial. Disponível em: < http://www.someeducacional.com.br/apz/gestao_conflitos/4.pdf >. Acesso em: 04 jul. 2012. KOTLER, P. Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle . 4.ed.. São Paulo: Atlas, 1996.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Empreendedorismo	
Carga Horária 46 horas	Período letivo: Módulo 1 – Etapa 1
Ementa: O processo empreendedor e tipos de empreendedores. Empreendedorismo na prática. A motivação e o perfil do empreendedor. Liderança e Motivação. Histórico e importância do Plano de Negócios. O Plano de Negócios: criando um plano de negócios eficiente. Colocando o plano de negócios em prática. Tecnologia e Inovação no Mercado Imobiliário. Transformações no Mercado Imobiliário. O papel da inovação tecnológica. Tecnologia, inovação e patentes. A cultura empresarial e seus reflexos econômicos. Instrumentos estatais de fomento à pesquisa e à tecnologia. Institutos públicos de pesquisa e suas relações com empresas privadas. Acordo Trips.	
Bibliografia Básica: BOLLES, R. N.; KIM, L. Tecnologia, Aprendizado e Inovação. Campinas: Unicamp, 2005. DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo na prática mitos e verdades do empreendedor de sucesso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. DUBEUX, R. R. Inovação no Brasil e na Coreia do Sul - Os Efeitos do Novo Regime Internacional de Patentes sobre as Estratégias de Desenvolvimento Econômico. Curitiba: Juruá, 2010. MATTOS, J. R. L. Gestão Tecnologia e Inovação - Uma Abordagem Prática. São Paulo: Saraiva, 2005. SERTEK, P. Empreendedorismo. Curitiba: IBPEX, 2007.	
Bibliografia Complementar: CORDEIRO FILHO, A. Empreendedorismo no mercado imobiliário Habitacional. São Paulo: ATLAS, 2012. DOLABELA, F. O Segredo de Luisa. Rio de Janeiro: Sextante, 2008. PHILIPPI JUNIOR, A.; SILVA NETO, A. J. Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação. São Paulo: Manole, 2011. SALIM, C. S. Construindo plano de negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. TIGRE, P. B. Gestão da Inovação - A Economia da Tecnologia no Brasil. São Paulo: Campus, 2006.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Organização e implementação de projetos	
Carga Horária 46 horas	Período letivo: Módulo 1 – Etapa 1
Ementa: O processo de planejamento e elaboração de projetos. Tipos de projetos. Etapas na formulação e execução de projetos. Construção de cenários na elaboração de projetos. Análise da viabilidade de projetos. Delimitação de responsabilidade e deveres na execução de projetos. Técnicas e métodos de elaboração de projetos.	
Bibliografia Básica: CONSALTER, M. A. S. Elaboração de Projetos . 3ªed. Curitiba: lbpx, 2011. MENDES, J. R. B.; VALLE, A. B.; FABRA, M. A. Gerenciamento de projetos . 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2014. MENEZES, L. C. M. Gestão de Projetos . 3ªed. São Paulo: Atlas, 2009. VIANA, V. R. Gerenciamento de Projetos: estabelecendo diferenciais competitivos . 7ª ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2009. VIANA, V. R. Manual Prático do Plano de Projeto: utilizando o PMBOK® 5ª ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2014.	
Bibliografia Complementar: GIDO, J.; CLEMENTS, P. J. Gestão de Projetos . 2ª ed. - Tradução da 5ª Ed. Norte-Americana, Cengage Learning, 2014 LUCK, H. Metodologia de projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão . Petrópolis: Vozes, 2003. NOCÉRA, R. J. Gerenciamento de Projetos: teoria e prática . RJN, Rio de Janeiro, 2009. VALLE, A. B.; SOARES, C. A. P.; FINOCCHIO, J. J.; SILVA, L. S. F. Fundamentos do Gerenciamento de Projetos . 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. XAVIER, C. M. S.; VIVACQUA, F. R.; MACEDO, O. S.; XAVIER, L. F. S. Metodologia de Gerenciamento de Projetos – Methodoware . 3ª ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2014.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Normalização e Legislação Aplicada	
Carga Horária (hora aula): 52h/a	Período letivo: Módulo 2 – Etapa 1
Ementa: Ementa: Abordagem sistemática de noções e princípios do direito em geral. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Direito do Trabalho. Legislação previdenciária. Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP) e Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Segurança do trabalho no Direito Trabalhista. Atribuições do Técnico em Segurança do Trabalho. Responsabilidade civil e penal. Código de Processo Civil Brasileiro. Código de Processo Penal Brasileiro. Aspectos jurídicos de algumas normas regulamentadoras: NR 1, 2, 3, 27 e 28.	
Bibliografia Básica: COSTA, P. R. da. Normalização e legislação. 2º ed. – Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2012. EDITORA SARAIVA. CLT Saraiva & Constituição Federal. 45ª Ed. Editora: Saraiva, 1352 p; 2015. _____. Segurança e Medicina do Trabalho. 16ª Ed. (2º Semestre). Editora: Saraiva, 1280 p; 2015. NUNES, F. O. Segurança e saúde no trabalho – esquematizada. 2ª Ed. Editora: Elsevier/Método, 2014. NUNES, D. B. Noções Básicas de Direito Para Técnicos Em Segurança do Trabalho. 2ª Ed. Editora: Difusão Editora, 2013.	
Bibliografia Complementar: GARCIA, G. F. B. Meio ambiente do Trabalho. 4ª Ed. Editora: Forense, 2014. HOEPPNER, M. G. Normas Regulamentadoras Relativas à Segurança e Medicina do Trabalho. 6ª Ed. Editora: Ícone, 2015. SALIBA, S. C. R.; PAGANO, T. M. S. Legislação de Segurança, Acidentes do Trabalho e Saúde do Trabalhador. 11ª Ed. Editora: LTR, 712 p; 2015. SILVA, J. A. R. de O. Acidente do Trabalho Responsabilidade Objetiva do Empregador. 2ª Ed. Editora: LTR, 304 p; 2013. TAVARES, J. da C. Tópicos da Administração Aplicada à Segurança do Trabalho. 11ª Ed. Editora: Senac São Paulo, 2012.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Segurança no Trabalho I	
Carga Horária (hora aula): 52h/a	Período letivo: Módulo 2 – Etapa 1
Ementa: Abordagem sistemática sobre a introdução à segurança do trabalho. Definições básicas. Estatísticas de acidentes. Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA. Investigação de acidentes. Inspeção de segurança. Mapa de riscos ambientais.	
Bibliografia Básica: CORREA, J. A. P.; AYRES, D. de O. Manual de Prevenção de Acidente do Trabalho . 2ª Ed. Editora: Atlas, 2011. FERREIRA, L. S. Segurança do trabalho . (Org.) Leandro S. F., Néverton H. P. 2ª ed. Santa Maria: UFSM, CTISM, Rede e-Tec Brasil, 151 p; 2012. GARCIA, G. F. B. Meio ambiente do Trabalho . 4ª Ed. Editora: Forense, 2014. NUNES, D. B. Noções Básicas de Direito Para Técnicos Em Segurança do Trabalho . 2ª Ed. Editora: Difusão Editora, 2013. PONZETTO, G. Mapa de Riscos Ambientais . 3ª Ed. Editora: Ltr, 152 p; 2010.	
Bibliografia Complementar: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 14280: Cadastro de acidente de trabalho: procedimento e classificação . Rio de Janeiro (RJ), 2001. BRASIL. Ministério da Previdência Social e Ministério do Trabalho. Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho 2013 (AEAT) . Disponível em: < http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/aeat-2013 > Acesso em 11 nov. 2015. BREVIGLIERI, É. P., José, S. R. Higiene Ocupacional Agentes Biológicos, Químicos e Físicos . 8ª Ed. Editora: SENAC São Paulo, 920 p; 2015. EDITORA SARAIVA. CLT Saraiva & Constituição Federal . 45ª Ed. Editora: Saraiva, 1352 p; 2015 MORAES, G. Normas Regulamentadoras Comentadas e Ilustradas . 8ª Ed. Vol. IV. Editora: GVC, 2013.	

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Higiene Ocupacional I	
Carga Horária (hora aula): 52h/a	Período letivo: Módulo 2 – Etapa 1
Ementa: O presente componente trata da conceituação de higiene ocupacional. Avaliação da exposição aos agentes ambientais. Riscos físicos: pressões anormais, radiações ionizantes e não ionizantes. Riscos físicos: ruído, temperaturas extremas, vibrações e umidade. Riscos químicos: agentes químicos. Riscos químicos: limites de tolerância. Riscos biológicos.	
Bibliografia Básica: BARSANO, P. R.; BARBOSA, R. P. Higiene e segurança do trabalho . 1ª ed. Editora: Érica, 128 p; São Paulo, 2014. BREVIGLIERI, É. P. J., SPINELLI, R. Higiene Ocupacional Agentes Biológicos, Químicos e Físicos . 8ª Ed. Editora: SENAC São Paulo, 920 p; 2015. FERREIRA, L. S. Segurança do trabalho . (Org.) Leandro S. F., Néverton H. P. 2ª ed. Santa Maria: UFSM, CTISM, Rede e-Tec Brasil, 151 p; 2012. SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle do Ruído – PPRA . 8ª Ed. Editora: LTr, 144 p; 2014. SALIBA, T. M. Curso básico de segurança e higiene ocupacional . 5ª ed. São Paulo, Editora: LTr, 479 p; 2013.	
Bibliografia Complementar: GARCIA, G. F. B. Meio ambiente do Trabalho . 4ª Ed. Editora: Forense, 2014. MATTOS, U. A. de O.; MÁSCULO, F. S. (Org). Higiene e segurança do trabalho . Rio de Janeiro: Campus: ABEPRO. 419 p, 2011. MONTEIRO, A. L.; BERTAGNI, R. F. de S. Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas . 7ª ed. Editora: Saraiva, 478 p; São Paulo, 2012. SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle do Calor . 6ª Ed. Editora: LTr, São Paulo, 2014. SALIBA, T. M. Manual prático de higiene ocupacional e ppra: Avaliação e controle dos riscos ambientais . 5ª ed. Editora: LTr, 368 p; São Paulo, 2013.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Controle de Riscos e Sinistros	
Carga Horária (hora aula): 52h/a	Período letivo: Módulo 2 – Etapa 2
Ementa: Introdução à proteção contra incêndios. O fogo e seus elementos. Pontos e temperaturas importantes do fogo. Propagação do fogo. Fases do fogo. Métodos de extinção do fogo. Classes de incêndio. Agentes extintores. Extintores de incêndio. Manuseio de extintores de incêndio. Hidrantes. Detectores de incêndio e alarmes manuais. Chuveiros automáticos – sprinklers. Sistemas fixos de gás carbônico. Iluminação de emergência e sinalização de segurança. Saídas de emergência e escadas enclausuradas. Portas de saída de emergência. Manutenção. Plano de emergência e procedimento de abandono. Brigadas de incêndio. Gás liquefeito de petróleo – GLP. Plano de Segurança contra Incêndio e Pânico. Legislações. Atividades e operações industriais de alto risco de incêndio. Riscos de incêndio em indústrias.	
Bibliografia Básica: BELTRAMI, M.; STUMM, S. B. Controle e Riscos de Sinistros . Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia – Paraná – Educação à Distância/ Rede E-tec Brasil. Curitiba (PR), 2012. MONTEIRO, A. L.; BERTAGNI, R.F. de S. Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas . 7ª ed. Editora: Saraiva, 478 p; São Paulo, 2012. CAMPOS, A. CIPA - Comissão interna de prevenção de acidentes: uma nova abordagem . 20ª ed. Editora: SENAC São Paulo, 371 p; São Paulo, 2012. SALIBA, T. M.. Curso básico de segurança e higiene ocupacional . 5ª ed. Editora: LTr, 479 p; São Paulo, 2013. SALIBA, T. M.; CORRÊA, M. A. C. Insalubridade e periculosidade: aspectos técnicos e práticos . 12ª ed. Editora: LTr, 254 p; São Paulo, 2013.	
Bibliografia Complementar: HOEPPNER, M. G. Normas Regulamentadoras Relativas à Segurança e Medicina do Trabalho . 6ª Ed. Editora: Ícone, 2015. MATTOS, U. A. de O.; MÁSCULO, F. S. (Org). Higiene e segurança do trabalho . Rio de Janeiro: Campus: ABEPRO. 419 p, 2011. SALIBA, S. C. R. SALIBA, T. M. Legislação de Segurança, Acidentes do Trabalho e Saúde do Trabalhador . 10ª Ed. Editora: LTR, 2014. SCALDELAI, A. V. et al. Manual prático de saúde e segurança do trabalho . 2ª ed. rev. e ampl. Editora: Yendis, 433 p; São Caetano do Sul, 2013. SEGURANÇA e medicina do trabalho . 72ª ed. (Manuais de Legislação Atlas). Editora: Atlas, 1000 p; São Paulo, 2013.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Princípios de Tecnologia Industrial	
Carga Horária (hora aula): 52h/a	Período letivo: Módulo 2 – Etapa 2
Ementa: Introdução à segurança com máquinas e equipamento. Capacitação e treinamento. Arranjo físico. Segurança em arranjo físico. Segurança no transporte e movimentação de materiais. Equipamentos de transporte de cargas: empilhadeiras. Manutenção de máquinas e equipamentos. Bloqueios de fonte de energia e sinalização. Itens da NR-12 relacionados à manutenção. Zonas de perigo em máquinas e equipamentos. Pontos de perigo característicos de movimentos de máquina e equipamento. Sistemas de segurança – proteção. Sistemas de segurança – dispositivos de segurança, comando bimanual. Segurança em prensa e equipamentos similares. Segurança em trabalho com guilhotina. Injetora de materiais plásticos. Equipamentos mecânicos de panificação. Introdução à soldagem. Segurança em processos de soldagem ao arco elétrico. Processos de usinagem: torneamento e fresamento. Usinagem: furação, esmerilhamento e serramento. Usinagem CNC. Segurança em trabalho com fornos. Ferramentas manuais e motorizadas. Compressores. Introdução a caldeiras. Instrumentos e componentes das caldeiras a vapor. Riscos envolvidos em caldeiras. NR-13. Caldeiras e Vasos de Pressão.	
Bibliografia Básica: AGUIRRE, L. A. Fundamentos de instrumentação . Editora: Pearson Education do Brasil, 331 p; São Paulo, 2014 BELTRAMI, M. e SOUZA, S. G. de Princípios de Tecnologia Industrial . Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia – Paraná – Educação à Distância/ Rede E-tec Brasil. Curitiba (PR), 2012. DUNN, W. C. Fundamentos de instrumentação industrial e controle de processos . Editora: Bookman, 326 p; Porto Alegre, 2013 MORAES, M. V. G. Doenças ocupacionais: agentes: físico, químico, biológico e ergonômico . 2ª ed. Editora: Érica, 236 p; São Paulo, 2014. PEIXOTO, N. H. Instrumentação Industrial (Org.) Néverton H. P., Leandro S. F. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, Rio Grande do Sul (RS), 2014.	
Bibliografia Complementar: BHUYAN, M. Instrumentação inteligente: princípios e aplicações . Editora: LTC, 412 p; Rio de Janeiro, 2013. HOEPPNER, M. G. Normas Regulamentadoras Relativas à Segurança e Medicina do Trabalho . 6ª Ed. Editora: Ícone, 2015. SALIBA, S C. R. SALIBA, T. M. Legislação de Segurança, Acidentes do	



Trabalho e Saúde do Trabalhador. 10ª Ed. Editora: LTR, 2014..

SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle de Poeira –PPRA. 7ª Ed. Editora: LTr, São Paulo (SP), 2014.

SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle de Vibração – PPRA. 3ª Ed. Editora: LTr, São Paulo (SP), 2014.



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Instrumentação	
Carga Horária (hora aula): 52h/a	Período letivo: Módulo 2 – Etapa 2
Ementa: Abordagem e avaliação do ruído ocupacional: aspectos básicos e uso de decibelímetros. Avaliando o ruído ocupacional com dosímetros de ruído. Instrumentação: avaliação de calor ocupacional. Avaliação de particulados. Avaliação de gases e vapores. Avaliação de espaços confinados. Outros equipamentos utilizados em avaliação ocupacional. Medidores de radiações ionizantes.	
Bibliografia Básica: AGUIRRE, L. A. Fundamentos de instrumentação . Editora: Pearson Education do Brasil, 331 p; São Paulo, 2014 BREVIGLIERI, É., POSSEBON, J., SPINELLI, R. Higiene Ocupacional Agentes Biológicos, Químicos e Físicos . 8ª Ed. Editora: SENAC São Paulo, 920 p; 2015. BHUYAN, M. Instrumentação inteligente: princípios e aplicações . Editora: LTC, 412 p; Rio de Janeiro, 2013. DUNN, W. C. Fundamentos de instrumentação industrial e controle de processos . Editora: Bookman, 326 p; Porto Alegre, 2013 PEIXOTO, N. H. Instrumentação Industrial (Org.) Néverton H. P., Leandro S. F. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, Rio Grande do Sul (RS), 2014.	
Bibliografia Complementar: SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle de Poeira –PPRA . 7ª Ed. Editora: LTr, São Paulo (SP), 2014. SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle de Vibração – PPRA . 3ª Ed. Editora: LTr, São Paulo (SP), 2014. SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle de Ruído – PPRA . 8ª Ed. Editora: LTr, São Paulo (SP), 2014. SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle de Calor – PPRA . 6ª Ed. Editora: LTr, São Paulo (SP), 2014. SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle de Gases e Vapores – PPRA . 6ª Ed. Editora: LTr, São Paulo (SP), 2014.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Segurança no trabalho II	
Carga Horária (hora aula): 52h/a	Período letivo: Módulo 3 – Etapa 1
Ementa: Abordagem sobre Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC). NR 06 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Programa de Conservação Auditiva (PCA). Programa de Proteção Respiratória (PPR). NR 08 – Edificações. Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT). Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP).	
Bibliografia Básica: AYRES, D. de O., CORREA, J. A. P. Manual de Prevenção de Acidentes do Trabalho . 2ª Ed. Editora: Atlas, 2011. BARSANO, P. R.; BARBOSA, R. P. Higiene e segurança do trabalho . 1ª ed. Editora: Érica, 128 p; São Paulo, 2014. COSTA, P. da R. Segurança do trabalho II . Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria ; Rede e-Tec Brasil, 2013. MORAES, G. Normas Regulamentadoras Comentadas e Ilustradas . 8ª Ed. Vol. IV. Editora: GVC, 2013. MORAES, M. V. G. Doenças ocupacionais: agentes: físico, químico, biológico e ergonômico . 2ª ed. Editora: Érica, 236 p; São Paulo, 2014.	
Bibliografia Complementar: BARNEWITZ, L. C. Segurança do trabalho III . Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil. Rio grande do Sul (RS), 2013. BREVIGLIERI, É, POSSEBON, J., SPINELLI, R. Higiene Ocupacional Agentes Biológicos, Químicos e Físicos . 8ª Ed. Editora: SENAC São Paulo, 920 p; 2015. FERREIRA, L. S. Segurança do trabalho . (Org.) Leandro S. F., Néverton H. P. 2ª ed. Santa Maria: UFSM, CTISM, Rede e-Tec Brasil, 151 p; 2012. SALIBA, T. M. Manual prático de higiene ocupacional e ppra: Avaliação e controle dos riscos ambientais . 5ª ed. Editora: LTr, 368 p; São Paulo, 2013. SCALDELAI, A. V. et al. Manual prático de saúde e segurança do trabalho . 2ª ed. rev. e ampl. Editora: Yendis, 433 p; São Caetano do Sul, 2013.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Higiene Ocupacional II	
Carga Horária (hora aula): 52h/a	Período letivo: Módulo 3 – Etapa 1
Ementa: Conceituando o ruído. Adição e subtração de decibel. Equipamentos para avaliação do ruído. Avaliação do ruído ocupacional. Avaliando o ruído. Temperaturas extremas (mecanismos e fatores). Avaliação da exposição ocupacional ao calor e ao frio. Aspectos básicos de vibrações.	
Bibliografia Básica: BREVIGLIERI, É., POSSEBON, J., SPINELLI, R. Higiene Ocupacional Agentes Biológicos, Químicos e Físicos . 8ª Ed. Editora: SENAC São Paulo, 920 p; 2015. MORAES, G. Normas Regulamentadoras Comentadas e Ilustradas . 8ª Ed. Vol. IV. Editora: GVC, 2013. PEIXOTO, N. H. Higiene ocupacional II . (Org.) Neverton H. P., Leandro S. F. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, Rio Grande do Sul (RS), 2013. SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle do Ruído – PPRa . 8ª Ed. Editora: Ltr. São Paulo (SP), 2014. SALIBA, T. M. Manual prático de higiene ocupacional e ppra: Avaliação e controle dos riscos ambientais . 5ª ed. Editora: LTr, 368 p; São Paulo, 2013.	
Bibliografia Complementar: BARNEWITZ, L. C. Segurança do trabalho III . Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil. Rio grande do Sul (RS), 2013. BARSANO, P. R.; BARBOSA, R. P. Higiene e segurança do trabalho . 1ª ed. Editora: Érica, 128 p; São Paulo, 2014. FERREIRA, L. S. Segurança do trabalho . (Org.) Leandro S. F., Néverton H. P. 2ª ed. Santa Maria: UFSM, CTISM, Rede e-Tec Brasil, 151 p; 2012. SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle do Calor . 6ª Ed. Editora: LTr, 6ª edição, São Paulo (SP), 2014. TAVARES, J. da C. Noções de Prevenção e Controle de Perdas em Segurança do Trabalho . 8ª Ed. Editora: SENAC São Paulo, 2010.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Desenho	
Carga Horária (hora aula): 52h/a	Período letivo: Módulo 3 – Etapa 1
Ementa: Apresentação e uso do instrumental de desenho. Graficação arquitetônica: traçados, letras e números. Formato e dimensões do papel. Escalas. Dimensionamento. Cotagem. Elaboração de croquis e interpretação de projetos arquitetônicos. Conhecer as normas de desenho técnico, escalas e dimensionamento. Executar e ler plantas baixas, cortes e fachadas. Executar e ler elementos gráficos e legendas. Executar e ler mapas de risco. Interpretar Desenhos Técnicos Industriais. Conhecer processos básicos de CAD.	
Bibliografia Básica: ALMEIDA, R. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola . 5ª ed. Editora: Contexto, 113 p; São Paulo, 2013. CRUZ, M. da D.; MORIOKA, C. A. Desenho técnico: medidas e representação gráfica . 1ª ed. Editora: Érica, 168 p; São Paulo, 2014. HESKETT, J. Desenho industrial: 180 ilustrações . 4ª ed. Editora: José Olympio, 227 p; Rio de Janeiro, 2012. RIBEIRO, A. C.; PERES, M. P.; IZIDORO, N. Curso de desenho técnico e AutoCAD . Editora: Pearson Education do Brasil, 362 p; São Paulo, 2013. SPECK, H. J.; PEIXOTO, V. V. Manual básico de desenho técnico . 8ª ed. Editora: UFSC, 204 p; Florianópolis, 2014.	
Bibliografia Complementar: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6492 – Representação de projetos de arquitetura . Rio de Janeiro: ABNT, 1994. _____. NBR 8196 – Desenho técnico – Emprego de escalas . Rio de Janeiro, 1999. _____. NBR 10068 – Folhas de desenho - Leiaut e dimensões . Rio de Janeiro: ABNT, 1987 _____. NBR 13142 – Desenho técnico – Dobramento de cópia . Rio de Janeiro: ABNT, 1999. _____. NBR 9050 – Acessibilidade à edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos . Rio de Janeiro: ABNT, 2004.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Segurança no trabalho III	
Carga Horária (hora aula): 52h/a	Período letivo: Módulo 3 – Etapa 2
Ementa: Abordagem conceitual de trabalhos preliminares ao início das obras. Áreas de vivência. Demolições e escavações. Segurança do trabalho na fase de montagem da estrutura de uma edificação em obra. Escadas, rampas, passarelas e medidas de segurança em quedas. Transporte vertical de pessoas e materiais e os diversos tipos de andaimes. Locais confinados e instalações elétricas. Depósitos, armazenamento e estocagem de materiais. Equipamentos, ferramentas e máquinas. PPRA, PCMSO e CIPA. Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT. Segurança do trabalho rural – trabalhadores e empregadores. Gestão de segurança, saúde e meio ambiente de trabalho rural. Meio ambiente, postura e ferramentas. Segurança do trabalho em máquinas e implementos agrícolas. Acessos, transporte e trabalho com animais. Fatores ambientais e medidas de proteção individual para o trabalhador rural. Instalações elétricas e ambiente de trabalho.	
Bibliografia Básica: BARNEWITZ, L. C. Segurança do trabalho III . Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil. Rio grande do Sul (RS), 2013. BREVIGLIERI, É.; POSSEBON, J; SPINELLI, R. Higiene Ocupacional Agentes Biológicos, Químicos e Físicos . 8ª Ed. Editora: SENAC São Paulo, 920 p; 2015. CAMISASSA, M. Q. Segurança e Saúde No Trabalho - Nrs 1 A 36 Comentadas e Descomplicadas . 2ª Ed. Editora: Elsevier/Método, 944 p; 2015. MORAES, G. Normas Regulamentadoras Comentadas e Ilustradas . 8ª Ed. Vol. IV. Editora: GVC, 2013. RODRIGUES, J. E.; SANTOS, R. H. P. dos; SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle do Ruído – PPRA . 8ª Ed. Editora: LTr, São Paulo (SP), 2014.	
Bibliografia Complementar: BARROS, B. de F. NR-33: guia prático de análise e aplicações: norma regulamentadora de segurança em espaços confinados . 1ª ed. Editora: Érica, 188 p; São Paulo, 2012. BARROS, B. de F. et al. NR-10: norma regulamentadora de segurança em instalações e serviços em eletricidade: guia prático de análise e aplicação . 3ª ed. Editora: Érica, 204 p; São Paulo, 2014. SANTOS J. J. dos R. Nr-12 - Segurança Em Máquinas e Equipamentos -	



Conceitos e Aplicações. Editora: Érica, 232 p; 2015.

VIEIRA, J. L. (Supervisão). **Manual de ergonomia: manual de aplicações da norma regulamentadora nº 17.** 2ª ed. Editora: Edipro, 112 p; São Paulo, 2011.

YEE, Z. C. **Perícias de Engenharia de Segurança do Trabalho - Aspectos Processuais e Casos Práticos** - 3ª Ed. Editora: Juruá, 230 p; 2012.



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Gerenciamento de Riscos	
Carga Horária (hora aula): 52h/a	Período letivo: Módulo 3 – Etapa 2
Ementa: Evolução e conceituação. Processo de gerência de risco. Identificação e análise de riscos. Técnicas de identificação de perigos. Técnicas de análise de riscos. Técnicas de avaliação de riscos. Financiamento de riscos. NR 25 – Resíduos industriais.	
Bibliografia Básica: BARSANO, P. R.; BARBOSA, R. P. Segurança do Trabalho Guia Prático e Didático . Editora: Érica, 2012. MORAES, G. Sistemas de Gestão de Riscos – Princípios e Diretrizes – ISSO 31000/2009 Comentada e Ilustrada . 1ª Ed. Vol. I. Editora: GVC, [s.n.], 2010. OLIVEIRA, C. A. de D. Segurança e Saúde No Trabalho - Guia de Prevenção de Riscos . Editora: Yendis, 2012. RUPPENTHAL, J. E. Gerenciamento de riscos . Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria ; Rede e-Tec Brasil, Rio Grande do Sul (RS), 2013. TAVARES, J. da C. Noções de Prevenção e Controle de Perdas em Segurança do Trabalho . 8ª Ed. Editora: SENAC São Paulo, 2010.	
Bibliografia Complementar: BARNEWITZ, L. C. Segurança do trabalho III . Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil. Rio grande do Sul (RS), 2013. CAMISASSA, M. Q. Segurança e Saúde No Trabalho - Nrs 1 A 36 Comentadas e Descomplicadas . 2ª Ed. Editora: Elsevier/Método, 944 p; 2015. MORAES, G. Normas Regulamentadoras Comentadas e Ilustradas . 8ª Ed. Vol. IV. Editora: GVC, 2013. MORAIS, C. R. N. Compacto Dicionário de Saúde e Segurança do Trabalho e Meio Ambiente . Editora: Yendis, 2011. PMI PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Um guia do conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos: Guia PMBOK . 4ª Ed. [s.n.], USA.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Higiene Ocupacional III	
Carga Horária (hora aula): 52h/a	Período letivo: Módulo 3 – Etapa 2
Ementa: Introdução aos agentes químicos. Limites de tolerância para agentes químicos. Avaliação de poeiras e fumos metálicos. Avaliação de gases e vapores. Trabalho em espaços confinados. Radiações ionizantes e não ionizantes. Pressões anormais.	
Bibliografia Básica: BARSANO, P. R.; BARBOSA, R. P. Segurança do Trabalho Guia Prático e Didático . Editora: Érica, 2012. BREVIGLIERI, É., POSSEBON, J., SPINELLI, R. Higiene Ocupacional Agentes Biológicos, Químicos e Físicos . 8ª Ed. Editora: SENAC São Paulo, 920 p; 2015. CAMISASSA, M. Q. Segurança e Saúde No Trabalho - Nrs 1 A 36 Comentadas e Descomplicadas . 2ª Ed. Editora: Elsevier/Método, 944 p; 2015. MORAES, G. Normas Regulamentadoras Comentadas e Ilustradas . 8ª Ed. Vol. IV. Editora: GVC, 2013. PEIXOTO, N. H. Higiene ocupacional III . (Org.) Neverton Hofstadler Peixoto, Leandro S. F. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, Rio Grande do Sul (RS), 2013.	
Bibliografia Complementar: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 15215-3: Iluminação Natural – parte 3: Procedimento de cálculo para a determinação da iluminação natural em ambientes internos , Rio de Janeiro (RJ), 2004. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 5382: Verificação de iluminância de interiores . Rio de Janeiro (RJ), 1985. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 5413 Iluminação de Interiores . São Paulo, 1982. SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle de Vibração – PPRA . 3ª Ed. Editora: LTr, São Paulo (SP), 2014. SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle de Gases e Vapores – PPRA . 6ª Ed. Editora: LTr, São Paulo (SP), 2014. SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle de Poeira –PPRA . 7ª Ed. Editora: LTr, São Paulo (SP), 2014.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Medicina no trabalho	
Carga Horária (hora aula): 52h/a Período letivo: Módulo4–Etapa 1	
Ementa: Aborda inicialmente uma introdução à medicina do trabalho. Princípios de anatomia e fisiologia humana. Riscos biológicos. Dermatoses ocupacionais. Patologias ocupacionais dos riscos biológicos. Patologias ocupacionais dos riscos físicos. Patologias ocupacionais dos riscos químicos. Estudo da NR 32: Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Assistência em Saúde. Estudo da NR 07: Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional. Lesões por esforços repetitivos. Primeiros socorros.	
Bibliografia Básica: EDITORA SARAIVA. Segurança e Medicina do Trabalho - 2º Semestre. 16ª Ed. Editora: Saraiva, 1280 p; 2015. EQUIPE ATLAS. Segurança e Medicina do Trabalho - Manuais de Legislação - 76ª Ed. Editora: Atlas, 1112 p; 2015. FREITAS, H. M. de B. Medicina do trabalho. (Org.) Hilda M. B. Freitas, C. Z., Silomar I. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, Rio Grande do Sul (RS), 2014. HOEPPNER, M. G. Normas Regulamentadoras Relativas à Segurança e Medicina do Trabalho. 6ª Ed. Editora: Ícone, 2015. MATTOS, U. A. de O.; MÁSCULO, F. S. (Org). Higiene e segurança do trabalho. Rio de Janeiro: Campus: ABEPRO. 419 p, 2011.	
Bibliografia Complementar: ALMEIDA, I. de M. VILELA, R. A. G. ; SILVA, A. ; BELTRAN, S . Modelo de Análise e Prevenção de Acidentes - MAPA: ferramenta para a vigilância em Saúde do trabalhador. Ciência e Saúde Coletiva (Impresso), v. 19, p. 4679-4688, 2014. INOUE, K. S.; VILELA, R. A. G. . O poder de agir dos Técnicos de Segurança do Trabalho: conflitos e limitações. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 39, p. 136-149, 2014. LACAZ, F. A. de C. et al. Resultado da parceria entre a RBSO e o GT saúde do trabalhador da Abrasco. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 38, p. 9-10, 2013. PEIXOTO, N. H. Higiene ocupacional III. (Org.) Neverton H. P., Leandro S. F. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, Rio Grande do Sul (RS), 2013 VILELA, R. A. G. ; ALMEIDA, I. M. ; VEZÁ F . A investigação de acidentes industriais: uma entrevista com Michel Lllory. Saúde e Sociedade (USP. Impresso), v. 22, p. 262-269, 2013.	

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Toxicologia	
Carga Horária (hora aula): 52h/a	Período letivo: Módulo 4 – Etapa 1
<p>Ementa:</p> <p>Conceitos gerais em toxicologia. Aspectos, divisões e áreas da toxicologia. Classificação das substâncias tóxicas. Intoxicação. Vias de absorção dos agentes tóxicos e susceptibilidade individual. Relações dose-efeito e dose-resposta. Mecanismos dos efeitos toxicológicos. Avaliações toxicológicas. Princípio da precaução. Monitorização ambiental. Monitorização biológica. Indicadores biológicos ou biomarcadores. Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT). Doenças ocupacionais. Principais contaminantes para os trabalhadores. Intoxicações exógenas de importância para o trabalhador. Intoxicação por mercúrio nos trabalhadores. Intoxicações por agrotóxicos no ambiente rural. Simbologias de risco tóxico. Normas regulamentadoras de segurança e saúde do trabalho ligado à toxicologia.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ARAÚJO, G. M. Regulamentação do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos Comentada. 2ª Ed. Vol. II. Editora: GVC, 2011.</p> <p>GIRARD, J. Princípios de química ambiental. 2ª ed. Editora: LTC, 415 p; Rio de Janeiro, 2013.</p> <p>SPRADA, E. Toxicologia. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia – Paraná – Educação à Distância/ Rede E-tec Brasil. Curitiba (PR), 2013.</p> <p>SEIZI, O. Fundamentos de Toxicologia. 4ª Ed. Editora Atheneu, 704 p; São Paulo, 2014.</p> <p>SHIBAMOTO, T. Introdução à toxicologia dos alimentos. 2ª ed. Editora: Elsevier, 303 p; Rio de Janeiro, 2014.</p>	
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>CROWL, D. A.; LOUVAR, J. L. Segurança de Processos Químicos - Fundamentos e Aplicações. 3ª Ed. Editora: Ltc, 680 p; 2015.</p> <p>EDITORA SARAIVA. Segurança e Medicina do Trabalho - 2º Semestre. 16ª Ed. Editora: Saraiva, 1280 p; 2015.</p> <p>EQUIPE ATLAS. Segurança e Medicina do Trabalho - Manuais de Legislação - 76ª Ed. Editora: Atlas, 1112 p; 2015.</p> <p>HOEPPNER, M. G. Normas Regulamentadoras Relativas à Segurança e Medicina do Trabalho. 6ª Ed. Editora: Ícone, 2015.</p> <p>OLIVEIRA F., EDUARDO C. Princípios de toxicologia ambiental. Editora: Interciência, 198 p; Rio de Janeiro, 2013.</p>	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR		
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Segurança	Tecnológico:
Componente Curricular: Segurança no trabalho IV		
Carga Horária (hora aula): 52h/a	Período letivo: Módulo 4 – Etapa 1	
Ementa: Acidentes domésticos. NR 19 – Explosivos. Segurança e saúde no trabalho com inflamáveis e combustíveis. Segurança no trânsito. Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho. Segurança e saúde no trabalho portuário. Segurança e saúde no trabalho aquaviário. Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção e reparação naval.		
Bibliografia Básica: BARSANO, P. R.; BARBOSA, R. P. Higiene e segurança do trabalho . 1ª ed. Editora: Érica, 128 p; São Paulo, 2014. BREVIGLIERI, É., POSSEBON, j., SPINELLI, R. Higiene Ocupacional Agentes Biológicos, Químicos e Físicos . 8ª Ed. Editora: SENAC São Paulo, 920 p; 2015. ECKHARDT, M. Segurança do trabalho IV . Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, Rio Grande do Sul (RS), 2014. FERREIRA, L. S. Segurança do trabalho . (Org.) Leandro S. F., Néverton H. P. 2ª ed. Santa Maria: UFSM, CTISM, Rede e-Tec Brasil, 151 p; 2012. MORAES, G. Normas Regulamentadoras Comentadas e Ilustradas . 8ª Ed. Vol. IV. Editora: GVC, 2013.		
Bibliografia Complementar: HOEPPNER, M. G. Normas Regulamentadoras Relativas à Segurança e Medicina do Trabalho . 6ª Ed. Editora: Ícone, 2015. MORAES, M. V. G. Doenças ocupacionais: agentes: físico, químico, biológico e ergonômico . 2ª ed. Editora: Érica, 236 p; São Paulo, 2014. SALIBA, S. C. R. SALIBA, T. M. Legislação de Segurança, Acidentes do Trabalho e Saúde do Trabalhador . 10ª Ed. Editora: Ltr, 2014. VIEIRA, J. L. (Supervisão). Manual de ergonomia: manual de aplicações da norma regulamentadora nº 17 . 2ª ed. Editora: Edipro, 112 p; São Paulo, 2011. YEE, Z. C. Perícias de Engenharia de Segurança do Trabalho - Aspectos Processuais e Casos Práticos - 3ª Ed. Editora: Juruá, 230 p; 2012.		



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Ergonomia	
Carga Horária (hora aula): 52h/a	Período letivo: Módulo 4 – Etapa 2
Ementa: Histórico e objetivos da ergonomia. Aplicações ergonômicas. Estudos de tempos e movimentos. Sistemas homem-máquina. Levantamento e transporte de pesos. Doenças causadas por esforços repetitivos. Biomecânica e posturas. Antropometria. Influência dos fatores ambientais na ergonomia. Análise ergonômica do trabalho. NR 17 – Ergonomia.	
Bibliografia Básica: DUL, J.; WEERDMEESTER, B. A. Ergonomia prática . 3ª ed., rev. e ampl. Editora: Edgard Blücher, 163 p; São Paulo, 2012. FRANCESCHI, de A. Ergonomia . Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, Rio Grande do Sul (RS), 2013. LACOMBE, P. de C. Bioergonomia: a ergonomia do elemento humano . Editora: Juruá, 122 p; Curitiba, 2012. MORAES, de A.; MONTALVÃO, C. Ergonomia: conceitos e aplicações . 4ª ed. rev., atual. e ampl. Editora: 2ab, 223 p; Teresópolis (RJ), 2010. VIEIRA, J. L. (Supervisão). Manual de ergonomia: manual de aplicações da norma regulamentadora nº 17 . 2ª ed. Editora: Edipro, 112 p; São Paulo, 2011.	
Bibliografia Complementar: BARSANO, P.R.; BARBOSA, R. P. Higiene e segurança do trabalho . 1ª ed. Editora: Érica, 128 p; São Paulo, 2014. CAMISSASSA, M. Q. Segurança e Saúde No Trabalho - Nrs 1 A 36 Comentadas e Descomplicadas . 2ª Ed. Editora: Elsevier/Método, 944 p; 2015. COSTA, P. R. da Segurança do trabalho II . Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria ; Rede e-Tec Brasil, 2013. EDITORA SARAIVA. Segurança e Medicina do Trabalho - 2º Semestre . 16ª Ed. Editora: Saraiva, 1280 p; 2015. HOEPPNER, M. G. Normas Regulamentadoras Relativas à Segurança e Medicina do Trabalho . 6ª Ed. Editora: Ícone, 2015.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Educação Ambiental em Processos Industriais	
Carga Horária (hora aula): 52h/a	Período letivo: Módulo 4 – Etapa 2
Ementa: Introdução e evolução da preocupação ambiental, desenvolvimento sustentável, gestão ambiental e responsabilidade social empresarial. Avaliação de Impactos Ambientais – AIA. Processos produtivos e poluição atmosférica. Gestão da qualidade da água. Resíduos sólidos e logística. Reversa. Processos industriais, problemas ambientais em processos industriais. Soluções ambientais em processos ambientais. Educação ambiental. O papel do técnico na educação ambiental.	
Bibliografia Básica: JARDIM, A.; YOSHIDA, C. Y. M.; MACHADO FILHO, J. V. Política nacional, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos. Barueri: Manole, 2012. LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. LISBOA, C. P.; KINDEL, E. A. I. (Org.). Educação ambiental: da teoria à prática. Porto Alegre: Mediação, 2012. MORAES, G. Normas Regulamentadoras Comentadas e Ilustradas. 8ª Ed. Vol. IV. Editora: GVC, 2013. SANDESKI, V. E. Ética, cidadania e meio ambiente. Curitiba: IFPR Educação a Distância, 2012.	
Bibliografia Complementar: CARVALHO, I. C. de M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. FERREIRA, A. A.; FREITAS, E. de S. M. (Org.). Meio ambiente em cena. Belo Horizonte: RHJ, 2012. GUIMARÃES, M. A dimensão ambiental na educação. 11ª ed. São Paulo: Papyrus, 2013. MILARÉ, É. Direito do ambiente. 9ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. PHILIPPI JUNIOR, A; PELICIONI, M. C. F. Educação ambiental e sustentabilidade. 2ª ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2014.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Segurança em eletrotécnica	
Carga Horária (hora aula): 52h/a	Período letivo: Módulo 4 – Etapa 2
Ementa: Conceitos sobre Eletricidade. Tensão, Corrente e Resistência. Sistema Elétrico de Potência, Riscos nas atividades com energia elétrica. Efeitos da Eletricidade. Riscos indiretos em trabalhos com Eletricidade. Práticas de trabalho seguras. Detalhamento das práticas de trabalho seguras. Barreiras de Proteção. Equipamentos de Proteção Coletiva. Equipamentos de Proteção Individual. Procedimentos de trabalho. Proteção Contra Incêndio e Explosão. Normas Regulamentadoras. Especificações da NR-10. A Segurança em Projetos de acordo com a NR-10. Procedimentos de Segurança de acordo com a NR-10. Segurança em instalações elétricas desenergizadas. Manutenção em linhas de transmissão energizadas. Segurança em atividades com Alta Tensão. Treinamentos específicos de acordo com a NR -10. NR-12. Segurança no trabalho em Máquinas e Equipamentos. Proteção contra incêndio conforme a NR-10. Sinalização de acordo com a NR-10. Sinalização com placas.	
Bibliografia Básica: ALMEIDA, N. U. Segurança na eletrotécnica. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia – Paraná – Educação à Distância/ Rede E-tec Brasil. Curitiba (PR), 2012 BARROS, B. F. de et al. NR-10: norma regulamentadora de segurança em instalações e serviços em eletricidade: guia prático de análise e aplicação. 3ª ed. Editora: Érica, 204 p; São Paulo, 2014. BORELLI, R.; GUIMARÃES, E. C. de A.; BARROS, B. F. de; PINHEIRO, S. R.; GEDRA, R. L. NR – 10 Guia Prático de Análise e Aplicação. 1ª Ed. Editora: Erica, 2010. CRUZ, E. C. A. Eletricidade básica: circuitos em corrente contínua. 1ª ed. Editora: Érica, 136 p; São Paulo, 2014. LOBOSCO, Va. Gestão NR – 10 Faça Você Mesmo. 1ª Ed. Editora: Ltr, 2010.	
Bibliografia Complementar: BARSANO, P. R.; BARBOSA, R. P. Higiene e segurança do trabalho. 1ª ed. Editora: Érica, 128 p; São Paulo, 2014. CAMISASSA, M. Q. Segurança e Saúde No Trabalho - Nrs 1 A 36 Comentadas e Descomplicadas. 2ª Ed. Editora: Elsevier/Método, 944 p; 2015 FERREIRA, L. S. Segurança do trabalho. (Org.) Leandro S. F., Néverton H. P. 2ª ed. Santa Maria: UFSM, CTISM, Rede e-Tec Brasil, 151 p; 2012. MENDONÇA, R. G. de; SILVA, R. V. R. da. Eletricidade básica. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010.	



PEREIRA, J. G.; SOUZA, João José Barrico. Manual de Auxílio na Interpretação e Aplicação da NR 10 – NR 10 Comentada. 1ª Ed., 2011.



Diretoria do Ensino a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Seminários Locais	
Carga Horária: 52	Período letivo:
Ementa: Desenvolvimento de projetos que objetivem um diagnóstico situacional e regional do campo de atuação profissional e sua inserção no mundo do trabalho. Propostas para a solução de problemas encontrados regionalmente para o pensamento local. Atividades práticas do estudante que contextualizem os conteúdos teóricos do curso ao campo de atuação no mundo do trabalho.	
Bibliografia Básica: DÁCIO, G. M.; BARBOSA, E. F. Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais. São Paulo Editora Vozes, 2006. FREIRE, P. Educação e Mudança. 36 ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 2014. VIANNA, J. A. As Mudanças No Mundo do Trabalho. Editora APPRIS. 2014. NOZAKI, I. Educação e Trabalho: trabalhar, aprender, saber. Editora Mercado das Letras. 2009. VOLPI, M.; PALAZZO, L. (Org.) Mudando sua escola, mudando sua comunidade, melhorando o mundo! Sistematização da Experiência em Educomunicação. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/br_educomunicacao.pdf Acesso em 20 de dezembro de 2015.	
Bibliografia Complementar: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – UNIV do Brasil. 50 Jeitos Brasileiros de Mudar o Mundo: o Brasil rumo aos objetivos de desenvolvimento do milênio. 2007. Disponível em: http://www.oei.es/oeivirt/50jeitos.pdf Acesso em 18 de dezembro de 2015. DÁCIO, G. M.; BARBOSA, E. F. Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais. São Paulo Editora Vozes, 2006. MATUS, C.; FRANCO H. O método PES: entrevista com Matus. 1 ed. São Paulo: Fundap, 1996. PEREIRA, W. C. C. Nas trilhas do trabalho comunitário e social. Editora Vozes. 2001. LAGO, D. do. Despertar Profissional - Dicas práticas sobre comportamento no trabalho. Editora Integrare. 2014.	



4. DOCUMENTOS ANEXOS

4.1. Regulamento de Estágios do Instituto Federal do Paraná

RESOLUÇÃO Nº 02 de 26 de março de 2013

Aprova o Regulamento de Estágios no âmbito do IFPR.

O CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e, tendo vista o contido no parecer exarado pelo Conselheiro Antonio Marcio Haliski no processo n.º 23411.004260/2012-60:

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Regulamento de Estágio no âmbito do Instituto Federal do Paraná, conforme anexo.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor nesta data, com ampla publicação e divulgação na página eletrônica do IFPR.

Sala de Sessões do Conselho, em 26 de março de 2013.

IRINEU MARIO COLOMBO,
PRESIDENTE.



REGULAMENTO DE ESTÁGIOS DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Em consonância com o disposto na Lei nº 11.788/2008;

CAPÍTULO I DA NATUREZA DOS ESTÁGIOS

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando os cursos de ensino regular no Instituto Federal do Paraná. O estágio consiste em atividade pedagógica cujo propósito está em conformidade com a Lei nº. 11.788 de 25/09/2008, devendo:

- I. ser realizada sob a responsabilidade e coordenação da instituição de ensino, nos termos da legislação vigente;
- II. propiciar experiência acadêmico-profissional que vise à preparação para o trabalho produtivo;
- III. oportunizar o aprendizado de competências da atividade profissional e a contextualização curricular;
- IV. preparar o aluno para a cidadania e para o mundo do trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

CAPÍTULO II DOS ESTÁGIOS OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 3º Para os efeitos deste regulamento, é considerado Estágio Obrigatório aquele definido no projeto do curso como tal, com carga horária determinada pelo colegiado do curso e considerado como pré-requisito para sua aprovação e obtenção de diploma.

Parágrafo único. O Estágio Curricular Obrigatório é considerado disciplina/unidade curricular obrigatória dos cursos regulares da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Superior do IFPR.



Art. 4º Os cursos do Instituto Federal do Paraná poderão ainda oferecer estágio não obrigatório, devendo constar no plano pedagógico do curso.

Parágrafo único. Poderá ser emitida, mediante solicitação prévia do aluno interessado, declaração de realização de estágio não-obrigatório.

Art. 5º As disposições deste Regulamento estendem-se aos estudantes estrangeiros, regularmente matriculados no Instituto Federal do Paraná.

Art. 6º Cabe ao colegiado de cada curso estabelecer seu regulamento de estágio em conformidade com a Lei 11.788/2008.

Art. 7º O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos para a sua formalização:

I- Celebração de termo de compromisso entre educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

II- Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º Para a realização dos estágios obrigatório e não obrigatório o aluno deverá estar regularmente matriculado em cursos regulares no Instituto Federal do Paraná.

§ 2º Poderá ser matriculado na disciplina/unidade curricular de Estágio Obrigatório o estudante que estiver regularmente matriculado no IFPR a partir dos períodos indicados no projeto pedagógico do seu respectivo curso.

Art. 8º O estudante que exercer atividade profissional correlata ao seu curso na condição de empregado devidamente registrado, autônomo ou empresário, ou ainda atuando oficialmente em programas de monitoria, de incentivo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico, poderá valer-se de tais atividades para efeitos de realização do seu Estágio Obrigatório, desde que atendam ao projeto pedagógico do curso.

Parágrafo único. A aceitação como estágio do exercício das atividades referidas no *caput* deste artigo, dependerá de decisão do Colegiado do Curso, que levará em consideração o tipo de atividade desenvolvida e a sua contribuição para a formação profissional do estudante.

CAPÍTULO III DO CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 9º Constituem campo de estágio as entidades de direito privado, os órgãos de administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais



liberais de nível superior e devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, desde que apresentem condições para:

- a) planejamento e execução conjunta das atividades de estágio;
- b) avaliação e aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos de campo específico de trabalho;
- c) vivência efetiva de situações concretas de vida e trabalho, dentro de um campo profissional.

Parágrafo único. O Instituto Federal do Paraná poderá ser campo de estágio para os alunos da própria Instituição, assim como para alunos de outras instituições de ensino.

Art. 10. As instituições serão cadastradas pelo Instituto Federal do Paraná como entidade concedente de campo de estágio, sendo facultativa a formalização de Termo de Convênio. As entidades concedentes deverão atender aos seguintes requisitos:

- I – Existência de infraestrutura material e de recursos humanos;
- II – Anuência e acatamento às normas disciplinadoras dos estágios do Instituto Federal do Paraná;
- III – Obtenção de avaliação satisfatória das instalações e de sua adequação à formação cultural e profissional do educando.

Parágrafo único. Será disponibilizado pela PROEPI formulário específico para cadastro das entidades concedentes conforme *caput* deste artigo.

Art. 11. Os estudantes que realizarem estágio fora do país dentro de programas de intercâmbio universitário deverão obedecer aos procedimentos estabelecidos pelas Universidades anfitriãs.

Parágrafo único. No contexto do *caput* deste artigo, a disciplina/unidade curricular de Estágio dependerá de validação pelo IFPR.

CAPÍTULO IV DESLIGAMENTO DE ESTÁGIO

Art. 12. O desligamento do estudante da Unidade Concedente de Estágio ocorrerá automaticamente após encerrado o prazo fixado no Termo de Compromisso de Estágio.

Art. 13. O estudante será desligado da Unidade Concedente de Estágio antes do encerramento do período previsto no Termo de Compromisso de Estágio nos seguintes casos:



I. a pedido do estudante, mediante comunicação prévia por escrito à Unidade Concedente de Estágio e ao IFPR;

II. por iniciativa da Unidade Concedente de Estágio, quando o estudante deixar de cumprir obrigações previstas no Termo de Compromisso de Estágio, mediante comunicação ao estudante com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência;

III. por iniciativa do IFPR, quando a Unidade Concedente de Estágio deixar de cumprir obrigações previstas no respectivo instrumento jurídico;

IV. por iniciativa do IFPR, quando o estudante infringir normas disciplinares da Instituição que levem ao seu desligamento do corpo discente;

V. por iniciativa do IFPR, quando ocorrer o trancamento da matrícula, a desistência, o jubramento ou a conclusão do curso pelo estudante;

VI. quando o instrumento jurídico celebrado entre o IFPR e a Unidade Concedente de Estágio for rescindido.

Parágrafo único. Ocorrendo o desligamento do estudante no caso previsto no Inciso II deste Artigo, a Unidade Concedente de Estágio comunicará o fato à Coordenação de Estágio do Câmpus do estudante, e encaminhará para efeito de registro, até 3 (três) dias após o cancelamento, o Termo de Rescisão do instrumento jurídico firmado entre as partes, para análise e assinatura.

CAPÍTULO V DA SUPERVISÃO E DA AVALIAÇÃO DOS ESTÁGIOS

Art. 14. Supervisão de estágios deve ser entendida como a assessoria dada ao aluno no decorrer de sua prática profissional, por docente orientador, por tutor do pólo e por profissional do campo de estágio de forma a proporcionar ao estagiário o pleno desempenho de ações, princípios e valores inerentes à realidade da profissão.

Art. 15. A supervisão do estágio é considerada atividade de ensino, constando dos planos curriculares e dos planos individuais de ensino dos professores envolvidos.

I - Nos casos em que se fizer necessária composição de turmas, o número de estagiários, por classes, será definido pelo colegiado do curso, respeitando-se suas especificidades, de forma a salvaguardar a qualidade do processo ensino-aprendizagem.

II - A carga horária da supervisão dos estágios será igualmente definida pelos colegiados do curso em conformidade com planos curriculares e planos didáticos a que se referem.

Art. 16. A supervisão de estágios se dará em conformidade com as seguintes modalidades:



I - Supervisão direta: acompanhamento e orientação do estágio através de observação contínua e direta das atividades ocorrentes nos campos de estágio ao longo de todo o processo pelo professor orientador, podendo ser complementada com entrevistas e reuniões com os estudantes e/ou profissionais no âmbito do Instituto Federal do Paraná e/ou nos campos de estágios.

II - Supervisão semi-direta: acompanhamento e orientação do estágio por meio de visitas periódicas aos campos de estágio pelo professor orientador, que manterá também contato com o profissional responsável pelo(s) estagiário(s), além do complemento de entrevistas e reuniões com os estudantes.

III - Supervisão indireta: acompanhamento feito via relatórios, reuniões e visitas ocasionais aos campos de estágio, onde se processarão contatos e/ou reuniões com o(s) profissional(is) responsável(is).

Parágrafo único. A forma de supervisão a ser adotada será detalhada no regulamento de estágio de cada curso e modalidade, de modo a salvaguardar as especificidades em cada situação de estágio.

Art. 17. Poderão ser supervisores de estágio os docentes do Instituto Federal do Paraná, respeitadas suas áreas de formação, e os profissionais com experiência no campo de trabalho em que se realizam os estágios.

§ 1º Na Modalidade de Educação à Distância a supervisão no campo de estágio fica sob a responsabilidade do Tutor do Pólo.

§ 2º A responsabilidade pelo planejamento, acompanhamento e avaliação do Estágio cabe ao professor orientador ou ao Tutor do Pólo, juntamente ao profissional supervisor.

Art. 18. A avaliação dos estágios é parte integrante da dinâmica do processo de acompanhamento, controle e avaliação institucional extensível a todo processo de ensino.

Parágrafo único. A avaliação dos estágios deve prover informações e dados para a realimentação dos planos curriculares dos respectivos cursos, tendo como enfoque a busca de mecanismos e meios de aprimorar a qualidade do ensino ofertado pelo Instituto Federal do Paraná.

Art. 19. A avaliação dos estagiários será feita pelo professor orientador, tutor de pólo ou coordenador de curso ou um representante por ele designado, de forma sistemática e contínua, com a colaboração dos profissionais supervisores dos campos de estágios.

§ 1º O aluno estagiário será avaliado de acordo com instrumentos próprios elaborados pelos professores orientadores, aprovados pelo colegiado do curso, devendo constar como anexo do regulamento de estágio do curso.

Art. 20. Será permitida a complementação do estágio na mesma ou em outra



unidade concedente de estágio, após aprovação de novo Plano de Estágio e assinatura de novo Termo de Compromisso de Estágio.

CAPÍTULO VI DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 21. A organização acadêmica dos estágios do Instituto Federal do Paraná estabelecida nos planos pedagógicos deverá estar em consonância com este Regulamento e com as normativas de estágio definidas pela Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação- PROEPI, em nível institucional.

Art. 22. A organização administrativa dos Estágios do Instituto Federal do Paraná dar-se-á de forma sistêmica e descentralizada, sendo componentes do Sistema de Gestão de Estágios as seguintes unidades:

- I – Colegiados de curso;
- II – Coordenadores de Curso;
- III – Coordenação de estágio dos Câmpus;
- IV – Coordenação de Estágios e Egressos da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação.

Art. 23. Compete aos colegiados de curso:

- I – Elaborar regulamentação específica para os estágios obrigatórios e não obrigatórios de seus cursos;
- II – Definir o período do curso a partir do qual serão aceitas solicitações de estágios não obrigatórios;
- III – Aprovar e compatibilizar os planos didáticos dos estágios elaborados pelos professores orientadores.

Art. 24. Compete aos coordenadores de curso:

- I - Definir em conjunto com os professores orientadores os locais adequados para realização dos estágios do curso, por meio de visitas às Unidades Concedentes;
- II – Enviar à Coordenação de Estágios de seu Câmpus, a cada nova turma, a listagem dos alunos que realizarão estágios obrigatórios para que seja providenciado o seguro. Esta deve conter os seguintes dados: curso e período de realização dos estágios obrigatórios no cabeçalho e lista com matrícula, nome completo, sexo, CPF e data de nascimento de cada aluno;



III - Manter fluxo de informações relativas ao acompanhamento e desenvolvimento dos estágios em processo nos cursos;

IV – Realizar, em conjunto com os professores orientadores de estágio do curso, o planejamento, desenvolvimento e avaliação dos estágios obrigatórios e não obrigatórios de seu curso.

Art. 25. Todos os câmpus do Instituto Federal do Paraná terão uma Coordenação de Estágio.

Art. 26. Compete à Coordenação de Estágio dos Câmpus:

I – Organizar evento anual sobre a temática de estágio, juntamente com as coordenações dos cursos, em data definida pelo próprio Câmpus.

II – Executar as políticas de desenvolvimento, acompanhamento e avaliação do estágio, no respectivo câmpus, em consonância com as normativas da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação;

III – Manter fluxo de informações relativas ao acompanhamento e desenvolvimento dos estágios em processo, bem como assegurar a socialização de informações junto às Coordenações de curso e ao campo de estágio;

IV – Orientar os alunos quanto ao preenchimento da documentação necessária à execução do estágio;

V – Assinar, como Instituição de Ensino, os Termos de Compromisso de Estágios, Termos Aditivos e demais documentos referentes a estágios de discentes vinculados ao Câmpus;

VI – Organizar a documentação relacionada aos estágios, encaminhando aos interessados as vias respectivas e mantendo arquivada uma via na Unidade Orientadora de Estágios;

VII – Enviar à Secretaria do Câmpus os relatórios finais dos estágios não obrigatórios para registro da carga horária realizada.

VIII – Enviar relatórios bimestrais à Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação, conforme modelo disponibilizado por esta última, para acompanhamento e consolidação dos dados de estágios do IFPR;

IX – Enviar a relação dos alunos para o setor responsável para que seja providenciado o seguro.

Parágrafo único. Os eventos a que se referem o inciso I deste artigo podem ser realizados em parceria do Câmpus com a Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação.

Art. 27. O responsável pela Coordenação de Estágio de cada câmpus será



designado pelo respectivo Diretor e seguirá as diretrizes estabelecidas pela PROEPI, em conformidade com a normatização do Instituto Federal do Paraná.

Art. 28. Compete a Coordenação de Estágios e Egressos:

- I - Realizar o controle administrativo geral dos estágios;
- II – Coordenar o funcionamento das Coordenações de Estágios de todos os Câmpus;
- III – Manter relacionamento com as unidades concedentes de estágio;
- IV – Receber os relatórios das Coordenações dos câmpus, compilar e produzir relatórios gerais sobre o tema;
- V – Apoiar os câmpus na organização do evento anual sobre a temática de estágio;
- VI – Divulgar modelos próprios de formulários padronizados e de fluxos e rotinas operacionais dos processos de estágio, por meio de *website*.

CAPÍTULO VII Das Disposições Gerais

Art. 29. Os câmpus do Instituto Federal do Paraná, ao ofertarem estágios, se adaptarão às normas constantes deste Regulamento.

Art. 30. Todo estagiário deverá estar coberto, obrigatoriamente, por seguro contra acidente, durante o período do estágio, na forma da legislação em vigor.

Art. 31. Os discentes poderão recorrer aos serviços de agentes de integração, devidamente cadastrados pela Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias;

Art. 32. Quando o IFPR figurar como Unidade Concedente em estágios remunerados, obrigatórios ou não, a responsabilidade de Administração fica a cargo da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas do Instituto Federal do Paraná.

Art. 33. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Superior.

Art. 34. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

4.2. Orientações sobre o estágio não obrigatório

Diretoria de Educação a Distância

Orientações sobre o estágio não obrigatório para os cursos técnicos da Modalidade de Educação a Distância

Os estudantes matriculados nos cursos Técnicos Subsequentes ofertados na modalidade Educação a Distância, organizados pela Diretoria de Educação a Distância do IFPR, poderão realizar o estágio não obrigatório previsto no Projeto Pedagógico do Curso - PPC, regulamentado pela Lei nº 11.788 de 2008 e pela Resolução CONSUP/IFPR nº 02 de 2013.

Como forma de nortear a assinatura do termo de compromisso de estágio não obrigatório, são encaminhadas as seguintes orientações acordadas com os Coordenadores Gerais de cada curso e Diretoria de Ensino:

- a) **Das assinaturas** - Com o processo de descentralização e a criação do Núcleo de Tecnologia e Educação a Distância - NUTEAD, a assinatura do termo de compromisso de estágio não obrigatório será de responsabilidade do Campus onde o estudante estiver vinculado. O termo de compromisso de estágio será assinado pelos seguintes atores: Coordenador Local do Curso Técnico integrante ao NUTEAD (como Orientador da Instituição de Ensino), pelo Chefe de Seção de Estágios do Campus (pela Instituição de Ensino), pelo responsável da empresa contratante e pelo estagiário. O Documento será em 4 vias, uma para cada parte.

Caso o cargo de Coordenador Local do Curso Técnico esteja vago, quem deverá assinar (como Orientador da Instituição de Ensino) o termo de compromisso de estágio será o Coordenador do NUTEAD do Campus. Caso o cargo de Coordenador do NUTEAD esteja vago, quem deverá assinar o termo de compromisso é o Coordenador de Ensino Técnico do Campus.

No caso dos estudantes vinculados diretamente à Diretoria de Educação a Distância do IFPR, a responsabilidades das assinaturas será do Coordenador Geral do Curso (como Orientador da Instituição de Ensino) e do responsável pelos Estágios e Práticas Educacionais da Diretoria de Educação a Distância (pela Instituição de Ensino).

Orientamos o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para a assinatura.

- b) **Acompanhamento:** É importante que o Coordenador Regional do Curso (que assina como Orientador da Instituição de Ensino) atue junto com o Chefe de Seção de estágio do Campus, acompanhando os estagiários, recebendo relatórios e verificando se o estudante continua ativo no curso. Caso o discente desista, o Coordenador local do curso deverá comunicar imediatamente a situação do estudante para o Agente de Integração que realizou o termo de compromisso.
- c) **Das cláusulas do Termo de Compromisso** - Orientamos que seja informada às empresas intermediadoras dos estágios (Agentes de Integração, por exemplo o CIEE) que incluem, no termo de compromisso com os estudantes, os seguintes itens:
1. **Carga horária do estagiário:** 6 (seis) horas diárias e não ultrapassar 30 (trinta) horas semanais.
 2. **Supervisor da parte concedente:** a empresa ou instituição (parte concedente) tem a obrigatoriedade de disponibilizar profissional supervisor para orientar e supervisionar o estagiário. Conforme a Lei nº 11.788, este supervisor deve possuir formação ou experiência profissional na área de conhecimento do curso do estagiário.
 3. **Seguro:** conforme a Lei nº 11.788, a empresa concedente deverá fornecer seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso (Lei nº 11.788, art. 9º).
 4. **Equipamento de Proteção Individual – EPI:** Para estudantes que precisem atuar em funções onde estará exposto aos riscos ocupacionais, estabelecidos pelo mapa de risco da empresa contratante (a saber: físicos, químicos, ergonômicos, biológicos e riscos de acidente), um engenheiro de segurança do trabalho deverá estabelecer quais EPis serão necessários ao estagiário. Os Equipamentos de Proteção Individual deverão tanto constar no termo de compromisso como serem fornecidos aos estagiários pela empresa concedente, conforme prevê a CLT, Artigos 154 a 201. Destacamos que tanto a contratação do engenheiro quanto os EPis são de responsabilidade da empresa concedente.
 5. **Plano de atividades do estagiário:** As atividades a serem realizadas pelo estudante, no local do estágio, devem constar (conforme Lei nº 11.788) no termo de compromisso. Visto que o estágio é um ato educativo, solicitamos que as atividades que o estudante/estagiário irá desempenhar, na instituição concedente, sejam



condizentes com o curso no qual ele está matriculado. Para orientar os Agentes de Integração, na elaboração do termo de compromisso, selecionamos alguns documentos e orientações por curso:

Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde

- Realizar somente atividades que são de competência do Agente Comunitário de Saúde descritas nas páginas 48 e 49 no <http://www.sua.zk1281001/dados/qualificacao/aga/propoan.pdf>

Curso Técnico em Administração

- Realizar somente atividades que são de competência do Técnico em Administração, em organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos. De acordo com o Manual do Administrador elaborado pelo Conselho Federal de Administração, entende-se como campos privativos do Administrador os seguintes: Administração Financeira, Administração de Material, Administração Mercadológica, Administração da Produção, Administração de Pessoal, Administração e Seleção de Pessoal/Recursos Humanos/Relações Industriais, Orçamento, Organização e Métodos e Relações de Trabalho, bem como os Campos Conexos, a saber: Administração de Consórcio, Administração de Comércio Exterior, Administração de Cooperativas, Administração Hospitalar, Administração de Condomínios/shopping Centers, Administração de Imóveis, Administração de Processamento de Dados/Informática, Agronegócio, Administração Hoteleira, Factoring, Serviços de fornecimento de mão-de-obra, Administração de Bens de Terceiros, Administração de Cartões de Crédito, Holding, Administração e Organização de Eventos, Turismo, Administração Terceiro Setor.

Curso Técnico em Serviços Públicos

- Realizar somente atividades que são de competência do Técnico em Serviços Públicos descritas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disponível em: http://portal.mec.gov.br/cnpq/portal/estrutura_institucional/estrutura_institucional.asp

Curso Técnico em Meio Ambiente

- Realizar somente atividades que são de competência do Técnico em Meio Ambiente, conforme Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disponível em: http://portal.mec.gov.br/cnpq/portal/estrutura_institucional/estrutura_institucional.asp

Curso Técnico em Logístico

- As atividades que podem ser desenvolvidas pelo estagiário do curso Técnico em Logística são as relacionadas ao trabalho do profissional de logística. Pode atuar nos setores de compras, recebimento, armazenagem, movimentação de materiais, expedição e distribuição de materiais e produtos. Pode colaborar na gestão de estoques, prestar atendimento aos clientes.

Curso Técnico em Segurança do Trabalho

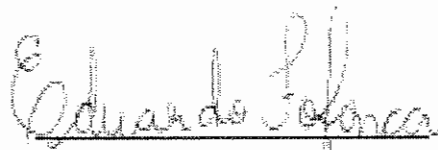
- Realizar somente atividades que são de competência do Técnico em Segurança do Trabalho conforme dispõe a Portaria nº 3.275 de 21 de setembro de 1989 do

Ministério do Trabalho e Emprego, disponível em

<http://portal.mte.gov.br/desafios/estagio-educacional-para-estudantes-de-ensino-medio.pdf>

6. É vedado ao estudante realizar atividades de desvio de função no desenvolvimento de suas atividades específicas enquanto estagiário.

Contatos e dúvidas sobre estágios: gioconda.ghiggi@ipq.edu.br



Eduardo Fofonda

Diretoria de Ensino e Desenvol. de Recursos Educacionais

Diretoria de Educação a Distância



Gioconda Ghiggi (Pedagoga)

Responsável pelos Estágios e Práticas Educacionais

Diretoria de Educação a Distância

Curitiba, 22 de fevereiro de 2016



4.3. Portarias



PORTARIA N° 048 DE 16 DE JULHO DE 2015

O Diretor de Ensino a Distância do Instituto Federal do Paraná, no uso da competência que lhe confere a Portaria nº 93 de 03 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União no dia 04 de fevereiro de 2014, seção 2, página 16.

RESOLVE:

I. Designar os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão responsável pela elaboração dos Projetos Pedagógicos do Curso Técnico de Serviços Públicos na modalidade a distância.

NOME	SIAPE
Eduardo Fofonca	1567387
Gioconda Ghiggi	2233786
Lucilene Fátima Baldissera	2230933
Vania Carla Camargo	2180776
Célio Alves Tibes Junior	1306718

II. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura

FERNANDO ROBERTO AMORIM SOUZA
Diretor de Educação a Distância
Instituto Federal do Paraná



PORTARIA N° 059 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

O Diretor Geral da Diretoria de Educação a Distância do Instituto Federal do Paraná, no uso da competência que lhe confere a Portaria n° 93 de 03 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União no dia 04 de fevereiro de 2014, seção 2, página 16.

RESOLVE:

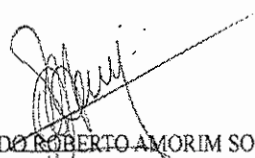
1. Retificar a Portaria n° 48 de 16 de julho de 2015, que designou os membros para comporem a Comissão responsável pela elaboração dos Projetos Pedagógicos do Curso Técnico de Serviços Públicos do EAD/IFPR:

Onde se lê:

NOME	SIAPE
Eduardo Fofonca	1567387
Gioconda Ghiggi	2233786
Lucilene Fátima Baldissera	2230933
Vania Carla Camargo	2180776
Célio Alves Tibes Junior	1306718

Leia-se:

NOME	SIAPE
Eduardo Fofonca	1567387
Gioconda Ghiggi	2233786
Lucilene Fátima Baldissera	2230933
Vania Carla Camargo	2180776
Gustavo Luis Lopes Silveira	1802847


FERNANDO ROBERTO AMORIM SOUZA
Diretor de Educação a Distância
Instituto Federal do Paraná



INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

PORTARIA N° 042 DE 16 DE JULHO DE 2015

O Diretor de Ensino a Distância do Instituto Federal do Paraná, no uso da competência que lhe confere a Portaria n° 93 de 03 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União no dia 04 de fevereiro de 2014, seção 2, página 16.

RESOLVE:

I. Designar os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão responsável pela elaboração dos Projetos Pedagógicos do Curso Técnico em Administração na modalidade a distância.

NOME	SIAPE
Eduardo Fofonca	1567387
Gioconda Ghiggi	2233786
Lucilene Fátima Baldissera	2230933
Vanía Carla Camargo	2180776
Márcia Valéria Paixão	1929341

II. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura

FERNANDO ROBERTO AMORIM SOUZA
Diretor de Educação a Distância
Instituto Federal do Paraná



INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ | Reitoria
Av. Victor Ferreira do Amaral, 306 - Tarumã, Curitiba - PR | CEP 82530-230 - Brasil



PORTARIA Nº 043 DE 16 DE JULHO DE 2015

O Diretor de Ensino a Distância do Instituto Federal do Paraná, no uso da competência que lhe confere a Portaria nº 93 de 03 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União no dia 04 de fevereiro de 2014, seção 2, página 16.

RESOLVE:

I. Designar os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão responsável pela elaboração dos Projetos Pedagógicos do Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde na modalidade a distância.

NOME	SIAPE
Eduardo Fofonca	1567387
Gioconda Ghiggi	2233786
Lucilene Fátima Baldissera	2230933
Vania Carla Camargo	2180776

II. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura

FERNANDO ROBERTO AMORIM SOUZA
Diretor de Educação a Distância
Instituto Federal do Paraná



PORTARIA Nº 045 DE 16 DE JULHO DE 2015


O Diretor de Ensino a Distância do Instituto Federal do Paraná, no uso da competência que lhe confere a Portaria nº 93 de 03 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União no dia 04 de fevereiro de 2014, seção 2, página 16.

RESOLVE:

I. Designar os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão responsável pela elaboração dos Projetos Pedagógicos do Curso Técnico em Logística na modalidade a distância.

NOME	SIAPÉ
Eduardo Fofonca	1567387
Gioconda Ghiggi	2233786
Lucilene Fátima Baldissera	2230933
Vania Carla Camargo	2180776
Marcos Rogério Maioli	1348592

II. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura


FERNANDO ROBERTO AMORIM SOUZA
Diretor de Educação a Distância
Instituto Federal do Paraná



PORTARIA N° 046 DE 16 DE JULHO DE 2015

O Diretor de Ensino a Distância do Instituto Federal do Paraná, no uso da competência que lhe confere a Portaria n° 93 de 03 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União no dia 04 de fevereiro de 2014, seção 2, página 16.

RESOLVE:

I. Designar os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão responsável pela elaboração dos Projetos Pedagógicos do Curso Técnico em Meio Ambiente na modalidade a distância.

NOME	SIAPE
Eduardo Fofonca	1567387
Gioconda Ghiggi	2233786
Lucilene Fátima Baldissera	2230933
Vania Carla Camargo	2180776
Ana Lúcia Falco	2117927

II. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura

FERNANDO ROBERTO AMORIM SOUZA
Diretor de Educação a Distância
Instituto Federal do Paraná



PORTARIA N° 047 DE 16 DE JULHO DE 2015

O Diretor de Ensino a Distância do Instituto Federal do Paraná, no uso da competência que lhe confere a Portaria n° 93 de 03 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União no dia 04 de fevereiro de 2014, seção 2, página 16.

RESOLVE:

I. Designar os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão responsável pela elaboração dos Projetos Pedagógicos do Curso Técnico em Segurança do Trabalho na modalidade a distância.

NOME	SIAPE
Eduardo Fofonca	1567387
Gioconda Ghiggi	2233786
Lucilene Fátima Baldissera	2230933
Vania Carla Camargo	2180776
Alexandre Dullius	1920402

II. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura

FERNANDO ROBERTO AMORIM SOUZA
Diretor de Educação a Distância
Instituto Federal do Paraná

4.4. Ata de aprovação do ajuste curricular dos cursos técnicos

 INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	ATA DE REUNIÃO - Nº: 02/2015 Título: Reunião da Diretoria de Ensino e Desenvolvimento de Tecnologias Educacionais		TIPO DE REUNIÃO <input type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Área / Setor <input type="checkbox"/> Grupo de Trabalho <input type="checkbox"/> Comissão <input type="checkbox"/> Outra Qual: _____
	SECRETARIA Gioconda Ghiggi	Data: 06/07/2015	Local: EAD - IFPR
PAUTA Avaliação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos em: Administração, Agente Comunitário em Saúde, Eventos, Logística, Meio Ambiente, Segurança do Trabalho, Serviços Públicos.			

1 Reuniram-se na Diretoria de Educação a Distância do IFPR, no dia 06 de julho de 2015, em
 2 Curitiba, os docentes José Carlos Pereira; Vania Carla Camargo, atualmente tendo a
 3 atribuição da coordenação de ensino técnico na modalidade de EaD; a docente Márcia Valéria
 4 da Paixão; os Técnicos Administrativos em Educação Carmen Silvia da Costa; atualmente no
 5 cargo de Coordenadora de Tecnologias Educacionais; Eduardo Fofonca, atualmente no cargo
 6 de Diretor de Ensino e Desenvolvimento de Tecnologias Educacionais; Ricardo Carlos
 7 Hartmann, que coordena a infraestrutura de Polos e Secretaria Acadêmica da modalidade
 8 EaD, a Pedagoga Gioconda Ghiggi e a Técnica em Assuntos Educacionais Lucilene Fátima
 9 Baldissera, além do diretor geral da diretoria sistêmica de Educação a Distância, Professor
 10 Fernando Amorim para a discutir as Projetos Pedagógicos dos cursos técnicos:
 11 Administração, Agente Comunitário em Saúde, Eventos, Logística, Meio Ambiente, Segurança
 12 do Trabalho, Serviços Públicos para avaliar a matriz curricular, ementas, metodologias e
 13 demais atos de composição do mesmo, a fim de verificar uma nova construção coletiva dos
 14 projetos. Diante desse processo de análise, foram organizadas comissões para as
 15 construções coletivas dos PPC. Para tanto foram ainda propostas reuniões quinzenais com o
 16 objetivo de fundamentar uma nova construção de elementos específicos para a formação de
 17 nível técnico na modalidade de EaD, caracterizando, assim, um cenário de formação
 18 profissional, com princípios pedagógicos e elementos de ensino, que norteiam desde a
 19 avaliação por conceito, institucionalmente preconizada na Portaria 120/2009 aos trabalhos
 20 como princípio educativo, numa perspectiva de educação inclusiva. Desse modo, preconizou-
 21 se que se ajustassem as ementas de acordo com a nova matriz, discutida nas reuniões, a
 22 metodologia de ensino e as tecnologias e ferramentas digitais de acordo com o novo Ambiente
 23 Virtual de Aprendizagem. Nada mais havendo a tratar, Eduardo Fofonca encerrou a reunião,
 24 da qual eu Gioconda Ghiggi, Pedagoga, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada será
 25 assinada pelos demais presentes.



5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 7 jan. 2016.

_____. **Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: . Acesso em: 7 jan. 2016.

_____. **Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 12 de janeiro de 2016.

_____. **Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm>. Acesso em: 13 de janeiro de 2016.

_____. Ministério da Educação/CNE/Câmara da Educação Básica. **Parecer n. 16, de 5 de outubro de 1999**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível Técnico. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb016_99.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

_____. Ministério da Educação/CNE/Câmara da Educação Básica. **Resolução CNE/CEB n. 4, de 5 de outubro de 1999**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB04_99.pdf>. Acesso em: 6 de janeiro de 2016.

_____. Ministério da Educação/CNE/ Câmara da Educação Básica. **Resolução n. 03, de 9 de julho de 2008**. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb003_08.pdf>. Acesso em: 7 de janeiro de 2016.

_____. Ministério da Educação/CNE/ Câmara da Educação Básica. **Resolução n. 06, de 20 de setembro de 2012**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <<http://mobile.cnte.org.br:8080/legislacao-externo/rest/lei/51/pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2016.



_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Estratégia Nacional para Redução dos Acidentes do Trabalho 2015-2016**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: . Acesso em: 11 jan. 2016.

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11394-catalogo-nacional-versao2012-pdf&category_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 7 de janeiro de 2016.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Estabelece os critérios de avaliação do processo ensino aprendizagem do IFPR. **Portaria nº 120, de 6 de agosto de 2009**. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2009/08/Portaria-120-de-06.08.09.pdf>>. Acesso em: 7 de janeiro de 2016.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2014/2018**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná-IFPR, dez/2014. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014>

FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação [online]**. v. 14, n. 40, p.168-194, 2009. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Estabelece os critérios de avaliação do processo de ensino aprendizagem do IFPR. Portaria n. 120, de 6 de agosto de 2009. Disponível em: . Acesso em: 7 jan. 2016.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LIBÂNEO, J. C.. **A Democratização da Escola Pública**. São Paulo: Loyola, 1992.

PALANGANA, I. C.; GALUCH, M. T. B. **Avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem: um desafio que persiste**. Revista UNIFAMMA. v. 6, n. 1, Maringá, nov/2007.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 34ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica**. Ed. 11. Campinas: Autores Associados, 2012.

VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. 18ª Ed. São Paulo: Libertad, 2012.



**INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ**



DESPACHO

Número do Processo: 23411.000969/2016-10

Assunto: Ajuste Curricular PPC Técnico em Segurança do Trabalho – Subsequente
- EAD

Prezados Responsáveis:

Encaminhamos o processo supramencionado à DEMTEC para apreciação e emissão de parecer. Solicitamos que o referido processo retorne a este gabinete, em no máximo 30 dias, para que possamos tomar ciência do parecer desta Diretoria e reencaminhá-lo conforme trâmite da instituição.

Curitiba, 07 de março de 2016.

Ricardo Alexandre Pereira
Pró-Reitor de Ensino Substituto
Instituto Federal do Paraná
SIAPE: 1657121



Processo nº. 23411.000969/2016-10

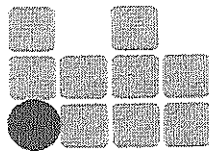
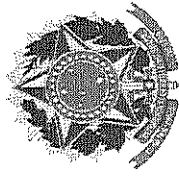
Assunto: AJUSTE CURRICULAR DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SEGURANÇA DO TRABALHO, OFERTADO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA - PPC/CTST/EAD - OFERTA 2015



DESPACHO

1. Vistos;
2. Digitalizou-se a íntegra dos 2 (dois) volumes do Processo recebidos, registrados sob os nºs **23411.001372/2011-88** - Vol. I; e **23411.000969/2016-10** - Vol. II;
3. Verificou-se que houve falha de paginação às fls. 13 do **Vol. I**, cuja numeração da folha subsequente foi preenchida como "**13-A**". A numeração subsequente mantém a falha de paginação. Assim, de acordo com a paginação anotada nas folhas, o **Vol. I** contém 117 folhas, quando, de fato, possui **118** folhas;
4. Verificou-se que o **Vol. II** encontra-se registrado em novo Processo Administrativo autônomo, sob Nº **23411.000969/2016-10**. Este Processo se inicia às fls. **01** e encontra-se autuado até às fls. **90**;
5. Ambos os volumes, integralmente digitalizados na forma em que foram recebidos por esta Coordenação, tiveram seus arquivos digitais inseridos no SIPAC;
6. Considerando-se que o presente Processo foi movimentado para esta Coordenação exclusivamente para DIGITALIZAÇÃO dos autos, não foi efetuada a correção da numeração das folhas;
7. RECOMENDA-SE a correção da numeração das folhas;
8. Autua-se o Processo Nº **23411.000969/2016-10** às fls. **91** com o presente DESPACHO;
9. Foram realizadas as seguintes modificações no Processo: **a) inclusão de INTERESSADO NO PROCESSO: DIRETORIA DE ENSINO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS EDUCACIONAIS; b) atualização do ASSUNTO DETALHADO:** de "AJUSTE CURRICULAR DO PROJETO PEDAGÓGICO - PPC" para "**AJUSTE CURRICULAR DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SEGURANÇA DO TRABALHO, OFERTADO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA - PPC CTST EAD - OFERTA 2015**"; **c) atualização da OBSERVAÇÃO:** de AJUSTE CURRICULAR DO PROJETO PEDAGÓGICO - PPC" para "**AJUSTE CURRICULAR DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SEGURANÇA DO TRABALHO, OFERTADO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA - PPC/CTST/EAD - OFERTA 2015**";
10. Não havendo outras anotações na capa do Processo Nº 23411.000969/2016-10, em função das modificações realizadas, substituiu-se-a;
11. Retornem-se os autos à Direção de Ensino Médio e Técnico da PROENS, para os devidos encaminhamentos;
12. Encaminhe-se sob Protocolo.

(Autenticado digitalmente em 08/07/2016 16:01)
RICARDO CARLOS HARTMANN
COORDENADOR


**INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ**

Parecer nº 120/2016 CEMTEC / DEMTEC / PROENS

Curitiba, 16 de novembro de 2016.

Ao/A

Professor/a Kriciele Kricianne Venturi

Diretora de Ensino e Desenvolvimento de Recursos Educacionais da EaD

Ao/A

Pedagogo/a/s da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis

À

Comissão responsável pela elaboração do PPC

Volume: II

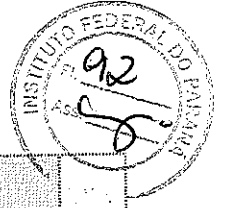
Processo nº 23411.000969/2016-10

Referente a: () Abertura do Curso (x) Ajuste curricular

Projeto Pedagógico do Curso: Técnico em Segurança do Trabalho

Forma de oferta: () Concomitante (x) Subsequente

Itens de análise	Requisitos do item	Atendimento ao item		Folha	Observações
		Sim	Não		
1	1.1 Pro- tocolo	Conforme IP nº 18/2011 da PROENS/IFPR	x		



DEMTEC

2	Memorando	2.1	Com a indicação dos itens do PPC a serem ajustados e a(s) devida(s) justificativa(s), se tratar de proposta de ajuste curricular.	X			
3	Formulário atualizado	3.1	Conforme publicação na página virtual do IFPR > Menu Acadêmico > Ensino Médio e Técnico > Legislação > Orientações Projeto Pedagógico de Curso (PPC)	X			
4	Capa	4.1	Campus, local, ano	X			
		4.2	Nome do curso de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, sem a forma de oferta	X			
5	Folha de rosto	5.1	Nomes dos ocupantes dos cargos atualizados	X	X	6	Atualizar os nomes dos ocupantes dos cargos de acordo com Portaria mais recente.
6	Sumário	6.1	Correspondência dos títulos e das páginas com o documento	X			
		6.2	Constam todos os itens, inclusive a relação dos anexos	X			
		7.1	Número do Processo	X			
		7.2	Eixo Tecnológico de acordo com Catálogo Nacional de Cursos Técnicos	X	X	8	Alterar o eixo tecnológico de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, 3ª edição.
		7.3	Responsável pela Coordenação do Curso	X			
7	Identificação do Projeto	7.4	Endereço do campus	X			
		7.5	Resolução de Criação, se for PPC de ajuste	X			
		7.6	Nome do Coordenador do Curso integrada a Comissão de elaboração do PPC, assim como Pedagogo/a e Bibliotecário/a	X			
		8.1	Nível: Educação Profissional Técnica de nível Médio	X			
		8.2	Modalidade, se presencial ou a distância	X			



DEMTEC

8.3	Forma de Oferta, se subsequente ou concomitante	X				
8.4	Tempo de duração do curso em anos	X				
8.5	Turno de oferta conforme Documento DCNEB 2013, p. 26, 1º parágrafo e Decreto nº 7083/2010 – Programa Mais Educação: tempo parcial matutino ou tempo parcial vespertino ou tempo parcial noturno ou tempo parcial diurno (manhã e tarde) ou tempo integral (7h/dia em turno e contraturno ou turno único durante todo o período letivo)	X				
8.6	Horários de oferta do curso com início e término em seus turnos e dias de semana	X				
8.7	Carga horária total em hora relógio, mínimo de 800 ou 1.000 ou 1.200 horas, conforme Catálogo Nacional de Cursos Técnicos atualizado pela Resolução CNE/CEB nº 01/2014 e em atendimento ao disposto na Portaria SE-TEC/MEC nº 25/2015.	X				
8.8	Carga horária de estágio em hora relógio, sem compor a carga horária mínima do curso, porém, compondo a carga horária total do curso	X				
8.9	Número mín. e máx. de vagas de acordo com a natureza do curso, capacidade da sala de aula e em função da me-lhor R.A.P. do T.A.M. 20/1.	X				
8.10	Ano de criação do curso, se for ajuste	X				
8.11	Requisitos de acesso ao curso: a escolaridade e o Processo Seletivo	X				

8 Características do Curso



DEMTEC

8.12	Tipo de Matrícula: por componente curricular/por módulo/por unidade curricular multidisciplinar/ ou por série.	x			
8.13	Regime Escolar (a duração dos períodos do curso): anual/semestral/modular	x			
8.14	Instituição parceira: se citada, apresenta Termo desse Convênio em anexo		x	9	O PPC não cita e não apresenta os Termos de Convênio devidamente assinados pelas partes de forma que a apreciação pela CEMTEC/DEMTEC/PROENS refere-se, exclusivamente, aos aspectos pedagógicos da proposta, sendo a oferta de responsabilidade da Diretoria de Educação a Distância.
9.1	Indicadores dos arranjos locais (produtivos, territoriais, culturais, educacionais, sociais); caracterização regional de aspectos relacionados à área profissional		x	10	A justificativa da oferta do curso não traz indicadores dos arranjos locais: produtivos, culturais, educacionais e sociais que requeriram a formação desses profissionais. Os cursos na modalidade EaD precisam considerar as demandas locais/regionais mesmo sua oferta sendo massiva.
9.2	O processo de construção coletiva do curso		x	10	Não fora mencionado no texto da justificativa sobre a construção coletiva do PPC. Se a comissão que consta na folha 8 fez um trabalho conjunto, deve estar descrito em ao menos um parágrafo.
9.3	Outras perspectivas além da mercadológica como a potencialização do ser humano, a construção e resgate da cidadania, a transformação social, a verticização		x	10	A única justificativa apresentada foi sobre a área do curso. É preciso ampliar a justificativa para as razões humanas e sociais da formação técnica, visto que o/a estudante não é mero instrumento a ser utilizado em favor de uma realidade ou área produtiva, mas é antes, ele/a mesmo/a a sociedade onde vive razões para seu desenvolvimento.
9.4	Otimização da infraestrutura física, dos quadros de pessoal e dos recursos equipamentos				
9.5	Os eixos tecnológicos já existentes no campus; itinerários formativos do estudante.				
9	Construção textual que indique: razões, motivos, fatores geradores, ancorados em				



DEMTEC

10	Objetivos do Curso	Consonância com a organização curricular do curso	X	11	A consonância existe, o que faltou foi ampliar os objetivos para o desenvolvimento pessoal do estudante e da sociedade em que está inserido, conforme item 9.3, e diante dessa ampliação será preciso rever os objetivos e dizer no texto da organização curricular como esse desenvolvimento será provocado pelo curso.
10.1		Expressam ações do curso e não do estudante egresso	X		
10.2		Apresentam prospeção à longo e médio prazo	X		
10.3		Cada objetivo apresenta um resultado esperado	X		
10.4		Conforme Catálogo Nacional de Cursos Técnicos	X		
11	Perfil Profissional de Conclusão	Coerência com as justificativas, os objetivos e com a organização curricular em suas estruturas, metodologias, matriz e ementas	X		
11.1		Apresentação dos conhecimentos que o egresso deverá adquirir durante o curso e sua relação com as ações profissionais	X		
11.2		Em consonância com a formação básica, se concomitante	X		
11.3		Contempla as atribuições funcionais previstas na legislação específica referente ao exercício profissional fiscalizado	X		
11.4		Concepção crítica, expressa em suas características, princípios, critérios conforme art. 24 da Lei 9.394/1996 – LDB, Resolução nº 54/2011 do IFPR e Portaria nº 120/2009 do IFPR	X		
11.5				11	E de responsabilidade da Coordenação do Curso seguir o disposto em legislação específica. Conforme Catálogo Nacional dos Cursos: Lei nº 7.410/1985. Decreto nº 92.530/1986. Portaria MTE nº 3.275/1989. Portaria MTE 3.214/1978. Portaria MTE 262/2008.
12.1					



DEMTEC

12.2	Certificação de Conhecimentos, mediante comprovação de domínio de conteúdo através de aprovação em avaliação para fins de avanço ou dispensa de frequência em Componentes Curriculares	x	20	No 1º parágrafo do item 3.5.2 Certificação de conhecimentos anteriores é necessário substituir a citação da Resolução CNE/CEB nº 04/1999, que foi revogada, pela Resolução CNE/CEB nº 06/2012, visto que esta amplia a compreensão de que os conhecimentos profissionais anteriores podem ter sido desenvolvidos em experiências de trabalho ou de estudos formais e não formais, devendo esta explicitação ser inserida no mesmo parágrafo em substituição ao texto da Resolução revogada, visto que essa era reducionista ao indicar que o desenvolvimento profissional poderia ter acontecido apenas na educação profissional e tecnológica ou no trabalho. A compreensão profissional pode ter sido adquirido por meios não formais amplia as possibilidades de garantir o direito a sua certificação. No 2º parágrafo da folha 21 é necessário rever a designação de que a entrevista terá um peso de 50% e o resultado da prova terá valor de 50%, visto que a avaliação na instituição não é quantitativa, mas qualitativa, exigindo que se definam objetivos, conteúdos e critérios em cada componente curricular para a sua Certificação. Lembramos que entrevista exige certos cuidados com critérios definidos e informados antecipadamente, além de gravação para assegurar sua lisura e imparcialidade.
12.3	Aproveitamento de Estudos para fins de avanço ou dispensa de frequência em Componente Curricular	x		
12.4	Recuperação Paralela conforme Nota do CNE/CEB de 09 de setembro de 2013 sem computar na carga horária mínima do curso	x		
12.5	Resultados em conceitos conforme Portaria nº 120/2009 do IFPR	x	16	A descrição dos conceitos B e C não estão de acordo com o previsto na Portaria nº 120/2009 do IFPR. Rever.
12.6	Progressão Parcial conforme Resolução nº 54/2011 e Portaria nº 120/2009 do IFPR	x	A partir da folha 12.	Não consta a descrição de como poderá ser realizada a progressão parcial neste curso. Descrever.

12 Avaliação da Aprendizagem



DEMTEC

13	Instalações e equipamentos, recursos tecnológicos e biblioteca	13.1	Lista nominal, descritiva e quantitativa dos itens já existentes no campus		X	A partir da folha 20.	Na folha 25 consta a observação de que os itens 1 a 14 estão presentes em todos os campi. No entanto, o item 1 não é a descrição das instalações de todos os campi, assim como a presença do Camarim não se verifica em todos os campi. Rever.	
		13.2	Lista nominal, descritiva e quantitativa dos itens a serem adquiridos pelo campus		X		Não fora apresentada. Rever se necessário.	
		13.3	Conforme infraestrutura do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.					
14	Pessoas envolvidas: docentes e técnicos	13.4	Recursos específicos necessários para atendimento de estudantes com deficiências ou transtornos globais do desenvolvimento ou dificuldades de aprendizagem que o campus possui e que precisam ser adquiridos		X	20	É necessário discorrer como a EAD está estruturada para atender estudantes com deficiências ou transtornos globais do desenvolvimento ou dificuldades de aprendizagem.	
		14.1	Já lotadas no campus ou em Termo de Cooperação		X			
		14.2	A serem nomeados					
		14.3	A serem concursados					
		14.4	Professores convidados					
		14.5	Professores substitutos					
15	Descrição de diplomas e certificados a serem expedidos	14.6	Professores bolsistas (EaD)		X		Há a indicação de que os docentes serão contratados mediante edital de processo seletivo, no entanto, não fora listado quantos e de que áreas de formação. É necessário listar.	
		15.1	Descrição do nome do curso e do eixo tecnológico		X	25	É necessário informar o eixo tecnológico na descrição do Diploma.	
		16.1	Pressupostos Pedagógicos					
		16.2	Orientações Metodológicas					
16.3	Descrição conceptual da matriz curricular, as razões da escolha dos componentes, carga horária e distribuição nas séries				32	A edição do Catálogo Nacional de Cursos citada no primeiro parágrafo é a primeira, já estamos na terceira. Atualizar.		



DEMTEC

16.4	Descrição sobre tratamento dos Temas Transversais: 1) Prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente; 2) Segurança no Trânsito; 3) Educação Ambiental; 4) Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; 5) Educação em Direitos Humanos; 6) Educação alimentar e nutricional.	x	34	Faltou descrever a indicação do tema "conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente, conforme a Lei 8.069/1990 e Lei 13.010/2014 ou § 9º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.
16.5	Presença do componente curricular complementar: "Exibição obrigatória de filmes de produção nacional" por no mínimo, 2 (duas) horas mensais, conforme Lei nº 13.006/2014	x	32	Não há indicação do cumprimento da lei na realização deste curso. É necessário discorrer sobre como ela será cumprida e o trato pedagógico que será dado à exibição.
16.6	Descrição das Atividades Complementares, se previsto	x	33	Na folha 28 é indicado que além dos módulos haverá uma atividade complementar denominada Seminários Locais, no entanto, na matriz curricular a atividade complementar é tratada igualmente aos outros componentes curriculares com a distribuição de suas horas nas mesmas atividades avaliativas e na ementa, à folha 66, é descrita como desenvolvimento de projetos. É preciso rever o que se entende por Atividade Complementar e uniformizar a descrição onde ela aparecer no PPC. As atividades complementares não costumam sofrer avaliações, apenas as horas são computadas, quando estas são determinadas no PPC como carga horária mínima a ser cumprida e no lugar de ementa deve-se construir um regulamento de que atividades são aceitas como Atividade Complementar.
16.7	Descrição do Trabalho de Conclusão de Curso, se previsto	---	---	---
16.8	Descrição do Projeto Integrador, se previsto	---	---	---
16.9	Descrição do Estágio supervisionado, se previsto	---	---	---
16.10	Um componente curricular por linha	---	---	---

Organização Curricular



DEMTEC

16.11	40 semanas letivas relativas aos 200 dias letivos, se anual; ou 20 semanas letivas relativas a 100 dias letivos, se semestral	X	35	Não há como analisar pelos dados constantes na matriz. Se possível indicar e/ou justificar.
16.12	Relação nº de aulas semanais/Horas-aula/Horas relógio	X	35	É necessário indicar na matriz curricular e no texto da organização curricular qual a duração da hora-aula, qual a previsão de aulas semanais.
16.13	Componentes Curriculares com o mínimo de 2 aulas semanais	X	35	Não há como analisar pelos dados constantes na matriz. Se possível indicar e/ou justificar.
16.14	Presença de carga horária de Atividades Complementares, se previsto, sem indicativo de horas-aula, apenas de horas relógio.	X	35	Fora contabilizado carga horária de avaliação. Rever conforme item 16.6.
16.15	Presença de componente curricular de "Orientação para TCC", se previsto TCC			---
16.16	Presença de componente curricular de "Orientação para Projeto Integrador", se previsto Projeto Integrador			---
16.17	Presença de componente curricular de "Orientação para Estágio Supervisionado", se previsto Estágio Supervisionado/obrigatório			---
16.18	Componentes Curriculares eletivos ou optativos, se previstos			---
16.19	Carga horária mínima dos cursos: 800, 1.000 ou 1.200 horas relógio, conforme Catálogo Nacional de Cursos Técnicos vigente			---
17.1	Nome do componente curricular de acordo com a matriz	X	35 - 39	Na folha 35 consta o componente curricular Linguagem e Comunicação e na folha 39 o mesmo componente consta com o nome Comunicação e Linguagem. Rever. Na folha 35 consta o componente curricular Desenvolvimento Pessoal e Profissional e na folha 42 o mesmo componente consta com o nome Desenvolvimento Profissional e Pessoal. Rever.

Matriz Curricular

DEMTEC

17	Ementas aos Componentes Curriculares	17.2	Horas-aula de acordo com a matriz curricular	X					
		17.3	Referências de acordo com IIP PROENS/IFPR nº 03/2014	X					
		17.4	Sequência das ementas de acordo com a sequência exibida na matriz curricular	X					
		17.5	Presença de todas as ementas.	X					
		18.1	Portaria de nomeação da Comissão de elaboração do PPC, conforme inciso I do artigo 3º da IIP nº 18/2011 da PROENS	X					
18	Documentos Anexos	18.2	Ata de Aprovação do PPC (abertura ou ajuste) pelo Colegiado do Curso		X				As portarias de nomeação de comissão para elaboração de PPC's que não se referem ao Curso Técnico Segurança do Trabalho são desnecessárias neste processo. Em nova versão a ser apresentada do PPC com as solicitações deste parecer deve-se retirar dos anexos, mantendo apenas a portaria de nomeação da comissão de elaboração deste PPC. Seria importante pensar numa forma dos professores do curso validarem o PPC construído pela Comissão.
		18.3	Ata de Aprovação do curso ou de aprovação do ajuste curricular no Conselho Diretor do Campus – CODIC		X		87		A ata de reunião da Diretoria de Ensino e Desenvolvimento de Tecnologias Educacionais apenas anuncia que foram organizadas comissões para as construções coletivas dos PPC, no entanto não há uma ata de reunião aprovando o PPC a ser submetido. Os processos democráticos requerem instâncias colegiadas, as quais são submetidas à consulta quaisquer projetos a serem desenvolvidos/realizados para validação pelo grupo e comunidade envolvida. Devido à especificidade da EaD ter cursos propostos por sua Diretoria seria interessante pensar numa instância colegiada que discutisse as proposições da Diretoria.
		18.4	Termo de Convênio e Plano de Trabalho com Instituição parceira, se previsto Convênio		X				O PPC não apresenta os Termos de Convênio de forma que a apreciação pela CEMTEC/DEMTEC/PROENS refere-se, exclusivamente, aos aspectos pedagógicos da proposta, sendo a oferta de responsabilidade da Diretoria de Educação a Distância.

DEMTEC

Item	Descrição	Atividade	Observações
18.5	Regulamento das Atividades Complementares, quando previstas e de caráter obrigatório	X	Conforme item 17.5 se há atividade complementar é necessário um regulamento dessas atividades indicando quais serão aceitas e como serão consideradas para a contabilização da carga horária prevista na matriz curricular.
18.6	Regulamento do Projeto Integrador, se previsto Projeto Integrador		
18.7	Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, se previsto TCC		
18.8	Regulamento do Artigo Científico, se prevista Produção de Artigo Científico		
18.9	Regulamento de Estágio não obrigatório		
18.10	Regulamento de Estágio Supervisionado/obrigatório, se previsto Estágio Supervisionado/obrigatório	X	68 O Regulamento de Estágio apresentado é o institucional, que não é necessário anexar. Se fosse previsto no Curso Técnico em Meio Ambiente o estágio supervisionado/obrigatório, seria necessário apresentar o Regulamento de Estágio em Meio Ambiente. Na próxima versão do PPC a ser apresentada atendendo aos itens deste parecer não é necessário apresentar o Regulamento de Estágio institucional.
18.11	Planilha de estimativa orçamentária dos itens de biblioteca, instalações e equipamentos, se previstos investimentos		
19	Referências		
19.1	Das citações	X	
19.2	Das consultas	X	
19.3	Conforme as normas da ABNT	X	
20	Linguagem		
20.1	Regras gramaticais	X	
20.2	Coesão e Coerência	X	
21	Formatação		
21.1	Do processo	X	
21.2	Do texto	X	
21.3	Das citações	X	
21.4	Das notas de rodapé	X	
21.5	Das tabelas e gráficos		

DEMTEC

22	Observações Gerais	22.1	Se retorno, atendimento ao Parecer anterior	

Parecer:

- (x) Aguardando retorno de nova versão atendendo os itens acima.
- () Favorável
- () Desfavorável

Justificativa:

Hanny Paola Domingues

Hanny Paola Domingues
 Pedagoga PROENS - IFPR
 SIAPE 2170326

Ciente, de acordo

Marissoni R. Hilgenberg
 Marissoni R. Hilgenberg
 SIAPE 1945563

Marissoni R. Hilgenberg

Marissoni R. Hilgenberg
 SIAPE 1945563

Com a em 16/11/19
Carla Garcia dos Mattes

Carla Garcia dos Mattes
 Pro-Reitora de Ensino
 Instituto Federal do Paraná
 Portaria SIAPE 1576149





INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS
EMITIDO EM 07/12/2016 15:43

DTIC



Processo nº. 23411.000969/2016-10

Assunto: AJUSTE CURRICULAR DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SEGURANÇA DO TRABALHO, OFERTADO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA - PPC/CTST/EAD - OFERTA 2015

DESPACHO

Ao Setor Pedagógico,

Encaminha-se os autos para providência junto à coordenação de ensino de cursos técnico e coordenação do curso, bem como, comissão competente.

Atenciosamente,

(Autenticado digitalmente em 07/12/2016 15:21)
KRISCIE KRISCIANNE VENTURI
DIRETOR

SIPAC | DTIC - Diretoria da Tecnologia de Informação e Comunicação - IFPR - Para dúvidas acesse o HelpDesk Institucional | Copyright © 2005-2016 - UFRN - homemcoisa.ifpr.edu.br.srv1inst2



INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO
EM SEGURANÇA DO TRABALHO

Autorizado pela Resolução nº 58/2010 do Conselho Superior - IFPR

CURITIBA
2017



INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Reitor Pro Tempore
Odacir Antonio Zanatta

Pró-Reitor de Ensino
Sérgio Garcia dos Martires

Diretor de Ensino Médio e Técnico
Amarildo Pinheiro Magalhães

Coordenadora de Ensino Médio e Técnico
Marissoni Rocio Hilgenberg

Diretor de Educação a Distância
Marcos Antonio Barbosa

Diretor de Ensino e Desenvolvimento de Recursos Educacionais da EaD
Kriscie Kriscianne Venturi

Coordenadora de Ensino Médio e Técnico da Diretoria da EaD
Vania Carla Camargo

Coordenação do Curso
Patrícia Menezes de Oliveira

SUMÁRIO



1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	04
2. CARACTERÍSTICAS DO CURSO	05
3. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO	06
3.1 - Justificativa da oferta do Curso	06
3.2 - Objetivos do Curso.....	07
3.3 - Perfil Profissional de Conclusão	08
3.4 - Critérios de Avaliação da aprendizagem	09
3.5 - Critérios de aproveitamento de estudos anteriores e procedimentos de avaliação de competências anteriormente desenvolvidas	16
3.5.1 – Aproveitamento de estudos anteriores	16
3.5.2 – Certificação de conhecimentos anteriores.....	17
3.6 - Instalações e equipamentos, recursos tecnológicos e biblioteca	18
3.6.1 – Diretoria de Educação a Distância (Curitiba)	18
3.6.2 – Polos	19
3.6.3 – Inclusão.....	21
3.7 - Pessoas envolvidas – docentes e técnicos	21
3.8 - Descrição de diplomas e certificados a serem expedidos	24
3.9 - Organização Curricular	24
3.9.1 - Concepção Pedagógica do Curso	24
3.9.2 – A Pedagogia Histórico-Crítica e o curso de Técnico em Logística.....	28
3.9.3 – Delineamento da Organização Curricular.....	29
3.9.4 – A organização dos módulos	30
3.9.5 – Temas transversais	32
3.9.6 – Cinema Nacional	33
3.9.7 – Matriz Curricular	33
3.9.8 – Quadro de Distribuição da Hora Relógio para orientação do Percurso Didático	35
3.10 - Ementas dos Componentes Curriculares	36
4. REFERÊNCIAS	61
5. ANEXOS	65



1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

PROCESSO NÚMERO: 23411.000969/2016-10

NOME DO CURSO: Curso Técnico em Segurança do Trabalho

EIXO TECNOLÓGICO: Segurança

COORDENAÇÃO

Coordenadora: Patrícia Menezes de Oliveira

E-mail: patricia.menezes@ifpr.edu.br

Telefone: 3535-1800

LOCAL DE REALIZAÇÃO:

Diretoria de Educação a Distância

Avenida Senador Salgado Filho, 1200 – Guabirota, Curitiba-PR.

CEP 81510-000

TELEFONE:

(41) 3535-1800

HOME-PAGE:

www.ead.ifpr.edu.br

E-mail:

patricia.menezes@ifpr.edu.br

RESOLUÇÃO DE CRIAÇÃO: nº 58 de 22 de abril de 2010.

APROVAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO ()

AJUSTE CURRICULAR DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (x)

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PPC OU AJUSTE CURRICULAR:

Kriscie Kriscie Kriscianne Venturi

Vania Carla Camargo

Gioconda Ghiggi

Patrícia Menezes de Oliveira



2. CARACTERÍSTICAS DO CURSO

Nível: Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Modalidade: a distância

Forma de Oferta: subsequente

Tempo de duração do curso: 2 anos

Turno de oferta: matutino, vespertino e noturno (*)

Horário de oferta do curso: das 08:00h às 11:40h ou das 13:30h às 17:20h ou das 19h00min às 22h40min (*)

Carga horária Total: 1264 horas

Carga horária de estágio: Não estão previstas atividades de estágio por não possuir obrigatoriedade prevista em Lei.

Número máximo de vagas do curso: 50 por turma

Número mínimo de vagas do curso: 40 por turma

Ano de criação do curso: 2010

Requisitos de acesso ao Curso: Ensino médio completo, aprovação no processo seletivo regulamentado pela Pró-Reitoria de Ensino em parceria com o campus ou por meio de sorteio realizado pelo campus ofertante do curso.

Tipo de Matrícula: Componentes Curriculares.

Regime Escolar: Modular

Instituição Parceira: A partir do processo de descentralização da oferta dos cursos técnicos da Diretoria de Educação a Distância para os Campi as parcerias, quando houver, serão estabelecidas pelos próprios campi mediante a demanda local, o interesse do IFPR e das instituições demandantes. Estas ações serão fiscalizadas e subsidiadas pela Diretoria de EaD, tendo este documento e a legislação pertinente como referência. Quando a oferta ocorrer pela própria Diretoria de Educação a Distância, ficará sob responsabilidade desta a realização da(s) parceria(s).

(*) Por ser na modalidade a distância e os cursos do IFPR poderem ser ofertados em todos os campi e até de outros estados brasileiros, por vezes o turno de oferta do curso poderá ocorrer em um destes três horários, dependendo das condições do campus ou município.

3. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO



3.1. Justificativa da oferta do Curso

A necessidade de profissionais capacitados, o planejamento, a implementação e identificação de gerenciamento e medidas de controle em sistemas de segurança laboral, atuando na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras e do meio ambiente por meio da promoção da saúde, prevenção de doenças do trabalho, acidentes industriais, em todos os setores diretos ou indiretos da economia, tem sido amplamente discutido pelo Ministério do Trabalho em Emprego (MTE), conforme consta do plano de Estratégia Nacional para Redução dos Acidentes do Trabalho 2015-2016. Tal documento ressalta que os agravos à saúde do trabalhador no Brasil apresentam grande relevância e têm desafiado as políticas públicas e a atuação do Estado, exigindo uma ação mais ampla e coordenada, de modo a reduzir os danos aos trabalhadores, ao orçamento da Seguridade Social e à economia do país.

O documento preconiza ainda a busca de medidas complementares como a capacitação e educação continuada em Segurança e Saúde no Trabalho (SST); articulação interinstitucional visando a inclusão de conhecimentos básicos em SST no currículo dos programas de aprendizagem, do ensino técnico, profissionalizante e superior, assim como nos cursos para empreendedores; articulação interinstitucional visando a revisão de referências curriculares para a formação de profissionais em SST, de nível técnico, superior e pós-graduação.

Os cursos técnicos são importantes para atingir as medidas citadas, através da educação à distância. Desta forma, o presente Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança no Trabalho visa contribuir de forma direta na formação e/ou qualificação de novos profissionais que terão acesso à oferta deste curso no âmbito da educação a distância do Instituto Federal do Paraná – IFPR.

Considerando a construção coletiva do PPC, sua responsabilidade e reflexos frente à comunidade, direta e indiretamente, foram considerados os Arranjos Produtivos Locais (APL) tratados pelo Banco de Desenvolvimento Nacional do Desenvolvimento (BNDES, 2010), em seu documento específico do Paraná, e que são objeto de políticas públicas, tais quais: confecção, madeira e de esquadrias, agrícola, metais sanitários, moveleira, louças, softwares, aparelhos e equipamentos médicos e odontológicos, equipamentos e implementos agrícolas, indústria automobilística.

Em todas essas áreas cumpre ao Técnico em Segurança do Trabalho a participação e atuação para uma eficaz fiscalização da atividade de empregados e



empregadores no sentido de manutenção de condições salubres mínimas para o atendimento à dignidade e condições de trabalho.

Como forma de articular estes arranjos locais, está previsto o componente Seminários Locais, que poderão ser organizados e ofertados pelos polos presenciais, de forma a valorizar e contemplar as características locais e regionais nas quais os e as estudantes, futuros profissionais técnicos em segurança do trabalho, estão inseridos e os princípios do IFPR, voltados a uma educação profissional e tecnológica pública, gratuita e de qualidade.

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho do Instituto Federal, na modalidade à distância, caracteriza-se como estratégico para a construção e até mesmo o resgate a cidadania, com a inserção de jovens e adultos na busca da redução das desigualdades socioeconômicas. Esse percurso formativo será importante para que os e as estudantes tenham clareza da sociedade onde estão inseridos e a compreensão do seu papel no mundo do trabalho.

Assim, considerando as questões apresentadas e a necessidade de atualizações para o Curso Técnico em Segurança do Trabalho, foi designada a Comissão de Ajuste (Portaria em anexo) que teve como objetivo de rever alguns itens do documento, atualizar informações e legislações, assim como a organização curricular. A referida Comissão realizou reuniões para verificar os elementos necessários para a oferta do curso como: a infraestrutura mínima necessária (conforme descrição no item 3.6), os profissionais envolvidos (a atual equipe de ensino e a contratação de professores via FNDE), os materiais didáticos, a legislação pertinente, entre outros. Os principais pontos e reflexões realizadas pela Comissão estão relatados neste Projeto Pedagógico.

3.2. Objetivos do Curso

- Oportunizar as aprendizagens necessárias para a formação de profissionais de nível técnico em segurança do trabalho, que atuem em ações preventivas nos processos produtivos, com auxílio de métodos e técnicas de identificação, avaliação e medidas de controle de riscos ambientais de acordo com normas regulamentadoras e princípios de higiene e saúde do trabalho.
- Capacitar o estudante para desenvolver ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho, na orientação ao uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC); no desenvolvimento de atividades de coleta e organização de informações de saúde e de segurança no trabalho, e execução do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA); investigação,



análise de acidentes e recomendações de medidas de prevenção e controle contribuindo para a melhoria das relações interpessoais no ambiente de trabalho, sobretudo na aquisição de conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos que permitam participar de forma responsável, ativa, crítica e criativa da vida em sociedade, na condição de técnico cidadão.

- Possibilitar ao estudante sua participação social e a formação crítica para “ser coletivo” contribuindo socialmente, diferenciando o público do privado e identificando seus pontos de contato, aprendendo a conviver com as diversidades, ser solidário, cooperativo, tudo com o desenvolvimento de competências que auxiliem na construção de sua autonomia e contínua formação.

3.3. Perfil profissional de Conclusão

Com base nas informações do Catálogo Nacional de Cursos Técnico, Resolução CNE/CEB nº 01/2014 e legislações que orientam a profissão do Técnico em Segurança do Trabalho (Lei nº 7.140/1985, Decreto nº 92530/1986, Portaria TEM nº 3.275/1989, Portaria TEM 3.124/1978 e Portaria TEM 262/2008), ao finalizar este curso o profissional de nível técnico deverá atuar cooperativamente em equipes multidisciplinares, obedecendo às normas de organização e segurança. Assim, elencadas as principais atividades deste profissional:

- Elaborar e implantar política de segurança e saúde do trabalho dentro de instituições públicas e privadas, empresas dos ramos industrial e/ou comercial;
- Auditar e acompanhar inspeções de segurança, voltados à promoção da segurança e saúde do trabalho, bem como qualidade de vida dos trabalhadores;
- Prevenir e auxiliar no controle de doenças e acidentes de trabalho; educar por meio de ações, na área de segurança e saúde do trabalho;
- Elaborar documentos destinados à área de segurança e saúde do trabalho;
- Analisar procedimentos em acidentes de trabalho com lesão ou danos materiais, promovendo a prevenção de acidentes e/ou doenças profissionais; avaliar a rotina de trabalho e os processos de trabalho, sugerindo medidas e sistemas de proteção coletiva e individual;
- Planejar o ambiente de trabalho, avaliação, sistemas de segurança, normas e regulamentos internos; programar ações de integração preventivas, palestras, cursos destinados à diminuição de acidentes, controle de sinistros, relações interpessoais e produção com vistas à melhoria do ambiente de trabalho; Apresentar às chefias e



trabalhadores formas de ação que interajam com vários setores, controlando eventos acidentais; usar estratégias que enfoquem a prevenção para conscientizar trabalhadores; preceituar valores de segurança, integrando-os à qualidade do trabalho, ao meio ambiente, à produção e ao controle de despesas nas empresas.

3.4. Critérios de Avaliação da aprendizagem

De acordo com Vasconcellos (2012), a avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os problemas identificados/obstáculos. Desse modo, a avaliação dos educandos, sendo uma importante etapa do processo de ensino e aprendizagem, torna-se um tema recorrente, porém esta interfere sensitivamente nas formas, métodos e modelos dos processos avaliativos – e é diante deste cenário que a abordagem torna-se necessária de ser amplamente debatida pela comunidade docente e pela comunidade escolar.

De acordo com Palangana e Galuch

A avaliação é, sem dúvida, um momento significativo dos processos de ensino e aprendizagem, uma vez que, a princípio, dela advêm os elementos que instruem a continuidade desses processos: a segurança para avançar na discussão de novos conhecimentos, de cuja compreensão depende o desenvolvimento de capacidades mais complexas de pensamento; ou, ao contrário, a constatação da necessidade de retomar conceitos, relações, enfim, o conteúdo estudado ou parte dele, haja vista as dificuldades detectadas. A avaliação é, pois, o parâmetro que orienta o constante ir-e-vir imprescindível ao ensino realizado numa continuidade histórica e à aprendizagem de conteúdos que fazem sentido aos estudantes (PALANGANA E GALUCH, 2007, p. 30).

Neste sentido, a avaliação do curso terá como foco a qualidade da formação dos profissionais que estarão ou estão atuando no mundo do trabalho. A avaliação do Curso de Nível Técnico na modalidade EaD se dará por meio de análises e acompanhamento criteriosos e periódicos do Projeto Pedagógico, organizadas, orientadas e avaliadas pela Coordenação do Curso.

Cabe ainda destacar que esse processo deve-se consolidar efetivamente no projeto Pedagógico do Curso baseado na Portaria nº 120/09 que trata do sistema de avaliação na Resolução 54/2011 do Conselho Superior do Instituto Federal do Paraná, que trata da Organização Didático-Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.



Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem na modalidade de educação a distância para os cursos técnicos EaD está de acordo com as normativas do IFPR. Assim o processo de avaliação será realizado em função dos objetivos propostos em consonância com o perfil do egresso e a modalidade, levando em consideração:

- A participação individual e coletiva no polo e no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).
- A leitura dos materiais didáticos digitais e/ou impressos e mural de informações referentes ao andamento do curso.
- A resolução das atividades presenciais e a distância.
- Avaliação presencial no polo, sendo individual e sem consulta.
- Participação nas ferramentas do AVA: fóruns, pesquisas e participação em seminários.

Considerando ainda que a Portaria nº 120/09 do IFPR destaca o processo de avaliação no âmbito de seus campi como uma etapa do processo de ensino e também da aprendizagem. Esta portaria em seu Artigo 4º inciso III preconiza que na avaliação os estudantes devem ser considerados agentes ativos do processo de aprendizagem e, saber antecipadamente, o que será avaliado, de maneira que as etapas sejam claras aos mesmos.

O acompanhamento da aprendizagem dos discentes terá como princípios os seguintes aspectos:

- Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.
- Atividades contextualizadas.
- Diversidade de instrumentos avaliativos.
- Diálogo mediador com os estudantes.
- Divulgação dos critérios avaliativos antes da efetivação das atividades e da aplicação dos instrumentos avaliativos.
- Apoio disponível para aqueles que têm dificuldades, ressaltando a recuperação quando necessário.
- Incidência da adequação pedagógica mais coerente sob a ótica da construção de conhecimentos e atitudes.
- Importância conferida às aptidões dos estudantes, aos seus conhecimentos prévios e ao domínio atual dos conhecimentos que contribuam para a construção do perfil do egresso no mundo do trabalho.



A Educação a Distância (EaD) do IFPR adota a Pedagogia Histórico-Crítica como norteadora do processo de ensino e de aprendizagem. Conseqüentemente, a prática da avaliação ocorre pela mesma proposta pedagógica. Esta tem por princípio a valorização dos conhecimentos científico-culturais necessários à atuação e à transformação das realidades sociais.

Em conformidade com a Teoria Histórico-Crítica, busca-se realizar uma avaliação dinâmica, aberta, contextualizada e centrada no papel mediador do professor, o qual exerce uma postura dialógica e cooperativa, proporcionando a autonomia e a participação aos discentes. Assim, o professor oferece um conjunto de informações e de conhecimentos abertos a interferências e modificações por parte do aprendiz.

O docente também usará, na sua metodologia de ensino, contextos sociais incorporados a situações autênticas, relevantes ao mundo real e à cultura da prática, a fim de fomentar a atividade intelectual individual e social dos estudantes. Sua função é prepará-los e desafiá-los a aplicarem o conhecimento que lhes é fornecido nas diversas questões pessoais e sociais às quais devem responder no seu dia a dia. O estudante, por sua vez, deve deixar de ser um mero receptor e passar a manipular os conteúdos exercendo uma postura crítica, agindo como coautor do conhecimento e protagonista de sua aprendizagem.

Para que este processo de avaliação seja efetivado há o compromisso dos profissionais envolvidos (professores, tutores, coordenadores) com a proposta do curso e no planejamento do trabalho pedagógico (organização dos materiais, planejamento das avaliações etc.) considerando o discente com seus conhecimentos prévios, as particularidades de cada grupo, respeitando as diversidades sociais e culturais. Assim a avaliação dos estudantes deverá ser formativa, portanto integral, processual e contínua.

As atividades avaliativas estarão em consonância com os objetivos propostos para cada componente curricular e contará com múltiplos instrumentos de avaliação para compor a avaliação do estudante, a saber: atividades com questões de múltipla escolha, discursivas, fóruns, estudos de caso provenientes do mundo do trabalho, atividades de aprendizagem em grupo, rodas de conversa, discussões em equipe, leituras de materiais complementares, participação ativa em seminários, realização de portfólios, relatórios, entre outras.

Os resultados parciais obtidos no processo de avaliação serão emitidos por componente curricular e divulgados no AVA, devendo ser expressos por conceitos, sendo:



CONCEITOS	DESCRITORES
A	A APRENDIZAGEM do estudante foi PLENA , isto é, atingiu os objetivos propostos pelo componente curricular ou área de conhecimento.
B	A APRENDIZAGEM do estudante foi PARCIALMENTE PLENA , isto é, atingiu níveis desejáveis aos objetivos propostos pelo componente curricular ou área de conhecimento.
C	A APRENDIZAGEM do estudante foi SUFICIENTE , atingiu níveis aceitáveis aos objetivos propostos, sem comprometimento à continuidade do trabalho no componente curricular ou área de conhecimento.
D	A APRENDIZAGEM do estudante foi INSUFICIENTE , isto é, não atingiu os objetivos propostos, inviabilizando o desenvolvimento no componente curricular ou área de conhecimento.

Serão considerados como critérios para a avaliação da aprendizagem do estudante:

- **Identificação do problema:** atividade em que o estudante toma conhecimento do problema proveniente do mundo do trabalho; analisa e conclui quanto ao que está solicitado e quanto ao que é necessário fazer para a solução do mesmo;
- **Elaboração de hipóteses:** após análise da situação, o estudante formula caminhos possíveis para a solução pretendida a partir das hipóteses formuladas e dos seus próprios ensaios, concluindo com a solução que pareça mais adequada à questão proposta;
- **Conhecimento técnico:** possuir conhecimento técnico para embasar a solução para as questões propostas para o estudante;
- **Comunicação:** habilidade discente de articulação, fundamentação, clareza e objetividade de ideias;
- **Interesse e dedicação:** atitude discente primeira e indispensável para o estudante que tem a intenção de construir um conhecimento determinado, mediante a atenção e/ou concentração e esforço para acompanhar as atividades de aula, esclarecendo dúvidas, complementando, exemplificando;
- **Participação:** conduta discente ativa, como sujeito de reconstrução do conhecimento, mediante o registro das ideias desenvolvidas e/ou cumprimento das tarefas e/ou intervenções deduzidas e/ou questionamentos fundamentados;
- **Pontualidade:** atitude discente reveladora de compromisso com as responsabilidades escolares em que o estudante apresenta cumprimento dos horários e/ou tarefas propostas;

- **Solidariedade:** conduta discente de atenção ao próximo e de preocupação coletiva, socialização de informações, experiências e conhecimentos que possam beneficiar o grupo, mediante disposição de partilhar conhecimentos já construídos e/ou disposição de acompanhar e orientar o desempenho escolar do companheiro.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES AVALIATIVAS	
AD1 - Fóruns	Trata-se de uma atividade assíncrona que viabiliza a troca de informações, de impressões de leituras e de conhecimentos prévios dos estudantes. Esse tipo de atividade permite o diálogo entre os estudantes do componente curricular, por intermédio e orientação do professor na formulação da questão chave do fórum, mas também dos tutores/mediadores no processo de intervenção pedagógica.
AD2 - Atividades discursivas	Atividade individual com questões provenientes do mundo do trabalho discutidas presencialmente com os colegas de classe e tutor e posteriormente postado no Ambiente Virtual de Aprendizagem como um questionário aberto (discursivo).
AD3 - Atividades Objetivas	São atividades que se caracterizam por questões fechadas do formato múltipla escolha.
APR1 - Atividade presencial AVALIAÇÃO GERAL	São atividades que se caracterizam por questões fechadas do formato múltipla escolha.
Segunda Chamada	São atividades que se caracterizam por questões fechadas do tipo múltipla escolha para os estudantes que não puderam comparecer presencialmente ao dia da avaliação da AP1 pelos motivos descritos na Portaria nº 120/2009 (Serviço militar, falecimento de parentes de primeiro grau, licença gestação/adoção, doença infectocontagiosa, internamento hospitalar, força maior).
APR2- Atividade Presencial AVALIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO	No decorrer do período avaliativo serão oportunizados estudos de recuperação de aprendizagem, conforme Portaria 120/2009 aos estudantes que não atingiram os conceitos C, B ou A. São atividades que se caracterizam por questões fechadas do tipo múltipla escolha para os estudantes que não obtiveram o conceito geral mínimo como "Suficiente" (C) em um ou mais componentes curriculares. O resultado desta atividade será composto com as demais atividades avaliativas do estudante no decorrer no componente curricular.
AP3 - Atividades de aprendizagem	Caracterizam-se por serem realizadas em grupo presencialmente no polo por meio de discussão e construção coletiva por meio das questões propostas pelo professor do componente curricular.
AP4 - Seminários locais	Atividade elaborada por cada campus para trabalhar com o estudante as demandas locais, que necessitam de conhecimentos técnicos específicos.

Os resultados obtidos durante o processo avaliativo deverão ser informados ao estudante e, caso haja dificuldade de aprendizagem, o professor/tutor presencial deverá

orientar o mesmo para que este avance em direção aos objetivos da avaliação previamente estabelecidos.

O planejamento do processo de recuperação paralela da aprendizagem é de responsabilidade do professor do componente curricular baseado na sinalização dos tutores do estudante da necessidade de recuperação, devendo envolver a identificação das dificuldades apresentadas pelos estudantes, a fim de que sejam selecionadas as atividades que serão realizadas com o intuito de promover a aprendizagem dos mesmos.

No processo de recuperação paralela da aprendizagem, o professor elaborará atividades diversificadas, tais como roteiro de estudos, assessoria pedagógica (do professor/tutor presencial/tutor em hora assistência), participação nos projetos de atividades complementares e/ ou entre outras atividades que o professor sugerir. Como forma de avaliar a recuperação da aprendizagem o estudante responderá a uma atividade objetiva que comporá os demais resultados obtidos no decorrer do componente curricular. É de responsabilidade do estudante procurar o seu professor/tutor presencial em seu horário de assistência, porém o professor/tutor presencial terá autonomia de convocar o estudante caso julgue necessário. Ressaltamos que as recuperações paralelas serão para os estudantes com conceito D no componente curricular, para os estudantes que tenham reprovação por faltas e discentes que queiram melhorar seus conceitos (estudantes com conceitos B ou C).

O estudante que, mesmo passando pelo processo de recuperação paralela, não for aprovado, poderá prosseguir para os componentes curriculares seguintes. Os estudantes não aprovados (por conceito ou falta) poderão participar do Programa de Reoferta Especial de Componente Curricular - PRECC. O referido Programa terá sua oferta durante o período de realização do curso, pois os cursos técnicos subsequentes ofertados pela Diretoria de Educação a Distância (na modalidade a distância), são financiados pela Rede e-Tec Brasil, em forma de projetos e com financiamento pactuado anualmente. Assim, torna-se inviável a oferta contínua dos Componentes Curriculares depois de finalizado o curso, com exceção de um novo financiamento ou outra forma de organização que garanta a reoferta do Curso.

O PRECC visa atender os direitos de aprendizagem do estudante. É desenvolvido com metodologia própria, elaborado para atender as necessidades de aprendizagem dos estudantes onde o componente é ofertado de forma diferenciada tendo como base a elaboração de um Portfólio, com um percurso pensado pela Coordenação do Curso, Direção de Ensino e Equipe Pedagógica.

A seguir sintetizamos as fases do Portfólio:

FASES	AÇÕES
1.Fase Inicial	<ul style="list-style-type: none"> - Participar presencialmente; - Estar atento às orientações gerais sobre o PRECC e sua metodologia; - Registrar suas expectativas de aprendizagem e autorreflexão sobre o Portfólio; - Realizar e postagem de Estudo de Caso; - Verificar em cada fase qual é a orientação para o Fórum.
2.Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> - Estudar os materiais indicados pelo professor; - Explorar recursos da Internet para a pesquisa; - Elaborar a pesquisa de acordo com os critérios solicitados.
3.Autorregulação da aprendizagem e Exploração do conhecimento/ compartilhamento	<ul style="list-style-type: none"> - Registrar a autorreflexão, autorregulação da aprendizagem a partir de roteiro indicado; - Postar a autorreflexão em texto único no Diário de Bordo; - Postar a atividade de autorregulação da aprendizagem no AVA. - Estudar os materiais indicados pelo professor; - Explorar a temática definida por meio de pesquisa, em diferentes formatos; - Selecionar no mínimo dois links ou arquivos para postagem; - Seguir os critérios definidos para a postagem (compartilhar); - Participar do <i>Chat</i> e Fórum como atividade de conclusão da fase.
4.Síntese de aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> - Retomar o estudo a partir dos materiais de base indicados pelo professor; - Elaborar e postar a síntese do componente curricular conforme itens e roteiro indicado; - Observar as possibilidades de postagem. A síntese poderá ser postada em diferentes formatos como, texto, áudio, vídeo, mapa com imagens e conceitos, por exemplo.
5.Avaliação e autoavaliação da aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar a atividade avaliativa e autoavaliação presencialmente.

Neste percurso a avaliação e a recuperação paralela da aprendizagem ocorrerão concomitantes ao desenvolvimento das fases do programa.

Outro elemento importante, no processo avaliativo dentro da Diretoria de Educação a Distância, é o Conselho de Classe. Este Conselho é, por definição, uma instância colegiada que avalia, analisa, discute, orienta e delibera de forma coletiva os processos de ensino aprendizagem. Por isso, os discentes dos cursos ofertados por esta diretoria, que ao final do processo formativo não atinjam a integralidade das disciplinas ofertadas terão sua situação apreciada pelo Conselho de Classe a ser realizado no término do curso.



3.5. Critérios de aproveitamento de estudos anteriores e procedimentos de avaliação de competências anteriormente desenvolvidas

O aproveitamento de estudos anteriores e a certificação de conhecimentos anteriores estão regulamentados pela Resolução 54/2011 (alterada pela Resolução 01/2017) que normatiza a Organização Didático-Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR, a LDB nº 9394/1996 e a Resolução CNE/CEB nº 06/2012.

3.5.1 Aproveitamento de estudos anteriores

Este procedimento compreende o processo de aproveitamento de componentes curriculares cursados com êxito em outro curso de educação profissional técnica de nível médio. Será aceita solicitação apenas do estudante que estiver matriculado no componente ou ainda não tê-lo cursado. Os procedimentos, com base na 54/2011 (e alterada pela Resolução 01/2017) são:

a) A solicitação deverá ser realizada pelo estudante para o professor/tutor de polo via requerimento próprio, acompanhado de histórico escolar completo e atualizado da instituição de origem, da ementa e programa do componente curricular vistados pela Instituição de ensino credenciada pelo MEC. O tutor encaminha o requerimento para o Coordenador do NUTEAD que irá realizar os procedimentos junto a Secretaria Acadêmica dos Campi.

b) Os estudantes vinculados diretamente com a Diretoria de Educação a Distância (os parceiros diretos) deverão realizar a solicitação ao Controle Acadêmico da Diretoria de Educação a Distância, via requerimento próprio, acompanhado de histórico escolar completo e atualizado da instituição de origem, da ementa e programa do componente curricular vistados pela Instituição de ensino credenciada pelo MEC. O Controle Acadêmico que deverá encaminhar a solicitação à Direção de Ensino e Desenvolvimento de Recursos Educacionais que providenciará junto à Direção Geral a designação de Comissão para análise e parecer conforme os procedimentos da Resolução IFPR 54/2011 e alterações.

A Comissão deverá seguir os seguintes critérios para o Aproveitamento de estudos anteriores: verificar a correspondência entre as ementas, os programas e a



carga horária cursados na outra instituição e as do Cursos Técnico de que trata este Projeto Pedagógico. A carga horária cursada não deverá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do indicado nos componentes curriculares presentes neste Projeto Pedagógico.

Além da correspondência entre os componentes curriculares, a Comissão poderá realizar uma avaliação teórica sobre os conhecimentos a serem aproveitados. A referida avaliação terá como objetivo avaliar o conhecimento do estudante tendo como critérios: conhecimento técnico, elementos teóricos referentes ao componente curricular, objetividade e clareza na escrita.

A Comissão poderá conceder o Aproveitamento de estudos mediante plano de adaptação curricular, se avaliar a necessidade.

3.5.2 Certificação de conhecimentos anteriores

De acordo com a LDB nº 9394/1996 e a Resolução CNE/CEB nº 06/2012, o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Entende-se por certificação de conhecimentos anteriores a dispensa de cursar o Componente Curricular do curso do IFPR em que o estudante comprove excepcional domínio de conhecimento através da aprovação em avaliação realizada sob a responsabilidade de Comissão composta por professores da área de conhecimento correspondente.

Os estudantes na modalidade a distância, vinculado aos Campi, deverão solicitar ao Coordenador do NUTEAD, via requerimento, que irá solicitar encaminhamentos junto a Secretaria Acadêmica do Campus.

Os estudantes vinculados diretamente com a Diretoria da Educação a Distância (parceiros diretos) deverão solicitar, via requerimento, ao Controle Acadêmico da Diretoria de Educação a Distância. O Controle Acadêmico encaminhará a solicitação à Direção de Ensino e Desenvolvimento de Recursos Educacionais da Diretoria de Educação a Distância que providenciará junto à Direção Geral a composição de Comissão para análise e parecer, por meio de Portaria. Será aceita solicitação apenas do estudante que estiver matriculado no componente ou ainda não tê-lo cursado.



A avaliação será composta de uma prova e uma entrevista. A Comissão designada será responsável por elaborar tanto o instrumento de avaliação quanto às questões para a entrevista, observando:

- a) Prova (preferencialmente discursiva): Tem como objetivo avaliar o conhecimento do estudante tendo como critérios: conhecimento técnico, elementos teóricos referentes ao componente curricular, objetividade e clareza na escrita.
- b) Entrevista: O objetivo da entrevista é verificar as experiências relacionadas com o componente curricular, terá como critério a clareza e objetividade nas respostas às questões técnicas/teóricas. O registro deverá ser, preferencialmente, gravado.

Os procedimentos de avaliação deverão ser comunicados antecipadamente ao estudante. Fica a critério da Comissão a exigência de comprovação profissional na área que solicita certificação de conhecimentos anteriores.

Finalizada a avaliação, a Comissão encaminhará ao Controle Acadêmico, através de processo individual, os componentes curriculares aproveitados com os respectivos conceitos avaliativos, acompanhados de atas e/ou relatórios das avaliações assinados pelos membros.

3.6. Instalações e equipamentos, recursos tecnológicos e biblioteca:

Para a oferta do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, contamos com diversas estruturas para o desenvolvimento das atividades:

3.6.1 Diretoria de Educação a Distância (Curitiba):

- a) **Prédio I** (térreo e primeiro andar), com 7 salas destinadas à Direção Geral, Direção de Ensino e Desenvolvimento de Recursos Educacionais, Direção de Planejamento de Administração, Coordenações de Cursos e Setor de Desenho Educacional. A infraestrutura conta com: computadores, projetores, telefones, banheiros, sala equipada para reuniões e videoconferências, impressoras, televisores, armários e materiais de expediente.
- b) **Prédio II** (térreo e subsolo), com 5 salas destinadas ao Controle Acadêmico, Reuniões, Almoxarifado e Arquivo. A infraestrutura para o trabalho conta com



computadores, mesa para reuniões, estantes para o arquivo, impressoras, banheiros e telefones.

- c) **Estúdio I**, Infraestrutura: 02 computadores (para o professor conferencista e professor web); 02 câmeras completas com tripé doly + comunicação; 01 monitor para retorno 21 polegadas; 01 teleprompter + computador; 20 calhas de iluminação com luz fria; cenário para teleaula (5 cadeiras poltronas p/ entrevistadas; 05 microfones sem fio de lapela; 01 microfone de mão com fio; 03 microfones de lapela com fio; 01 monitor plasma – quadro inteligente com programa smart; 01 híbrida telephone interface com dois canais para interação; 02 caixas acústicas de retorno para estúdio; 02 linhas de internet; 01 notebook de standby; 01 projetor com telão); sala de controle para gravação equipada.
- d) **Up - Unidade Externa**, com a seguinte infraestrutura: 01 câmera completa com tripé + doly; 02 spots de luz com tripé; papel vegetal e gelatina com várias cores; 02 microfones de lapela sem fio; 01 microfone de mão com fio; 02 carregadores de baterias para câmeras; 02 carregadores de baterias para microfones; fitas mine DVD para captação; 01 kaiser (maleta) para câmera + tripé.
- e) **Sala de Estúdio II**, com a seguinte infraestrutura: 02 computadores professor conferencista e professor web; 02 câmeras completas com tripé doly + comunicação; 01 monitor para retorno com 21 polegadas; 01 tele prompter + computador; 20 calhas de iluminação com luz fria.
- f) **Biblioteca**: A Diretoria de Educação a Distância conta com um acervo de 1.970 livros, pertinente aos cursos ofertados. A atualização do acervo é feita periodicamente, com base nas indicações de docentes e equipe pedagógica. Os livros são disponibilizados aos estudantes, docentes, equipe pedagógica, coordenadores de curso e demais interessados. Além da Biblioteca da Diretoria de EaD, os estudantes contam com as bibliotecas dos Campi.

3.6.2 Polos

Para oferta do curso são necessárias condições mínimas que garantam a qualidade pedagógica das aulas. Descrevemos, a seguir, quais são as condições mínimas exigidas:

a) **Estrutura:** Sala de aula com mobiliário apropriada e suficiente para a quantidade de estudantes, que apresentem uma dimensão adequada, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação, comodidade e acessibilidade. Sanitários e bebedouros suficientes. Laboratório de informática (com um computador para cada dois estudantes). Biblioteca disponível para estudantes, professores e demais envolvidos com a oferta do curso.

b) **Equipamentos:** TV (televisor LCD ou equivalente acima de 32") ou data show. Notebook ou computador com acesso à internet. Internet disponível (mínimo de 10mb/s). Kit de Recepção (antena e receptor).

Com relação ao Kit de Recepção – Plataforma Downlink – este é composto por: antena de recepção, LNBF, decoder e acessórios, conforme detalhado: **Antena de Recepção**¹: Sistema Focal: Focal-point; ganho de antena: ≥ 35 dBi; diâmetro: 1,8m; Confecção em fibra com elemento metálico de reflexão na estrutura da parábola ou em chapa "fechada"; estrutura mecânica para suportar ventos de sobrevivência de até 120 km/h; sistema de fixação com ferragens com sistema anti-ferrugem; preferencialmente aterrada para evitar riscos com quedas de raio. **LNBF - Recepção nas duas polarizações (VERTICAL/HORIZONTAL)**: LNBF Monoponto (Para recepção de 01 canal de cada vez em apenas 01 ponto): Monoponto discriminando; Faixa de frequência: 3,7 à 4,2 MHz; Temperatura de Ruído: ≤ 12 K; Ganho de recepção: ≥ 65 dB; Estabilidade de frequência: ≤ 500 kHz. Para receber o mesmo canal e multiplicar ele em vários pontos pode ser usado o conector LOOPTHRU que possibilita utilizar vários decoders em cascata (todos no mesmo canal). LBNF Multiponto (Para recepção de 01 canal de cada vez em mais de um ponto): Polarização: Multiponto; faixa de frequência: 3,7 à 4,2 MHz; temperatura de Ruído: ≤ 12 K; Ganho de recepção: ≥ 65 dB; estabilidade de frequência: ≤ 500 kHz. Também é possível colocar na antena de recepção 2 LNB's, (1 só para VERTICAL e 1 só para HORIZONTAL). Neste caso é possível receber 2 canais simultâneos e distribuir cada canal para várias teleaulas usando decoders em cascata. **DECODER** (um para cada ponto): Demodulação DVB-S (QPSK); Decodificação MPEG-2; Symbol-Rate mínimo: 1,8 MSps; Seletividade: $\geq 1,5$ MHz; Faixa de frequência: 950 – 2150 MHz; Sensibilidade de entrada de Sinal: ≥ -65 dBm; Saída de Vídeo: HDMI, RCA SVC e RCA

¹ Descrição complementar: antena de recepção de sinal de satélite. Especificações: sistema focal: focal-point; ganho de antena: ≥ 35 dBi; diâmetro: 1,8m ou 2,0m; confecção: em fibra com elemento metálico de reflexão na estrutura da parábola ou em chapa fechada; estrutura mecânica: para suportar ventos de até 80 km/h; sistema de fixação: ferragens com sistema anti-ferrugem; lnb polarização: multiponto; faixa de frequência: 3,7 a 4,2 mhz; temperatura de ruído: ≤ 12 k; ganho de recepção: ≥ 65 db; estabilidade de frequência: ≤ 500 khz.



Componente (Y, Pb, Pr); Saída de áudio: RCA (L+R); Modo de Aspecto: 4:3 e 16:9; Padrão de Vídeo: NTSC e PAL-M; Energia (alimentação): 90-220V / 60 Hz; Cabeamento: Vídeo componente + áudio (L+R)². Marcas de decoders utilizadas anteriormente pela empresa de transmissão licitada: OPENBOX, TELESYSTEM, EKOTECH, VISIONTEC e ORBISAT. Existem ainda várias outras marcas disponíveis no mercado. **Acessórios:** 30 m de cabo RG-59 (75Ω) com 95% de malha; 2 Conectores tipo F (MACHO)

Obs. 1 - A Diretoria EAD é responsável pela transmissão das aulas e alinhamento das antenas para recepção do sinal de satélite, sendo que, quando houver necessidade, o município pode agendar junto ao campus o realinhamento das mesmas.

Obs. 2 - Os campi devem responsabilizar-se pela prévia avaliação das condições estruturais do polo parceiro e por promover visitas anuais ao mesmo, no intuito de garantir que a estrutura mínima solicitada esteja sendo ofertada aos estudantes.

3.6.3 Inclusão

A Diretoria de Educação a Distância juntamente com o campus onde o curso é ofertado e o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE - irão buscar as melhores soluções para os estudantes com necessidades especiais que necessitem de apoio para sua permanência no Curso. A Diretoria de Ensino, juntamente com a coordenação do curso e equipe pedagógica, desenvolverá diversas ações, como: a busca de softwares, intérpretes, materiais adaptados, salas/espacos com acessibilidade, e formação continuada sobre a temática.

3.7. Pessoas envolvidas – docentes e técnicos

A Equipe do Curso Técnico em Segurança do Trabalho é composta por docentes (a serem selecionados por processo seletivo) e servidores pertencentes ao quadro do IFPR. Os docentes selecionados serão profissionais com formação na área dos componentes curriculares previstos, em nível superior, com experiência docente em

² Descrição Complementar: Receptor decoder com as seguintes configurações: demodulação: DVB-S (QPSK); Decodificação: MPEG-2; symbolrate mínimo: 1,8 MSps; seletividade: 1,5 MHz; faixa de frequência: 950 2150MHz; sensibilidade de entrada de sinal: 65 dBm; saída de vídeo: RCA SVCe RCA componente (Y,Pb, Pr); saída de áudio: RCA (L+R); modo de aspecto: 4:3 e 16:9; padrão de vídeo: NTSCe PAL-M; energia (alimentação): 90-220V/60Hz; cabeamento: vídeo componente + áudio (L+R); opção de gravação em unidade de disco removível (porta USB).



cursos técnicos e superiores que, preferencialmente, tenham experiência na modalidade a distância na área deste curso.

Serão contratados 24 professores conteudistas (responsáveis pela elaboração dos livros) e 24 professores conferencistas (responsáveis pelas atividades e gravação de aulas). Também teremos pelo menos 2 professores que irão atuar como assessores pedagógicos, conforme necessidade do curso poderão ocorrer mais contratação de assessores. Também teremos professores selecionados para trabalhar com as turmas, de forma presencial e virtual, articulando as ações nos encontros presenciais e no Ambiente virtual de Aprendizagem. Este número de profissionais irá depender das turmas abertas para a oferta do curso. Com relação aos professores conteudistas e conferencistas, temos o seguinte perfil (com relação a formação):

COMPONENTE CURRICULAR	FORMAÇÃO
Tecnologias e Ambientes Virtuais de Aprendizagem	Licenciatura em qualquer área de conhecimento
Comunicação e Linguagens	Licenciatura Plena em Letras Português
Ética e Cidadania	Licenciatura Plena em Filosofia, Sociologia, Ciências Sociais.
Desenvolvimento pessoal e profissional	Graduação em Psicologia ou Administração ou Recursos Humanos
Empreendedorismo	Graduação em qualquer área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas
Organização e implementação de projetos	Graduação em Administração, Gestão, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas ou áreas afins.
Normalização e Legislação Aplicada	Direito, Administração ou Contábeis.
Segurança no Trabalho I	Tecnologia em Segurança do trabalho, engenharia em segurança do trabalho, Bacharelado em química industrial.
Higiene Ocupacional I	Tecnologia em Segurança do trabalho, engenharia em segurança do trabalho, Bacharelado em química industrial.
Controle de Riscos e Sinistro	Tecnologia em Segurança do trabalho, engenharia em segurança do trabalho, Bacharelado em química indústria, Agronomia.
Princípios de Tecnologia Industrial	Tecnologia em Segurança do trabalho, engenharia em segurança do trabalho, Bacharelado em química indústria, Agronomia.
Instrumentação	Tecnologia em Segurança do trabalho, engenharia em segurança do trabalho, Bacharelado em química industrial, Engenharia elétrica mecânica ou civil.
Segurança no Trabalho II	Tecnologia em Segurança do trabalho, Engenharia em segurança do trabalho, Bacharelado em química industrial, Engenharia elétrica ou engenharia de produção.
Higiene Ocupacional II	Tecnologia em Segurança do trabalho, Engenharia em segurança do trabalho, Bacharelado em química industrial.
Desenho Técnico	Arquitetura, Engenharia Elétrica, mecânica ou civil
Segurança no Trabalho III	Tecnologia em Segurança do trabalho, Engenharia em segurança do trabalho, Bacharelado em química industrial.

Gerenciamento de Riscos	Tecnologia em Segurança do trabalho, Tecnologia em manutenção Industrial
Higiene Ocupacional III	Tecnologia em Segurança do trabalho, engenharia em segurança do trabalho, Bacharelado em química industrial.
Medicina no Trabalho	Bacharelado em química industrial, Bacharelado em Enfermagem, Bacharelado em Biologia.
Toxicologia	Bacharelado em química industrial, Bacharelado em Enfermagem e Biologia.
Segurança no Trabalho IV	Tecnologia em Segurança do trabalho, Engenharia em segurança do trabalho, Bacharelado em química industrial e Agronomia Engenharia elétrica ou Engenharia de produção.
Ergonomia	Educador físico, Fisioterapeuta.
Educação Ambiental em Processos Industriais	Engenharia ambiental, Contábeis.
Segurança em Eletrotécnica	Engenharia elétrica, Engenharia em energia.

Quadro dos Técnicos:

Técnicos	Cargo	Formação	Regime de Trabalho
Carmen Sílvia da Costa	Coordenadora de Tecnologias Educacionais	Graduação	40 horas semanais
Claudiomiro dos Santos de Melo	Técnico Audiovisual	Graduação	40 horas semanais
Gioconda Ghiggi	Pedagoga	Especialização	40 horas semanais
Ivone Vieira	Técnica em Secretariado	Graduação	40 horas semanais
Jonathan Souza Cruz Barros	Técnico em Informática	Graduação	40 horas semanais
Júliana Romão Correa	Auxiliar de Biblioteca	Graduação	40 horas semanais
Kriscie Krisianne Venturi	Diretor de Ensino e Desenvolvimento de Recursos Educacionais	Mestrado	40 horas semanais
Loeide de Jesus Bezerra	Técnico em Informática	Graduação	40 horas semanais
Lucilene Fátima Baldissera	Técnica em Assuntos Educacionais	Especialização	40 horas semanais
Rebeca Szczawlinska Muceniecks Ferreira	Pedagoga	Mestrado	40 horas semanais
Ricardo Carlos Hartmann	Chefe de Seção da Secretaria Acadêmica	Mestrado	40 horas semanais
Suelem Brugnolo	Chefe de Seção de Gestão de Pessoas	Graduação	40 horas semanais
Tatiana Barbosa	Assistente em Administração	Graduação	40 horas semanais
Vania Carla Camargo	Coordenadora de Ensino Médio e Técnico da Diretoria da EaD	Mestrado	40 horas semanais



3.8. Descrição de diplomas e certificados a serem expedidos

Será considerado aprovado o estudante que concluir com êxito todos os componentes curriculares, bem como frequência igual ou superior a 75% por período letivo. Os estudantes aprovados por estes critérios, bem como aqueles estudantes aprovados por Conselho de Classe, estarão aptos a receber o Diploma de Técnico em Segurança do Trabalho, do Eixo Tecnológico Segurança.

3.9. Organização Curricular

3.9.1. Concepções Pedagógicas

A educação é entendida como o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Em outros termos, isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social global (SAVIANI, 2005, p. 36).

Partimos do pressuposto que não há neutralidade na ação docente e, por isso, requer-se que os envolvidos nos processos decisórios dos pressupostos da relação ensino-aprendizagem assumam um posicionamento sobre os objetivos que esperam alcançar e sobre os modos de promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos sujeitos inseridos em determinado contexto sociocultural.

Concepção pedagógica refere-se a um conjunto de intenções, articulado a conhecimentos teóricos e práticos que oferecem racionalidade científica e base teórica metodológica para a organização das práticas educativas. Para que o docente fundamente sua prática, ele precisa considerar que vive em um contexto concreto de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que tendem a privar a humanidade de perspectivas de existência individual e social, pois as relações estabelecidas são de poder.

A Diretoria de Educação a Distância (DEaD) do Instituto Federal do Paraná (IFPR), como proponente de cursos na modalidade à distância de nível técnico médio, superior e de pós-graduação, além de projetos diversos, insere-se entre aqueles que necessitam assumir uma concepção pedagógica, definindo assim sua compreensão de homem e sociedade, seus pressupostos sobre o papel da escola, sobre os processos de ensino e de aprendizagem, as relações entre estudante-professor, entre outros. Estes pressupostos são condicionados aos aportes teóricos e sociopolíticos assumidos pela

instituição por meio de estudos, reflexões e discussões realizadas pela sua equipe pedagógica e demais membros envolvidos.

Para a construção de sua identidade pedagógica, a DEaD reconhece a importância do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 do IFPR, que discute a dimensão político-pedagógica da instituição. O documento preconiza uma concepção de educação que integre todas as dimensões da vida (o trabalho, a ciência e a cultura) no processo formativo.

Após revisão das tendências pedagógicas brasileiras e um breve levantamento das tendências pedagógicas pós-modernas, optou-se pelo aprofundamento nos estudos sobre a Teoria Histórico-Crítica, preconizada por Dermeval Saviani, Carlos Jamil Cury, Acácia Kuenzer e José Carlos Libâneo (Teoria Crítica-Social dos conteúdos³). Esta definição justifica-se por tal tendência partir de uma análise crítica das realidades sociais e propiciar que as finalidades sociopolíticas da educação sejam efetivadas, sobretudo na busca da compreensão da realidade para poder transformá-la, por meio da construção de novas relações sociais que superem as desigualdades sociais e econômicas.

Tais finalidades coadunam com o previsto no PDI do IFPR:

Para avançar na constituição de uma escola comprometida com a emancipação humana nos espaços de contradição da sociedade contemporânea, o IFPR insere-se como um lugar de aprender a interpretar o mundo para, então, poder transformá-lo a partir do domínio dos conhecimentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais, bem como dos seus processos de construção, necessários à superação dos conflitos sociais, em uma sociedade cujas relações são, cada vez mais, mediadas pela ciência e pela tecnologia (IFPR, 2014, p.32).

Delimitam-se, a seguir, aspectos relevantes a serem considerados sobre a Pedagogia Histórico-Crítica e suas derivadas:

Referencial Teórico

Todas as concepções pedagógicas devem ter o suporte de uma teoria filosófica e de uma teoria psicológica que as subsidiem. Neste caso, a base filosófica é o materialismo histórico-dialético, a partir das obras de Marx, Gramsci, Manacorda, Suchodolski, pois a prática pedagógica da Pedagogia Histórico-Crítica propõe uma interação entre conteúdo e realidade concreta, visando a transformação da sociedade. A

³ O trabalho de Saviani vem sendo debatido há várias décadas, por seus seguidores ou críticos. As discussões iniciais dessa proposta começaram a ser delineadas no livro "Escola e Democracia", quando o autor propõe uma nova teoria crítica da educação. Nessa teoria ele busca respostas à pergunta: "É possível encarar a escola como uma realidade histórica, isto é, suscetível de ser transformada intencionalmente pela ação humana?" (SAVIANI, 2001, p.30).

corrente psicológica que a subsidia é a Histórico-cultural (ou Sócio histórica), que por meio dos escritos de Vygotsky, Lúria, Leontiev e Wallon explica o desenvolvimento humano a partir da interação.

Sociedade

A sociedade capitalista caracteriza-se pela divisão em classes, sendo que uma possui os meios de produção, enquanto a outra vende sua força de trabalho para sobreviver. Dessa divisão decorre a divisão social do trabalho e do conhecimento. A escola, sendo o espaço privilegiado de formação, não se isenta dos determinantes sociais e, por isso, pode contribuir para a reprodução ou para a transformação da sociedade. Na perspectiva da pedagogia Histórico-crítica, a classe dominada deve dispor do conhecimento historicamente produzido e fazer dele um instrumento de emancipação. Ressalta-se que a classe dominante já possui este conhecimento e faz uso dele a fim de perpetuar sua dominação.

Ser humano

O ser humano é um sujeito histórico-social que precisa produzir constantemente sua existência. Em vez de se adaptar à natureza, ele adapta a natureza às suas necessidades, ele a transforma por meio do trabalho. O trabalho só pode ser realizado a partir do momento em que o homem antecipa mentalmente a finalidade da sua ação, ou seja, implica em ação intencional. Para Saviani (2012) ao mesmo tempo em que transforma sua realidade concreta, o homem se transforma pelas relações que estabelece no processo de produção, produzindo sua humanidade e alterando sua visão de mundo.

Escola

A escola é o espaço social responsável pela apropriação do saber universal, sendo que sua tarefa primordial é a difusão de conteúdos concretos e, portanto, indissociáveis das realidades sociais.

De acordo com a proposta da pedagogia histórico-crítica o saber objetivo é o saber necessário para a educação, o que permite uma seguinte questão: Qual é o lugar em que se pode obter esse saber objetivo? A resposta é evidente para Saviani, que compreende a Escola como "uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado" (SAVIANI, 2000, p. 18).

Para que a escola sirva aos interesses populares ela deve garantir a todos a apropriação crítica e histórica dos conteúdos escolares básicos e que tenham relevância

na vida. A aquisição de conteúdos e a socialização prepara o estudante para atuar no mundo em suas contradições. De acordo com Libâneo (1992, p.13), "A valorização da escola como instrumento de apropriação do saber é o melhor serviço que se presta aos interesses populares, já que a própria escola pode contribuir para eliminar a seletividade social e torná-la democrática".

Conteúdos de ensino

Conteúdos culturais universais, historicamente construídos e apropriados pela humanidade, permanentemente reavaliados frente as realidades sociais. Para além do "ensinar", os conteúdos devem ser ligados à significação humana e social, para que assim a experiência imediata e desorganizada do saber que o estudante possui possa, progressivamente, transformar-se em conhecimento científico sistematizado. Não se trata de desvalorizar a apreensão da realidade inicial do estudante, mas levá-lo a uma elaboração superior, mediada pelo professor.

Professor

É um mediador competente, que direciona o processo pedagógico, interfere e cria condições necessárias para a apropriação do conhecimento. O esforço do professor em orientar e abrir perspectivas a partir dos conteúdos; implica em envolvimento com o estilo de vida dos estudantes, tendo consciência dos possíveis contrastes entre sua cultura e a do estudante. Não é suficiente satisfazer apenas as necessidades presentes, mas deve buscar despertar outras necessidades, acelerar e disciplinar os métodos de estudo, exigir o esforço do discente, para que este se mobilize para uma participação ativa.

Métodos de ensino

Os métodos estão subordinados aos conteúdos. Como o objetivo é privilegiar a aquisição do saber vinculado às realidades sociais, os métodos devem propiciar a correspondência dos conteúdos com os interesses dos estudantes, para que estes alcancem a compreensão da realidade. Os métodos de uma pedagogia Histórico-crítica relacionam a prática vivida pelos estudantes com os conteúdos propostos pelo professor. A introdução explícita dos novos elementos de análise, feita pelo professor, provocam a ruptura com o conhecimento anterior. Por meio da mediação do professor, há o confronto entre a experiência e o conhecimento científico sistematizado.



3.9.2. A Pedagogia Histórico-Crítica e o Curso em Técnico em Segurança do trabalho

O pesquisador Frigotto (2009), em seu estudo que trata da polissemia da categoria trabalho, trata o trabalho como um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Marx afirma que, na relação com o trabalho, o homem,

mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil à própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1983, p. 149).

O trabalho, como mostra Kosik (1989), é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade. Por isso ele não se reduz à atividade laborativa ou emprego. É com o desenvolvimento das relações sociais produtivas capitalistas que o trabalho assume o sentido de emprego remunerado e o trabalhador designa a classe trabalhadora. O termo emprego tem origem obscura e é somente no século XVII que assume o sentido de quantidade limitada de trabalho. Ao longo do tempo passou a ter uso mais universal e comum para designar ocupação regular e paga (KOSIK, 1989).

Owen, em 1818, foi quem empregou por primeiro a denominação de classes trabalhadoras “no contexto específico e inconfundível das relações entre ‘trabalhadores’ e seus ‘empregadores’”. Marx e Engels desenvolveram suas análises no contexto em que eles se consolidam dentro da definição do modo de produção capitalista como forma dominante de relações sociais.

O trabalho é um agir humano que se move na esfera da necessidade, é intrinsecamente social.

Neste sentido, a sociedade pode ser vista como um grande trabalhador coletivo que pode, na profundidade em que cabe pensar na produção da sociedade, ser formulado em duas determinações sociais. Um trabalhador coletivo pela perspectiva da acumulação e, neste sentido, nós pensaríamos um trabalhador coletivo em que haja uma universalização do trabalho abstrato, tal qual a conhecemos hoje. Mas nós precisamos pensar também no trabalhador coletivo numa outra determinação social, que é a perspectiva do trabalho que produz a sociedade (MAAR, 2006, p. 44).

Neste sentido, cabe ressaltar a relevância da pedagogia histórico-crítica na formação dos profissionais técnicos em segurança do trabalho, uma vez que a mesma



objetiva compreender a questão educacional a partir do seu desenvolvimento histórico e busca a transformação da sociedade em vez da sua manutenção. Ela compreende a educação como capaz de produzir transformações significativas no homem e entende este como sendo um sujeito transformador da sua própria realidade e da sociedade como um todo. Considerando esta afirmação e os aspectos acima descritos na concepção e desenvolvimento do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, ressalta-se que a temática central “segurança e trabalho” é abordada no âmbito de todo o currículo, buscando através das ementas e bibliografias oferecer ao professor/tutor base para tratar, de forma crítica, cada conteúdo.

Neste contexto, a busca está exatamente em acrescentar as características socioculturais de cada grupo social, respeitando a realidade produtiva local, bem como os seus saberes, estabelecendo uma relação direta com o meio em que se insere o perfil técnico do profissional em segurança do trabalho. O professor/tutor tem o papel de trazer esse conjunto de percepções e representações e deverá viabilizar a apreensão da temática central e seus ramos por parte dos estudantes, realizando a mediação entre o discente e o conhecimento, por meio da prática social. Essa perspectiva perpassa cada componente curricular e permitirá ao profissional uma visão sistêmica do responsável pela segurança no trabalho, com vistas a formar um profissional crítico para o mundo do trabalho.

3.9.3. Delineamento da Organização Curricular

A organização curricular observa as determinações legais presentes na Lei nº 9.394/96 (alterada pela Lei nº 11.741/2008), a Resolução CNE/CEB nº 6/2012 (Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio) e a Resolução nº 54/2011 do IFPR (Organização Didático-Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada de trabalhadores). Os cursos técnicos de nível médio possuem uma estrutura curricular fundamentada na concepção de eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, aprovado pela Resolução CNE/CEB nº. 01/2014.

Desta forma, o Curso Técnico em Segurança do Trabalho está organizado em 8 (oito) módulos mais o componente curricular “Seminários Locais”⁴, agregando funções correspondentes ao agrupamento de competências e habilidades da área da segurança.

⁴ Atividade elaborada por cada campus para trabalhar com o estudante as demandas locais, que necessitam de conhecimentos técnicos específicos.



Cada módulo está estruturado para articular os fundamentos teóricos que embasem a conexão entre o conhecimento e sua aplicabilidade na vida profissional e estabelecem, entre si, uma relação dialógica que promove uma educação integradora de conhecimentos científicos, experiências e saberes. Isto possibilita a realização de práticas interdisciplinares na construção do pensamento tecnológico crítico e a capacidade de intervir em situações que o estudante vivenciará ao longo da vida e no ambiente de trabalho. Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros obrigatórios nos currículos, de acordo com as leis federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, serão ministrados em diversos componentes curriculares presentes na matriz curricular deste curso.

O curso cumpre a carga horária mínima presencial de 20%⁵, conforme a Resolução CNE nº 06/2012, por meio dos encontros e atividades avaliativas presenciais no polo e pelo componente curricular “Seminários Locais” (cuja oferta será excepcionalmente presencial).

Para fins de atender o disposto na Resolução 54/2011, a frequência mínima será de 75% da carga horária para o período letivo. Será considerada, como frequência, a presença dos estudantes nas aulas realizadas nos polos, realização das atividades de aprendizagem em grupo, participação e realização de Atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, e participação nos Seminários Locais. Os Professores Presenciais/tutores serão responsáveis pelo acompanhamento da frequência tanto nos encontros presenciais quanto no AVA. Com relação ao AVA, a frequência será contabilizada pelas atividades realizadas (Fóruns, questões discursivas, estudos de caso, entre outras a serem definidas pelos professores responsáveis pelo componente curricular).

3.9.4. A organização dos módulos

Curso terá a carga horária de 1264 horas distribuídas em 4 módulos, conforme segue:

- **Módulo 1** (138 h/r – 72 h/a): O estudante é apresentado ao universo da Educação a Distância, com elementos importantes para subsidiar seu percurso de estudo.

⁵ “Art. 33 Os cursos técnicos de nível médio oferecidos, na modalidade de Educação a Distância, no âmbito da área profissional da Saúde, devem cumprir, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de carga horária presencial, sendo que, no caso dos demais eixos tecnológicos, será exigido um mínimo de 20% (vinte por cento) de carga horária presencial, nos termos das normas específicas definidas em cada sistema de ensino.” (BRASIL, 2012, p.9)



- **Módulo 2** (138 h/r – 72 h/a): Este percurso busca trabalhar com os aspectos relacionados com o empreendedorismo, motivação, liderança e inovação.
- **Módulo 3** (156 h/r – 72 h/a): O módulo pretende uma abordagem inicial e introdutória acerca de conceitos sobre regulamentações, segurança do trabalho e agentes e riscos nos locais de trabalho. O objetivo do presente módulo é subsidiar o aluno com conceito e noções mínimas para o desenvolvimento de competências aprofundadas no curso.
- **Módulo 4** (156 h/r – 72h/a): A proposta apresentada tem por objetivo a introdução de atividades e regulamentação de equipamentos, bem como métodos de prevenção de acidentes com equipamentos. Busca-se estabelecer uma ponte entre os conteúdos iniciais e a aplicabilidade dos conceitos de maneira específica.
- **Módulo 5** (156 h/r – 72 h/a): O módulo visa o reconhecimento de métodos de proteção específicos, ruídos e leitura de mapas de riscos. Tem-se o desenvolvimento de competências em continuidade aos módulos anteriores com a aplicabilidade dos conceitos iniciais.
- **Módulo 6** (156 h/r - 72 h/a): Busca-se a abordagem de vivências experimentadas em campos de obras com a introdução de situações e conceitos relativos aos trabalhos e gerenciamento de riscos destes.
- **Módulo 7** (156 h/r - 72 h/a): Tratativa de temas relacionados à Medicina do Trabalho, Intoxicação, acidentes e condições sanitárias. Objetiva-se o reconhecimento de circunstâncias de risco ao trabalhador em especial por riscos químicos.
- **Módulo 8** (156 h/r - 72 h/a): São tratados temas relativos aos riscos para a saúde física do trabalhador, educação e impactos ambientais, bem como aspectos de eletrotécnica em máquinas. Objetiva-se a compreensão global da experiência do técnico em segurança do trabalho bem como a finalização de conceitos introduzidos nos módulos anteriores.
- **Seminários Locais** (52 h/r - 24 h/a): este componente curricular permitirá que o estudante aplique os conhecimentos adquiridos no decorrer dos módulos, de acordo com o contexto econômico e socioambiental local/regional de sua inserção. A oferta deste componente será concomitante aos demais módulos.



3.9.5 Temas transversais

Para fins de cumprimento da missão IFPR, visando a oferta de uma educação de qualidade, com foco na formação de cidadãos comprometidos com a sustentabilidade, com visão sistêmica, que tenham como valor a inclusão social, que respeitem a diversidade humana, cultural e características regionais, o curso seguirá os princípios norteadores da Educação Profissional, com base na Resolução CNE/CEB nº 6/2012, e temáticas com tratamentos transversais, com base em legislações específicas, conforme Resolução CNE/CEB nº 02/2012.

A partir destes pressupostos, o Curso Técnico em Segurança do Trabalho trabalhará com tais temáticas obrigatórias de forma interdisciplinar, que deverão permear as práticas educativas, proporcionando uma formação ampliada aos estudantes. Segue a relação das temáticas e as referidas legislações:

- Valorização dos idosos (Lei 10.741/2003, Art. 22): Reflexões sobre o processo de envelhecimento, respeito e valorização dos idosos.
- Prevenção de todas as formas de violência contra crianças e adolescentes (Lei nº 13.010/2014): a infância e a adolescência são fases da vida de maior vulnerabilidade, é preciso que a temática da violência seja ponto de reflexão dos nossos estudantes durante o percurso formativo.
- Educação Ambiental (Lei nº 9795/1999; Parecer CNE/CP nº 14/2012): Reflexões sobre a conservação do meio ambiente, o uso comum dos povos e sustentabilidade.
- Educação para o trânsito (Lei nº 9.503/1997, Art. 76).
- Educação Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.947/2009, Art. 2): A importância do desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, assim como a importância da alimentação saudável.
- Educação em Direitos Humanos - EDH (Resolução CNE/CP nº1/2012; Decreto nº 7.037/2009, Art. 2, Eixo Orientador V; Parecer CNE/CP nº 8/2012): A temática busca a construção de uma sociedade que valorize e proporcione condições para a garantia da dignidade humana, onde cidadãos e cidadã se reconheçam como sujeitos de direito. São princípios da EDH: Dignidade humana, Igualdade de direitos, Reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, Laicidade do Estado, Democracia na educação: Transversalidade, vivência e globalidade e Sustentabilidade socioambiental.

O Componente Curricular "Seminários Locais" será uma das estratégias para o trabalho interdisciplinar, outras propostas serão realizadas ao longo do percurso como: palestras, debates e eventos. As atividades poderão ser presenciais (nos polos) e a



distância (pelo ambiente virtual de aprendizagem). Entre os componentes curriculares, destacamos: Ética e Cidadania, Educação Ambiental em Processos Industriais, Normalização e Legislação Aplicada, Desenvolvimento Pessoal e Profissional, Comunicação e Linguagem, Empreendedorismo, entre outras. Assim, de forma articulada entre os diferentes componentes curriculares, os temas propostos permitirão uma formação mais abrangente dos nossos estudantes.

3.9.6 – Cinema Nacional (Lei nº 13.006/2014)

Com o objetivo de ampliar e promover o Cinema Nacional, a Direção de Ensino da Diretoria de Educação a Distância, juntamente com a Coordenação do Curso, irá promover ações mensais orientadas à divulgação, sensibilização e reflexão de filmes brasileiros.

Compreendemos o cinema como um “espaço produtor de sentidos que envolvem múltiplas subjetividades” (GABRIEL, 2013, p. 25). Os filmes expandem nosso conhecimento sobre o mundo, culturas, tempos históricos, espaços. O Cinema “permite antagonizar, provocar deslocamentos desconstruindo posições dicotômicas características no contexto discursivo que é próprio do espaço/tempo escolar” (GABRIEL, 2013, p. 18).

A proposta é realizar um processo de educação do olhar, formando uma plateia sensível e crítica aos elementos estéticos e políticos presentes nos textos audiovisuais, articulando análises com elementos da realidade sócio-econômica dos estudantes.

3.9.7 Matriz Curricular

Considerando as especificidades da modalidade a distância e a metodologia adotada para a oferta deste curso, a hora aula ficou organizada da seguinte forma:

Módulo 1 a hora aula será de 115 minutos;

Módulo 2, 3 e 4 e Seminários locais a hora aula será de 130 minutos;

Os módulos serão ofertados, respeitando o calendário da Diretoria de Educação a Distância, dentro dos 200 dias letivos previstos, por meio do AVA e encontros presenciais semanais. No encontro presencial, o estudante terá uma aula de cada componente curricular.

Matriz Curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho

MÓDULOS	COMPONENTES CURRICULARES	Hora Relógio	Hora Aula
MÓDULO 1	Tecnologias e Ambientes Virtuais de Aprendizagem	46	24
	Comunicação e Linguagem	46	24
	Desenvolvimento Pessoal e Profissional	46	24
Total Módulo 1		138	72
MÓDULO 2	Ética e Cidadania	46	24
	Empreendedorismo	46	24
	Organização e implementação de projetos	46	24
Total Módulo 2		138	72
MÓDULO 3	Normalização e Legislação Aplicada	52	24
	Segurança no Trabalho I	52	24
	Higiene Ocupacional I	52	24
Total Módulo 3		156	72
MÓDULO 4	Controle de Riscos e Sinistros	52	24
	Princípios de Tecnologia Industrial	52	24
	Instrumentação	52	24
Total Módulo 4		156	72
MÓDULO 5	Segurança no trabalho II	52	24
	Higiene Ocupacional II	52	24
	Desenho	52	24
Total Módulo 5		156	72
MÓDULO 6	Segurança no trabalho III	52	24
	Gerenciamento de Riscos	52	24
	Higiene Ocupacional III	52	24
Total Módulo 6		156	72
MÓDULO 7	Medicina no trabalho	52	24
	Toxicologia	52	24
	Segurança no trabalho IV	52	24
Total Módulo 7		156	72
MÓDULO 8	Ergonomia	52	24
	Educação Ambiental em Processos Industriais	52	24
	Segurança em eletrotécnica	52	24
Total Módulo 8		156	72
SEMINÁRIOS LOCAIS		52	24
TOTAL GERAL <i>(Módulos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, e Seminários Locais)</i>		1264	600

3.9.8 Quadro de Distribuição da Hora Relógio para orientação do Percurso Didático

MÓDULOS	COMPONENTES CURRICULARES	HORAS RELÓGIO						Carga horária
		RD	AD1	AD2	AD3	APR1	AP3	TOTAL
MÓDULO 1	Tecnologias e Ambientes Virtuais de Aprendizagem	20	03	10	05	02	06	46
	Comunicação e Linguagem	20	03	10	05	02	06	46
	Desenvolvimento Pessoal e Profissional	20	03	10	05	02	06	46
Total Módulo 1								138 h/r
MÓDULO 2	Ética e Cidadania	20	03	10	05	02	06	46
	Empreendedorismo	20	03	10	05	02	06	46
	Organização e implementação de projetos	20	03	10	05	02	06	46
Total Módulo 2								138 h/r
MÓDULO 3	Normalização e Legislação Aplicada	20	05	12	05	02	08	52
	Segurança no Trabalho I	20	05	12	05	02	08	52
	Higiene Ocupacional I	20	05	12	05	02	08	52
Total Módulo 3								156 h/r
MÓDULO 4	Controle de Riscos e Sinistros	20	05	12	05	02	08	52
	Princípios de Tecnologia Industrial	20	05	12	05	02	08	52
	Instrumentação	20	05	12	05	02	08	52
Total Módulo 4								156 h/r
MÓDULO 5	Segurança no trabalho II	20	05	12	05	02	08	52
	Higiene Ocupacional II	20	05	12	05	02	08	52
	Desenho	20	05	12	05	02	08	52
Total Módulo 5								156 h/r
MÓDULO 6	Segurança no trabalho III	20	05	12	05	02	08	52
	Gerenciamento de Riscos	20	05	12	05	02	08	52
	Higiene Ocupacional III	20	05	12	05	02	08	52
Total Módulo 6								156 h/r
MÓDULO 7	Medicina no trabalho	20	05	12	05	02	08	52
	Toxicologia	20	05	12	05	02	08	52
	Segurança no trabalho IV	20	05	12	05	02	08	52
Total Módulo 7								156 h/r
MÓDULO 8	Ergonomia	20	05	12	05	02	08	52
	Educação Ambiental em Processos Industriais	20	05	12	05	02	08	52
	Segurança em eletrotécnica	20	05	12	05	02	08	52
Total Módulo 8								156 h/r
SEMINÁRIOS LOCAIS								52
TOTAL GERAL								1.264 h/r
<i>(Módulos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e Seminários Locais)</i>								

Legenda:

RD: Recursos Didáticos: vídeoaula e livro e material para leitura online (ATIVIDADE PRESENCIAL)
 AD1: FÓRUM (ATIVIDADE A DISTÂNCIA)
 AD2: Atividades discursivas - (ATIVIDADE PRESENCIAL)
 AD3: Atividade com questões objetivas - (ATIVIDADE A DISTÂNCIA)
 APR1: PROVA (ATIVIDADE PRESENCIAL)
 APR2: PROVA DE RECUPERAÇÃO (ATIVIDADE PRESENCIAL)
 AP3: Atividades de aprendizagem (ATIVIDADE PRESENCIAL)



3.10. Ementas dos Componentes Curriculares

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Tecnologias e Ambientes Virtuais de Aprendizagem	
Carga Horária (hora aula): 24	Período letivo: Módulo 1
Ementa: Características da Educação a Distância e seu histórico. As tecnologias digitais e sua contribuição para a educação a distância. Modalidade Presencial <i>versus</i> Modalidade a Distância. O (a) Estudante na EaD. O Ambiente Virtual de Aprendizagem como sala de aula. As ferramentas do Moodle. Elementos e atividades na plataforma Moodle. As mídias e a interação <i>on-line</i> na educação a distância. Plataformas abertas de conhecimento: Repositórios de Recursos Educacionais Abertos, Mooc, blogs, redes sociais, buscadores.	
Bibliografia Básica: ALMEIDA, M. E. B.; DIAS, P.; SILVA, B. D. (Orgs.) Cenários de inovação para a sociedade digital . São Paulo: Edições Loyola, 2013. BEHAR, P. A. (Org.). Modelos pedagógicos em educação a distância . Porto Alegre: Artmed, 2009. COLL, C.; MONEREO, C. et al. Psicologia da Educação Virtual: aprender e ensinar com as Tecnologias da Informação e da Comunicação . Porto Alegre: Artmed, 2010. KENSKI, V. M. Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação . Campinas, SP: Papirus, 2012a. _____. Tecnologias e ensino presencial e a distância . 9 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012b. LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. (Org.). Educação a distância: o estado da arte . São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.	
Bibliografia Complementar: AREU, G. I. P.; FOFONCA, E. (Orgs.) Integração de Tecnologias e da Cultura Digital na Educação: múltiplos olhares . Curitiba: CRV, 2014. BEHAR, P. A. (Org.). Competências em educação a distância . Porto Alegre: Penso, 2013. BRITO, G. S.; PURIFICAÇÃO, I. Educação e Novas Tecnologias – um Re-pensar . Curitiba: Ibpex, 2008. LEMONS, A. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea . Porto Alegre: Sulina, 2009. SANTAELLA, L. Comunicação ubíqua. Repercussões na cultura e na educação . São Paulo: Paulus, 2013. SANTOS, E. O.; WEBER, A. A. Educação Online em tempos de mobilidade e aprendizagem ubíqua: desafios para as práticas pedagógicas na cibercultura . Disponível em http://www.seer.ufs.br/index.php/edapeci/article/view/1597/PDF . Acesso em: 10 de dez. de 2015.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Comunicação e Linguagem	
Carga Horária (hora aula): 24	Período letivo: Módulo 1
Ementa: Elementos do processo comunicativo e do processo interlocutório. Estudo da linguagem verbal e não-verbal. Particularidades da linguagem falada e da linguagem escrita. A Língua e suas variedades linguísticas. A estrutura da língua: tipos de gramáticas e abordagens. Funções da linguagem. O texto e os elementos que o compõe: frase, oração, período, paragrafação e pontuação. Articuladores textuais: as relações e produção de sentido. O texto, o contexto e a textualidade. Coesão e coerência textual. Análise e interpretação do texto. Elementos da compreensão textual. Linguagens e Tecnologias. Multiletramentos e novos letramentos sociais no mundo do trabalho.	
Bibliografia Básica: KOCH, I. V. O texto e a construção de sentidos . 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007. MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: _____, Gêneros textuais: constituição e práticas sociodiscursivas . São Paulo: Cortez, 2010. NEVES, M. H. M. Gramática na Escola . 8. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010. PERINI, M. Gramática do português brasileiro . São Paulo: Parábola, 2010. PIMENTEL, E. Intelecção e interpretação de textos . 24. ed. Brasília: Vestcon, 2009. SOLÉ, I. Estratégias de leitura . 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.	
Bibliografia Complementar: ANTUNES, I. Aula de português: encontro e interação . 8. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República . MENDES, Gilmar Ferreira; FOSTER JÚNIOR, Nestor José. 2002. 2. ed. revisada e atualizada por Celso Pedro Luft. Disponível em: < www.planalto.gov.br/Ccivil_03/manual/index.htm >. Acesso em: 23 jan. 2014. FOFONCA, E. Entre as Práticas de (Multi)letramentos e os Processos de Aprendizagem Ubíqua da Cultura Digital: as percepções estéticas dos educadores das linguagens . Tese de Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura, UPM, São Paulo, 2015. FOFONCA, E. Comunicação e Educação: conexões em tempos de sociabilidade e convergência digital . Curitiba: CRV, 2012. ROJO, R.; MOURA, E. (orgs.). Multiletramentos na escola . São Paulo: Parábola Editorial, 2012. _____. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social . São Paulo: Parábola Editorial, 2009. TRAVAGLIA, L. C. Gramática: ensino plural . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. _____. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática . 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.	



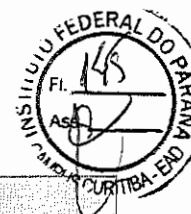
Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Desenvolvimento Pessoal e Profissional	
Carga Horária (hora aula): 24	Período letivo: Módulo 1
Ementa: Autoconhecimento, autoestima e autoconsciência. Inteligência emocional, interpessoal. Marketing pessoal. Trabalho em equipe e críticas no ambiente de trabalho. Motivação e barreiras na comunicação. Administração do tempo: urgência, importância e prioridade. Organização da agenda e Metas pessoais e profissionais Plano de carreira, compromisso social da profissão e qualidade de vida.	
Bibliografia Básica: CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas . São Paulo: Elsevier, 2010. JACQUES, M.G.; CODO, W. Saúde mental e trabalho: leituras . Petrópolis: Vozes, 2002. MOSCOVICI, F. Desenvolvimento Interpessoal . Rio de Janeiro: José Olympio, 1998. LOPES, P. Marketing de relacionamento: um diferencial lógico . Porto Alegre: Artes Médicas, 2002. MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade . 12ª. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.	
Bibliografia Complementar: GOLEMAN, D. Inteligência emocional . Rio de Janeiro: Objetiva, 1996 KOTLER, P. Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle . 4.ed.. São Paulo: Atlas, 1996. FLEURY, M. T. L. (org). As pessoas nas organizações . (pp. 67- 73). São Paulo: Editora Gente, 2005. NASCIMENTO, E. M.; EL FAYED, K. M. Administração de Conflitos . Disponível em: < http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/cap_humano/4.pdf >. Acesso em: 26 jun. 2012. _____. Administração de conflitos. Capital Humano . Coleção Gestão Empresarial. Disponível em: < http://www.someeducacional.com.br/apz/gestao_conflitos/4.pdf >. Acesso em: 04 jul. 2012. KOTLER, P. Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle . 4.ed.. São Paulo: Atlas, 1996.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Ética e Cidadania	
Carga Horária (hora aula): 24	Período letivo: Módulo 2
Ementa: Conceitos fundamentais sobre Ética. Valores éticos individuais e organizacionais. Conduta humana fundamentada na ética. A Ética profissional e empresarial. Ética na administração e gestão. A influência do contexto cultural no comportamento ético profissional. A ética no serviço público. A ética, a transparência e a responsabilidade social. Interculturalidade, relações interpessoais e a conduta ética profissional. Cidadania, direitos e deveres do cidadão. Relações Étnico-raciais no Brasil. Inclusão de pessoas com deficiência. Pessoas com deficiência no ambiente de trabalho.	
Bibliografia Básica: ALENCASTRO, M. S. C. Ética empresarial na prática: liderança, gestão e responsabilidade corporativa. Curitiba: Ibpex, 2010. STADLER, A.; ARANTES, E. C.; HALICKI, Z. Empreendedorismo e responsabilidade social. Curitiba: Ibpex, 2011. CARVALHO-FREITAS, M. N. Inserção e Gestão do Trabalho de Pessoas com Deficiência: um estudo de caso. RAC, Curitiba, v. 13, Edição Especial, art. 8, p. 121-138, Junho 2009. COLOMBO, I. M. et al. Ética na gestão Pública. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011. KROTH, V. W.; MARCHIORI NETO, D. L. Políticas de cotas para afrodescendentes no Brasil: considerações sobre a constitucionalidade e a finalidade de sua adoção. Revista eletrônica dos pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC. Volume 3 n. 1 (1), agosto-dezembro/2006, p. 18-43. ISSN 1806-5023. Disponível em: < http://www.emtese.ufsc.br/vol3_art2.pdf >. Acesso em: 03 maio 2011.	
Bibliografia Complementar: DALLARI, D. A. Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna, 1998. PATRUS-PENA, R.; CASTRO, P. P. Ética nos negócios: condições, desafios e riscos. São Paulo: Atlas, 2010. PASSOS, E. Ética nas organizações. São Paulo: Atlas, 2004. SÁ, A. L. Ética profissional. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010. RIBEIRO, M. A. Psicologia e gestão de pessoas: reflexões críticas e temas afins (ética, competência e carreira). São Paulo: Vetor, 2009.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Empreendedorismo	
Carga Horária (hora aula): 24	Período letivo: Módulo 2
Ementa: O processo empreendedor e tipos de empreendedores. Empreendedorismo na prática. A motivação e o perfil do empreendedor. Liderança e Motivação. Histórico e importância do Plano de Negócios. O Plano de Negócios: criando um plano de negócios eficiente. Colocando o plano de negócios em prática. Tecnologia e Inovação no Mercado Imobiliário. Transformações no Mercado Imobiliário. O papel da inovação tecnológica. Tecnologia, inovação e patentes. A cultura empresarial e seus reflexos econômicos. Instrumentos estatais de fomento à pesquisa e à tecnologia. Institutos públicos de pesquisa e suas relações com empresas privadas. Acordo Trips.	
Bibliografia Básica: BOLLES, R. N.; KIM, L. Tecnologia, Aprendizado e Inovação . Campinas: Unicamp, 2005. DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo na prática mitos e verdades do empreendedor de sucesso . Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. DUBEUX, R. R. Inovação no Brasil e na Coreia do Sul - Os Efeitos do Novo Regime Internacional de Patentes sobre as Estratégias de Desenvolvimento Econômico . Curitiba: Juruá, 2010. MATTOS, J. R. L. Gestão Tecnologia e Inovação - Uma Abordagem Prática . São Paulo: Saraiva, 2005. SERTEK, P. Empreendedorismo . Curitiba: IBPEX, 2007.	
Bibliografia Complementar: CORDEIRO FILHO, A. Empreendedorismo no mercado imobiliário Habitacional . São Paulo: ATLAS, 2012. DOLABELA, F. O Segredo de Luisa . Rio de Janeiro: Sextante, 2008. PHILIPPI JUNIOR, A.; SILVA NETO, A. J. Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação . São Paulo: Manole, 2011. SALIM, C. S. Construindo plano de negócios . Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. TIGRE, P. B. Gestão da Inovação - A Economia da Tecnologia no Brasil . São Paulo: Campus, 2006.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Organização e implementação de projetos	
Carga Horária (hora aula): 24	Período letivo: Módulo 2
Ementa: O processo de planejamento e elaboração de projetos. Tipos de projetos. Etapas na formulação e execução de projetos. Construção de cenários na elaboração de projetos. Análise da viabilidade de projetos. Delimitação de responsabilidade e deveres na execução de projetos. Técnicas e métodos de elaboração de projetos.	
Bibliografia Básica: CONSALTER, M. A. S. Elaboração de Projetos . 3ªed. Curitiba: Ibpx, 2011. MENDES, J. R. B.; VALLE, A. B.; FABRA, M. A. Gerenciamento de projetos . 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2014. MENEZES, L. C. M. Gestão de Projetos . 3ªed. São Paulo: Atlas, 2009. VIANA, V. R. Gerenciamento de Projetos: estabelecendo diferenciais competitivos . 7ª ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2009. VIANA, V. R. Manual Prático do Plano de Projeto: utilizando o PMBOK® 5ª ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2014.	
Bibliografia Complementar: GIDO, J.; CLEMENTS, P. J. Gestão de Projetos . 2ª ed. - Tradução da 5ª Ed. Norte-Americana, Cengage Learning, 2014 LUCK, H. Metodologia de projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão . Petrópolis: Vozes, 2003. NOCÊRA, R. J. Gerenciamento de Projetos: teoria e prática . RJN, Rio de Janeiro, 2009. VALLE, A. B.; SOARES, C. A. P.; FINOCCHIO, J. J.; SILVA, L. S. F. Fundamentos do Gerenciamento de Projetos . 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. XAVIER, C. M. S.; VIVACQUA, F. R.; MACEDO, O. S.; XAVIER, L. F. S. Metodologia de Gerenciamento de Projetos – Methodoware . 3ª ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2014.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Normalização e Legislação Aplicada	
Carga Horária (hora aula): 24	Período letivo: Módulo 3
Ementa: Ementa: Abordagem sistemática de noções e princípios do direito em geral. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Direito do Trabalho. Legislação previdenciária. Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP) e Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Segurança do trabalho no Direito Trabalhista. Atribuições do Técnico em Segurança do Trabalho. Responsabilidade civil e penal. Código de Processo Civil Brasileiro. Código de Processo Penal Brasileiro. Aspectos jurídicos de algumas normas regulamentadoras: NR 1, 2, 3, 27 e 28.	
Bibliografia Básica: COSTA, P. R. da. Normalização e legislação . 2º ed. – Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2012. EDITORA SARAIVA. CLT Saraiva & Constituição Federal . 45ª Ed. Editora: Saraiva, 1352 p; 2015. _____. Segurança e Medicina do Trabalho . 16ª Ed. (2º Semestre). Editora: Saraiva, 1280 p; 2015. NUNES, F. O. Segurança e saúde no trabalho – esquematizada -. 2ª Ed. Editora: Elsevier/Método, 2014. NUNES, D. B. Noções Básicas de Direito Para Técnicos Em Segurança do Trabalho . 2ª Ed. Editora: Difusão Editora, 2013.	
Bibliografia Complementar: GARCIA, G. F. B. Meio ambiente do Trabalho . 4ª Ed. Editora: Forense, 2014. HOEPPNER, M. G. Normas Regulamentadoras Relativas à Segurança e Medicina do Trabalho . 6ª Ed. Editora: Ícone, 2015. SALIBA, S. C. R.; PAGANO, T. M. S. Legislação de Segurança, Acidentes do Trabalho e Saúde do Trabalhador . 11ª Ed. Editora: LTR, 712 p; 2015. SILVA, J. A. R. de O. Acidente do Trabalho Responsabilidade Objetiva do Empregador . 2ª Ed. Editora: LTR, 304 p; 2013. TAVARES, J. da C. Tópicos da Administração Aplicada à Segurança do Trabalho . 11ª Ed. Editora: Senac São Paulo, 2012.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Segurança no Trabalho I	
Carga Horária (hora aula): 24	Período letivo: Módulo 3
Ementa: Abordagem sistemática sobre a introdução à segurança do trabalho. Definições básicas. Estatísticas de acidentes. Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA. Investigação de acidentes. Inspeção de segurança. Mapa de riscos ambientais.	
Bibliografia Básica: CORREA, J. A. P.; AYRES, D. de O. Manual de Prevenção de Acidente do Trabalho . 2ª Ed. Editora: Atlas, 2011. FERREIRA, L. S. Segurança do trabalho . (Org.) Leandro S. F., Néverton H. P. 2ª ed. Santa Maria: UFSM, CTISM, Rede e-Tec Brasil, 151 p; 2012. GARCIA, G. F. B. Meio ambiente do Trabalho . 4ª Ed. Editora: Forense, 2014. NUNES, D. B. Noções Básicas de Direito Para Técnicos Em Segurança do Trabalho . 2ª Ed. Editora: Difusão Editora, 2013. PONZETTO, G. Mapa de Riscos Ambientais . 3ª Ed. Editora: Ltr, 152 p; 2010.	
Bibliografia Complementar: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 14280: Cadastro de acidente de trabalho: procedimento e classificação . Rio de Janeiro (RJ), 2001. BRASIL. Ministério da Previdência Social e Ministério do Trabalho. Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho 2013 (AEAT) . Disponível em: < http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/aeat-2013 > Acesso em 11 nov. 2015. BREVIGLIERI, É. P., José, S. R. Higiene Ocupacional Agentes Biológicos, Químicos e Físicos . 8ª Ed. Editora: SENAC São Paulo, 920 p; 2015. EDITORA SARAIVA. CLT Saraiva & Constituição Federal . 45ª Ed. Editora: Saraiva, 1352 p; 2015 MORAES, G. Normas Regulamentadoras Comentadas e Ilustradas . 8ª Ed. Vol. IV. Editora: GVC, 2013.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Higiene Ocupacional I	
Carga Horária (hora aula): 24	Período letivo: Módulo 3
Ementa: O presente componente trata da conceituação de higiene ocupacional. Avaliação da exposição aos agentes ambientais. Riscos físicos: pressões anormais, radiações ionizantes e não ionizantes. Riscos físicos: ruído, temperaturas extremas, vibrações e umidade. Riscos químicos: agentes químicos. Riscos químicos: limites de tolerância. Riscos biológicos.	
Bibliografia Básica: BARSANO, P. R.; BARBOSA, R. P. Higiene e segurança do trabalho . 1ª ed. Editora: Érica, 128 p; São Paulo, 2014. BREVIGLIERI, É. P. J., SPINELLI, R. Higiene Ocupacional Agentes Biológicos, Químicos e Físicos . 8ª Ed. Editora: SENAC São Paulo, 920 p; 2015. FERREIRA, L. S. Segurança do trabalho . (Org.) Leandro S. F., Néverton H. P. 2ª ed. Santa Maria: UFSM, CTISM, Rede e-Tec Brasil, 151 p; 2012. SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle do Ruído – PPRA . 8ª Ed. Editora: LTr, 144 p; 2014. SALIBA, T. M. Curso básico de segurança e higiene ocupacional . 5ª ed. São Paulo, Editora: LTr, 479 p; 2013.	
Bibliografia Complementar: GARCIA, G. F. B. Meio ambiente do Trabalho . 4ª Ed. Editora: Forense, 2014. MATTOS, U. A. de O.; MÁSCULO, F. S. (Org). Higiene e segurança do trabalho . Rio de Janeiro: Campus: ABEPRO. 419 p, 2011. MONTEIRO, A. L.; BERTAGNI, R. F. de S. Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas . 7ª ed. Editora: Saraiva, 478 p; São Paulo, 2012. SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle do Calor . 6ª Ed. Editora: LTr, São Paulo, 2014. SALIBA, T. M. Manual prático de higiene ocupacional e ppra: Avaliação e controle dos riscos ambientais . 5ª ed. Editora: LTr, 368 p; São Paulo, 2013.	

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Controle de Riscos e Sinistros	
Carga Horária (hora aula): 24	Período letivo: Módulo 4
Ementa:	
<p>Introdução à proteção contra incêndios. O fogo e seus elementos. Pontos e temperaturas importantes do fogo. Propagação do fogo. Fases do fogo. Métodos de extinção do fogo. Classes de incêndio. Agentes extintores. Extintores de incêndio. Manuseio de extintores de incêndio. Hidrantes. Detectores de incêndio e alarmes manuais. Chuveiros automáticos – sprinklers. Sistemas fixos de gás carbônico. Iluminação de emergência e sinalização de segurança. Saídas de emergência e escadas enclausuradas. Portas de saída de emergência. Manutenção. Plano de emergência e procedimento de abandono. Brigadas de incêndio. Gás liquefeito de petróleo – GLP. Plano de Segurança contra Incêndio e Pânico. Legislações. Atividades e operações industriais de alto risco de incêndio. Riscos de incêndio em indústrias.</p>	
Bibliografia Básica:	
<p>BELTRAMI, M.; STUMM, S. B. Controle e Riscos de Sinistros. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia – Paraná – Educação à Distância/ Rede E-tec Brasil. Curitiba (PR), 2012.</p> <p>MONTEIRO, A. L.; BERTAGNI, R.F. de S. Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas. 7ª ed. Editora: Saraiva, 478 p; São Paulo, 2012.</p> <p>CAMPOS, A. CIPA - Comissão interna de prevenção de acidentes: uma nova abordagem. 20ª ed. Editora: SENAC São Paulo, 371 p; São Paulo, 2012.</p> <p>SALIBA, T. M.. Curso básico de segurança e higiene ocupacional. 5ª ed. Editora: LTr, 479 p; São Paulo, 2013.</p> <p>SALIBA, T. M.; CORRÊA, M. A. C. Insalubridade e periculosidade: aspectos técnicos e práticos. 12ª ed. Editora: LTr, 254 p; São Paulo, 2013.</p>	
Bibliografia Complementar:	
<p>HOEPPNER, M. G. Normas Regulamentadoras Relativas à Segurança e Medicina do Trabalho. 6ª Ed. Editora: Ícone, 2015.</p> <p>MATTOS, U. A. de O.; MASCULO, F. S. (Org). Higiene e segurança do trabalho. Rio de Janeiro: Campus: ABEPRO, 419 p, 2011.</p> <p>SALIBA, S. C. R. SALIBA, T. M. Legislação de Segurança, Acidentes do Trabalho e Saúde do Trabalhador. 10ª Ed. Editora: LTR, 2014.</p> <p>SCALDELAI, A. V. et al. Manual prático de saúde e segurança do trabalho. 2ª ed. rev. e ampl. Editora: Yendis, 433 p; São Caetano do Sul, 2013.</p> <p>SEGURANÇA e medicina do trabalho. 72ª ed. (Manuais de Legislação Atlas). Editora: Atlas, 1000 p; São Paulo, 2013.</p>	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Princípios de Tecnologia Industrial	
Carga Horária (hora aula): 24	Período letivo: Módulo 4
Ementa: Introdução à segurança com máquinas e equipamento. Capacitação e treinamento. Arranjo físico. Segurança em arranjo físico. Segurança no transporte e movimentação de materiais. Equipamentos de transporte de cargas: empilhadeiras. Manutenção de máquinas e equipamentos. Bloqueios de fonte de energia e sinalização. Itens da NR-12 relacionados à manutenção. Zonas de perigo em máquinas e equipamentos. Pontos de perigo característicos de movimentos de máquina e equipamento. Sistemas de segurança – proteção. Sistemas de segurança – dispositivos de segurança, comando bimanual. Segurança em prensa e equipamentos similares. Segurança em trabalho com guilhotina. Injetora de materiais plásticos. Equipamentos mecânicos de panificação. Introdução à soldagem. Segurança em processos de soldagem ao arco elétrico. Processos de usinagem: torneamento e fresamento. Usinagem: furação, esmerilhamento e serramento. Usinagem CNC. Segurança em trabalho com fornos. Ferramentas manuais e motorizadas. Compressores. Introdução a caldeiras. Instrumentos e componentes das caldeiras a vapor. Riscos envolvidos em caldeiras. NR-13. Caldeiras e Vasos de Pressão.	
Bibliografia Básica: AGUIRRE, L. A. Fundamentos de instrumentação . Editora: Pearson Education do Brasil, 331 p; São Paulo, 2014 BELTRAMI, M. e SOUZA, S. G. de Princípios de Tecnologia Industrial . Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia – Paraná – Educação à Distância/ Rede E-tec Brasil. Curitiba (PR), 2012. DUNN, W. C. Fundamentos de instrumentação industrial e controle de processos . Editora: Bookman, 326 p; Porto Alegre, 2013 MORAES, M. V. G. Doenças ocupacionais: agentes: físico, químico, biológico e ergonômico . 2ª ed. Editora: Érica, 236 p; São Paulo, 2014. PEIXOTO, N. H. Instrumentação Industrial (Org.) Néverton H. P., Leandro S. F. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, Rio Grande do Sul (RS). 2014.	
Bibliografia Complementar: BHUYAN, M. Instrumentação inteligente: princípios e aplicações . Editora: LTC, 412 p; Rio de Janeiro, 2013. HOEPPNER, M. G. Normas Regulamentadoras Relativas à Segurança e Medicina do Trabalho . 6ª Ed. Editora: Ícone, 2015. SALIBA, S. C. R. SALIBA, T. M. Legislação de Segurança, Acidentes do Trabalho e Saúde do Trabalhador . 10ª Ed. Editora: LTR, 2014. SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle de Poeira –PPRA . 7ª Ed. Editora: LTr, São Paulo (SP), 2014. SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle de Vibração – PPRA . 3ª Ed. Editora: LTr, São Paulo (SP), 2014.	



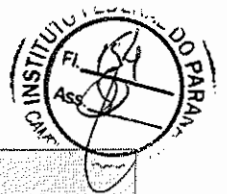
Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Instrumentação	
Carga Horária (hora aula): 24	Período letivo: Módulo 4
Ementa: Abordagem e avaliação do ruído ocupacional: aspectos básicos e uso de decibelímetros. Avaliando o ruído ocupacional com dosímetros de ruído. Instrumentação: avaliação de calor ocupacional. Avaliação de particulados. Avaliação de gases e vapores. Avaliação de espaços confinados. Outros equipamentos utilizados em avaliação ocupacional. Medidores de radiações ionizantes.	
Bibliografia Básica: AGUIRRE, L. A. Fundamentos de instrumentação . Editora: Pearson Education do Brasil, 331 p; São Paulo, 2014 BREVIGLIERI, É., POSSEBON, J., SPINELLI, R. Higiene Ocupacional Agentes Biológicos, Químicos e Físicos . 8ª Ed. Editora: SENAC São Paulo, 920 p; 2015. BHUYAN, M. Instrumentação inteligente: princípios e aplicações . Editora: LTC, 412 p; Rio de Janeiro, 2013. DUNN, W. C. Fundamentos de instrumentação industrial e controle de processos . Editora: Bookman, 326 p; Porto Alegre, 2013 PEIXOTO, N. H. Instrumentação Industrial (Org.) Néverton H. P., Leandro S. F. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, Rio Grande do Sul (RS), 2014.	
Bibliografia Complementar: SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle de Poeira –PPRA . 7ª Ed. Editora: LTr, São Paulo (SP), 2014. SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle de Vibração – PPRA . 3ª Ed. Editora: LTr, São Paulo (SP), 2014. SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle de Ruído – PPRA . 8ª Ed. Editora: LTr, São Paulo (SP), 2014. SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle de Calor – PPRA . 6ª Ed. Editora: LTr, São Paulo (SP), 2014. SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle de Gases e Vapores – PPRA . 6ª Ed. Editora: LTr, São Paulo (SP), 2014.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Segurança no trabalho II	
Carga Horária (hora aula): 24	Período letivo: Módulo 5
Ementa: Abordagem sobre Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC). NR 06 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Programa de Conservação Auditiva (PCA). Programa de Proteção Respiratória (PPR). NR 08 – Edificações. Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT). Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP).	
Bibliografia Básica: AYRES, D. de O., CORREA, J. A. P. Manual de Prevenção de Acidentes do Trabalho . 2ª Ed. Editora: Atlas, 2011. BARSANO, P. R.; BARBOSA, R. P. Higiene e segurança do trabalho . 1ª ed. Editora: Érica, 128 p; São Paulo, 2014. COSTA, P. da. R. Segurança do trabalho II . Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria ; Rede e-Tec Brasil, 2013. MORAES, G. Normas Regulamentadoras Comentadas e Ilustradas . 8ª Ed. Vol. IV. Editora: GVC, 2013. MORAES, M. V. G. Doenças ocupacionais: agentes: físico, químico, biológico e ergonômico . 2ª ed. Editora: Érica, 236 p; São Paulo, 2014.	
Bibliografia Complementar: BARNEWITZ, L. C. Segurança do trabalho III . Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil. Rio grande do Sul (RS), 2013. BREVIGLIERI, É, POSSEBON, J., SPINELLI, R. Higiene Ocupacional Agentes Biológicos, Químicos e Físicos . 8ª Ed. Editora: SENAC São Paulo, 920 p; 2015. FERREIRA, L. S. Segurança do trabalho . (Org.) Leandro S. F., Néverton H. P. 2ª ed. Santa Maria: UFSM, CTISM, Rede e-Tec Brasil, 151 p; 2012. SALIBA, T. M. Manual prático de higiene ocupacional e ppra: Avaliação e controle dos riscos ambientais . 5ª ed. Editora: LTr, 368 p; São Paulo, 2013. SCALDELAI, A. V. et al. Manual prático de saúde e segurança do trabalho . 2ª ed. rev. e ampl. Editora: Yendis, 433 p; São Caetano do Sul, 2013.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Higiene Ocupacional II	
Carga Horária (hora aula): 24	Período letivo: Módulo 5
Ementa: Conceituando o ruído. Adição e subtração de decibel. Equipamentos para avaliação do ruído. Avaliação do ruído ocupacional. Avaliando o ruído. Temperaturas extremas (mecanismos e fatores). Avaliação da exposição ocupacional ao calor e ao frio. Aspectos básicos de vibrações.	
Bibliografia Básica: BREVIGLIERI, É., POSSEBON, J., SPINELLI, R. Higiene Ocupacional Agentes Biológicos, Químicos e Físicos . 8ª Ed. Editora: SENAC São Paulo, 920 p; 2015. MORAES, G. Normas Regulamentadoras Comentadas e Ilustradas . 8ª Ed. Vol. IV. Editora: GVC, 2013. PEIXOTO, N. H. Higiene ocupacional II . (Org.) Neverton H. P., Leandro S. F. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, Rio Grande do Sul (RS), 2013. SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle do Ruído – PPR . 8ª Ed. Editora: Ltr. São Paulo (SP), 2014. SALIBA, T. M. Manual prático de higiene ocupacional e ppra: Avaliação e controle dos riscos ambientais . 5ª ed. Editora: LTr, 368 p; São Paulo, 2013.	
Bibliografia Complementar: BARNEWITZ, L. C. Segurança do trabalho III . Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil. Rio grande do Sul (RS), 2013. BARSANO, P. R.; BARBOSA, R. P. Higiene e segurança do trabalho . 1ª ed. Editora: Érica, 128 p; São Paulo. 2014. FERREIRA, L. S. Segurança do trabalho . (Org.) Leandro S. F., Néverton H. P. 2ª ed. Santa Maria: UFSM, CTISM, Rede e-Tec Brasil, 151 p; 2012. SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle do Calor . 6ª Ed. Editora: LTr, 6ª edição, São Paulo (SP), 2014. TAVARES, J. da C. Noções de Prevenção e Controle de Perdas em Segurança do Trabalho . 8ª Ed. Editora: SENAC São Paulo, 2010.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Desenho	
Carga Horária (hora aula): 24	Período letivo: Módulo 5
Ementa: Apresentação e uso do instrumental de desenho. Graficação arquitetônica: traçados, letras e números. Formato e dimensões do papel. Escalas. Dimensionamento. Cotagem. Elaboração de croquis e interpretação de projetos arquitetônicos. Conhecer as normas de desenho técnico, escalas e dimensionamento. Executar e ler plantas baixas, cortes e fachadas. Executar e ler elementos gráficos e legendas. Executar e ler mapas de risco. Interpretar Desenhos Técnicos Industriais. Conhecer processos básicos de CAD.	
Bibliografia Básica: ALMEIDA, R. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola . 5ª ed. Editora: Contexto, 113 p; São Paulo, 2013. CRUZ, M. da D.; MORIOKA, C. A. Desenho técnico: medidas e representação gráfica . 1ª ed. Editora: Érica, 168 p; São Paulo, 2014. HESKETT, J. Desenho industrial: 180 ilustrações . 4ª ed. Editora: José Olympio, 227 p; Rio de Janeiro, 2012. RIBEIRO, A. C.; PERES, M. P.; IZIDORO, N. Curso de desenho técnico e AutoCAD . Editora: Pearson Education do Brasil, 362 p; São Paulo, 2013. SPECK, H. J.; PEIXOTO, V. V. Manual básico de desenho técnico . 8ª ed. Editora: UFSC, 204 p; Florianópolis, 2014.	
Bibliografia Complementar: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6492 – Representação de projetos de arquitetura . Rio de Janeiro: ABNT, 1994. _____. NBR 8196 – Desenho técnico – Emprego de escalas . Rio de Janeiro, 1999. _____. NBR 10068 – Folhas de desenho - Layout e dimensões . Rio de Janeiro: ABNT, 1987 _____. NBR 13142 – Desenho técnico – Dobramento de cópia . Rio de Janeiro: ABNT, 1999. _____. NBR 9050 – Acessibilidade à edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos . Rio de Janeiro: ABNT, 2004.	

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Segurança no trabalho III	
Carga Horária (hora aula): 24	Período letivo: Módulo 6
Ementa:	
<p>Abordagem conceitual de trabalhos preliminares ao início das obras. Áreas de vivência. Demolições e escavações. Segurança do trabalho na fase de montagem da estrutura de uma edificação em obra. Escadas, rampas, passarelas e medidas de segurança em quedas. Transporte vertical de pessoas e materiais e os diversos tipos de andaimes. Locais confinados e instalações elétricas. Depósitos, armazenamento e estocagem de materiais. Equipamentos, ferramentas e máquinas. PPRA, PCMSO e CIPA. Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT. Segurança do trabalho rural – trabalhadores e empregadores. Gestão de segurança, saúde e meio ambiente de trabalho rural. Meio ambiente, postura e ferramentas. Segurança do trabalho em máquinas e implementos agrícolas. Acessos, transporte e trabalho com animais. Fatores ambientais e medidas de proteção individual para o trabalhador rural. Instalações elétricas e ambiente de trabalho.</p>	
Bibliografia Básica:	
<p>BARNEWITZ, L. C. Segurança do trabalho III. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil. Rio grande do Sul (RS), 2013.</p> <p>BREVIOLIERI, É.; POSSEBON, J; SPINELLI, R. Higiene Ocupacional Agentes Biológicos, Químicos e Físicos. 8ª Ed. Editora: SENAC São Paulo, 920 p; 2015.</p> <p>CAMISASSA, M. Q. Segurança e Saúde No Trabalho - Nrs 1 A 36 Comentadas e Descomplicadas. 2ª Ed. Editora: Elsevier/Método, 944 p; 2015.</p> <p>MORAES, G. Normas Regulamentadoras Comentadas e Ilustradas. 8ª Ed. Vol. IV. Editora: GVC, 2013.</p> <p>RODRIGUES, J. E.; SANTOS, R. H. P. dos; SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle do Ruído – PPRA. 8ª Ed. Editora: LTr, São Paulo (SP), 2014.</p>	
Bibliografia Complementar:	
<p>BARROS, B. de F. NR-33: guia prático de análise e aplicações: norma regulamentadora de segurança em espaços confinados. 1ª ed. Editora: Érica, 188 p; São Paulo, 2012.</p> <p>BARROS, B. de F. et al. NR-10: norma regulamentadora de segurança em instalações e serviços em eletricidade: guia prático de análise e aplicação. 3ª ed. Editora: Érica, 204 p; São Paulo, 2014.</p> <p>SANTOS J. J. dos R. Nr-12 - Segurança Em Máquinas e Equipamentos - Conceitos e Aplicações. Editora: Érica, 232 p; 2015.</p> <p>VIEIRA, J. L. (Supervisão). Manual de ergonomia: manual de aplicações da norma regulamentadora nº 17. 2ª ed. Editora: Edipro, 112 p; São Paulo, 2011.</p> <p>YEE, Z. C. Perícias de Engenharia de Segurança do Trabalho - Aspectos Processuais e Casos Práticos - 3ª Ed. Editora: Juruá, 230 p; 2012.</p>	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Gerenciamento de Riscos	
Carga Horária (hora aula): 24	Período letivo: Módulo 6
Ementa: Evolução e conceituação. Processo de gerência de risco. Identificação e análise de riscos. Técnicas de identificação de perigos. Técnicas de análise de riscos. Técnicas de avaliação de riscos. Financiamento de riscos. NR 25 – Resíduos industriais.	
Bibliografia Básica: BARSANO, P. R.; BARBOSA, R. P. Segurança do Trabalho Guia Prático e Didático. Editora: Érica, 2012. MORAES, G. Sistemas de Gestão de Riscos – Princípios e Diretrizes – ISSO 31000/2009 Comentada e Ilustrada. 1ª Ed. Vol. I. Editora: GVC, [s.n.], 2010. OLIVEIRA, C. A. de D. Segurança e Saúde No Trabalho - Guia de Prevenção de Riscos. Editora: Yendis, 2012. RUPPENTHAL, J. E. Gerenciamento de riscos. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria ; Rede e-Tec Brasil, Rio Grande do Sul (RS), 2013. TAVARES, J. da C. Noções de Prevenção e Controle de Perdas em Segurança do Trabalho. 8ª Ed. Editora: SENAC São Paulo, 2010.	
Bibliografia Complementar: BARNEWITZ, L. C. Segurança do trabalho III. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil. Rio grande do Sul (RS), 2013. CAMISASSA, M. Q. Segurança e Saúde No Trabalho - Nrs 1 A 36 Comentadas e Descomplicadas. 2ª Ed. Editora: Elsevier/Método, 944 p; 2015. MORAES, G. Normas Regulamentadoras Comentadas e Ilustradas. 8ª Ed. Vol. IV. Editora: GVC, 2013. MORAIS, C. R. N. Compacto Dicionário de Saúde e Segurança do Trabalho e Meio Ambiente. Editora: Yendis, 2011. PMI PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Um guia do conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos: Guia PMBOK. 4ª Ed. [s.n.], USA.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Higiene Ocupacional III	
Carga Horária (hora aula): 24	Período letivo: Módulo 6
Ementa: Introdução aos agentes químicos. Limites de tolerância para agentes químicos. Avaliação de poeiras e fumos metálicos. Avaliação de gases e vapores. Trabalho em espaços confinados. Radiações ionizantes e não ionizantes. Pressões anormais.	
Bibliografia Básica: BARSANO, P. R.; BARBOSA, R. P. Segurança do Trabalho Guia Prático e Didático . Editora: Érica, 2012. BREVIGLIERI, É., POSSEBON, J., SPINELLI, R. Higiene Ocupacional Agentes Biológicos, Químicos e Físicos . 8ª Ed. Editora: SENAC São Paulo, 920 p; 2015. CAMISASSA, M. Q. Segurança e Saúde No Trabalho - Nrs 1 A 36 Comentadas e Descomplicadas . 2ª Ed. Editora: Elsevier/Método, 944 p; 2015. MORAES, G. Normas Regulamentadoras Comentadas e Ilustradas . 8ª Ed. Vol. IV. Editora: GVC, 2013. PEIXOTO, N. H. Higiene ocupacional III . (Org.) Neverton Hofstadler Peixoto, Leandro S. F. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, Rio Grande do Sul (RS), 2013.	
Bibliografia Complementar: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 15215-3: Iluminação Natural – parte 3: Procedimento de cálculo para a determinação da iluminação natural em ambientes internos , Rio de Janeiro (RJ), 2004. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 5382: Verificação de iluminância de interiores . Rio de Janeiro (RJ), 1985. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 5413 Iluminação de Interiores . São Paulo, 1982. SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle de Vibração – PPRA . 3ª Ed. Editora: LTr, São Paulo (SP), 2014. SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle de Gases e Vapores – PPRA . 6ª Ed. Editora: LTr, São Paulo (SP), 2014. SALIBA, T. M. Manual Prático de Avaliação e Controle de Poeira –PPRA . 7ª Ed. Editora: LTr, São Paulo (SP), 2014.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Medicina no trabalho	
Carga Horária (hora aula): 24	Período letivo: Módulo 7
Ementa: Aborda inicialmente uma introdução à medicina do trabalho. Princípios de anatomia e fisiologia humana. Riscos biológicos. Dermatoses ocupacionais. Patologias ocupacionais dos riscos biológicos. Patologias ocupacionais dos riscos físicos. Patologias ocupacionais dos riscos químicos. Estudo da NR 32: Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Assistência em Saúde. Estudo da NR 07: Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional. Lesões por esforços repetitivos. Primeiros socorros.	
Bibliografia Básica: EDITORA SARAIVA. Segurança e Medicina do Trabalho - 2º Semestre . 16ª Ed. Editora: Saraiva, 1280 p; 2015. EQUIPE ATLAS. Segurança e Medicina do Trabalho - Manuais de Legislação - 76ª Ed. Editora: Atlas, 1112 p; 2015. FREITAS, H. M. de B. Medicina do trabalho . (Org.) Hilda M. B. Freitas, C. Z., Silomar I. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, Rio Grande do Sul (RS), 2014. HOEPPNER, M. G. Normas Regulamentadoras Relativas à Segurança e Medicina do Trabalho . 6ª Ed. Editora: Ícone, 2015. MATTOS, U. A. de O.; MÁSCULO, F. S. (Org). Higiene e segurança do trabalho . Rio de Janeiro: Campus: ABEPRO. 419 p, 2011.	
Bibliografia Complementar: ALMEIDA, I. de M. VILELA, R. A. G. ; SILVA, A. ; BELTRAN, S . Modelo de Análise e Prevenção de Acidentes - MAPA: ferramenta para a vigilância em Saúde do trabalhador . Ciência e Saúde Coletiva (Impresso), v. 19, p. 4679-4688, 2014. INOUE, K. S.; VILELA, R. A. G. . O poder de agir dos Técnicos de Segurança do Trabalho: conflitos e limitações . Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 39, p. 136-149, 2014. LACAZ, F. A. de C. et al. Resultado da parceria entre a RBSO e o GT saúde do trabalhador da Abrasco . Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 38, p. 9-10, 2013. PEIXOTO, N. H. Higiene ocupacional III . (Org.) Neverton H. P., Leandro S. F. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, Rio Grande do Sul (RS), 2013 VILELA, R. A. G. ; ALMEIDA, I. M. ; VEZÁ F . A investigação de acidentes industriais: uma entrevista com Michel Llory . Saúde e Sociedade (USP. Impresso), v. 22, p. 262-269, 2013.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Toxicologia	
Carga Horária (hora aula): 24	Período letivo: Módulo 7
Ementa: Conceitos gerais em toxicologia. Aspectos, divisões e áreas da toxicologia. Classificação das substâncias tóxicas. Intoxicação. Vias de absorção dos agentes tóxicos e susceptibilidade individual. Relações dose-efeito e dose-resposta. Mecanismos dos efeitos toxicológicos. Avaliações toxicológicas. Princípio da precaução. Monitorização ambiental. Monitorização biológica. Indicadores biológicos ou biomarcadores. Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT). Doenças ocupacionais. Principais contaminantes para os trabalhadores. Intoxicações exógenas de importância para o trabalhador. Intoxicação por mercúrio nos trabalhadores. Intoxicações por agrotóxicos no ambiente rural. Simbologias de risco tóxico. Normas regulamentadoras de segurança e saúde do trabalho ligado à toxicologia.	
Bibliografia Básica: ARAÚJO, G. M. Regulamentação do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos Comentada . 2ª Ed. Vol. II. Editora: GVC, 2011. GIRARD, J. Princípios de química ambiental . 2ª ed. Editora: LTC, 415 p; Rio de Janeiro, 2013. SPRADA, E. Toxicologia . Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia – Paraná – Educação à Distância/ Rede E-tec Brasil. Curitiba (PR), 2013. SEIZI, O. Fundamentos de Toxicologia . 4ª Ed. Editora Atheneu, 704 p; São Paulo, 2014. SHIBAMOTO, T. Introdução à toxicologia dos alimentos . 2ª ed. Editora: Elsevier, 303 p; Rio de Janeiro, 2014.	
Bibliografia Complementar: CROWL, D. A.; LOUVAR, J. L. Segurança de Processos Químicos - Fundamentos e Aplicações . 3ª Ed. Editora: Ltc, 680 p; 2015. EDITORA SARAIVA. Segurança e Medicina do Trabalho - 2º Semestre . 16ª Ed. Editora: Saraiva, 1280 p; 2015. EQUIPE ATLAS. Segurança e Medicina do Trabalho - Manuais de Legislação - 76ª Ed . Editora: Atlas, 1112 p; 2015. HOEPPNER, M. G. Normas Regulamentadoras Relativas à Segurança e Medicina do Trabalho . 6ª Ed. Editora: Ícone, 2015. OLIVEIRA F., EDUARDO C. Princípios de toxicologia ambiental . Editora: Interciência, 198 p; Rio de Janeiro, 2013.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Segurança no trabalho IV	
Carga Horária (hora aula): 24	Período letivo: Módulo 7
Ementa: Acidentes domésticos. NR 19 – Explosivos. Segurança e saúde no trabalho com inflamáveis e combustíveis. Segurança no trânsito. Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho. Segurança e saúde no trabalho portuário. Segurança e saúde no trabalho aquaviário. Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção e reparação naval.	
Bibliografia Básica: BARSANO, P. R.; BARBOSA, R. P. Higiene e segurança do trabalho . 1ª ed. Editora: Érica, 128 p; São Paulo, 2014. BREVIGLIERI, É., POSSEBON, J., SPINELLI, R. Higiene Ocupacional Agentes Biológicos, Químicos e Físicos . 8ª Ed. Editora: SENAC São Paulo, 920 p; 2015. ECKHARDT, M. Segurança do trabalho IV . Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, Rio Grande do Sul (RS), 2014. FERREIRA, L. S. Segurança do trabalho . (Org.) Leandro S. F., Néverton H. P. 2ª ed. Santa Maria: UFSM, CTISM, Rede e-Tec Brasil, 151 p; 2012. MORAES, G. Normas Regulamentadoras Comentadas e Ilustradas . 8ª Ed. Vol. IV. Editora: GVC, 2013.	
Bibliografia Complementar: HOEPPNER, M. G. Normas Regulamentadoras Relativas à Segurança e Medicina do Trabalho . 6ª Ed. Editora: Ícone, 2015. MORAES, M. V. G. Doenças ocupacionais: agentes: físico, químico, biológico e ergonômico . 2ª ed. Editora: Érica, 236 p; São Paulo, 2014. SALIBA, S. C. R. SALIBA, T. M. Legislação de Segurança, Acidentes do Trabalho e Saúde do Trabalhador . 10ª Ed. Editora: Ltr, 2014. VIEIRA, J. L. (Supervisão). Manual de ergonomia: manual de aplicações da norma regulamentadora nº 17 . 2ª ed. Editora: Edipro, 112 p; São Paulo, 2011. YEE, Z. C. Perícias de Engenharia de Segurança do Trabalho - Aspectos Processuais e Casos Práticos - 3ª Ed. Editora: Juruá, 230 p; 2012.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Ergonomia	
Carga Horária (hora aula): 24	Período letivo: Módulo 8
Ementa: Histórico e objetivos da ergonomia. Aplicações ergonômicas. Estudos de tempos e movimentos. Sistemas homem-máquina. Levantamento e transporte de pesos. Doenças causadas por esforços repetitivos. Biomecânica e posturas. Antropometria. Influência dos fatores ambientais na ergonomia. Análise ergonômica do trabalho. NR 17 – Ergonomia.	
Bibliografia Básica: DUL, J.; WEERDMEESTER, B. A. Ergonomia prática . 3ª ed., rev. e ampl. Editora: Edgard Blücher, 163 p; São Paulo, 2012. FRANCESCHI, de A. Ergonomia . Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, Rio Grande do Sul (RS), 2013. LACOMBE, P. de C. Bioergonomia: a ergonomia do elemento humano . Editora: Juruá, 122 p; Curitiba, 2012. MORAES, de A.; MONTALVÃO, C. Ergonomia: conceitos e aplicações . 4ª ed. rev., atual. e ampl. Editora: 2ab, 223 p; Teresópolis (RJ), 2010. VIEIRA, J. L. (Supervisão). Manual de ergonomia: manual de aplicações da norma regulamentadora nº 17 . 2ª ed. Editora: Edipro, 112 p; São Paulo, 2011.	
Bibliografia Complementar: BARSANO, P.R.; BARBOSA, R. P. Higiene e segurança do trabalho . 1ª ed. Editora: Érica, 128 p; São Paulo. 2014. CAMISASSA, M. Q. Segurança e Saúde No Trabalho - Nrs 1 A 36 Comentadas e Descomplicadas . 2ª Ed. Editora: Elsevier/Método, 944 p; 2015. COSTA, P. R. da Segurança do trabalho II . Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria ; Rede e-Tec Brasil, 2013. EDITORA SARAIVA. Segurança e Medicina do Trabalho - 2º Semestre . 16ª Ed. Editora: Saraiva, 1280 p; 2015. HOEPPNER, M. G. Normas Regulamentadoras Relativas à Segurança e Medicina do Trabalho . 6ª Ed. Editora: Ícone, 2015.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Educação Ambiental em Processos Industriais	
Carga Horária (hora aula): 24	Período letivo: Módulo 8
Ementa: Introdução e evolução da preocupação ambiental, desenvolvimento sustentável, gestão ambiental e responsabilidade social empresarial. Avaliação de Impactos Ambientais – AIA. Processos produtivos e poluição atmosférica. Gestão da qualidade da água. Resíduos sólidos e logística. Reversa. Processos industriais, problemas ambientais em processos industriais. Soluções ambientais em processos ambientais. Educação ambiental. O papel do técnico na educação ambiental.	
Bibliografia Básica: JARDIM, A.; YOSHIDA, C. Y. M.; MACHADO FILHO, J. V. Política nacional, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos . Barueri: Manole, 2012. LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder . 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. LISBOA, C. P.; KINDEL, E. A. I. (Org.). Educação ambiental: da teoria à prática . Porto Alegre: Mediação, 2012. MORAES, G. Normas Regulamentadoras Comentadas e Ilustradas . 8ª Ed. Vol. IV. Editora: GVC, 2013. SANDESKI, V. E. Ética, cidadania e meio ambiente . Curitiba: IFPR Educação a Distância, 2012.	
Bibliografia Complementar: CARVALHO, I. C. de M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico . 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. FERREIRA, A. A.; FREITAS, E. de S. M. (Org.). Meio ambiente em cena . Belo Horizonte: RHJ, 2012. GUIMARÃES, M. A dimensão ambiental na educação . 11ª ed. São Paulo: Papyrus, 2013. MILARÉ, É. Direito do ambiente . 9ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. PHILIPPI JUNIOR, A; PELICIONI, M. C. F. Educação ambiental e sustentabilidade . 2ª ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2014.	



Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Segurança em eletrotécnica	
Carga Horária (hora aula): 24	Período letivo: Módulo 8
Ementa: Conceitos sobre Eletricidade. Tensão, Corrente e Resistência. Sistema Elétrico de Potência, Riscos nas atividades com energia elétrica. Efeitos da Eletricidade. Riscos indiretos em trabalhos com Eletricidade. Práticas de trabalho seguras. Detalhamento das práticas de trabalho seguras. Barreiras de Proteção. Equipamentos de Proteção Coletiva. Equipamentos de Proteção Individual. Procedimentos de trabalho. Proteção Contra Incêndio e Explosão. Normas Regulamentadoras. Especificações da NR-10. A Segurança em Projetos de acordo com a NR-10. Procedimentos de Segurança de acordo com a NR-10. Segurança em instalações elétricas desenergizadas. Manutenção em linhas de transmissão energizadas. Segurança em atividades com Alta Tensão. Treinamentos específicos de acordo com a NR -10. NR-12. Segurança no trabalho em Máquinas e Equipamentos. Proteção contra incêndio conforme a NR-10. Sinalização de acordo com a NR-10. Sinalização com placas.	
Bibliografia Básica: ALMEIDA, N. U. Segurança na eletrotécnica . Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia – Paraná – Educação à Distância/ Rede E-tec Brasil. Curitiba (PR), 2012 BARROS, B. F. de et al. NR-10: norma regulamentadora de segurança em instalações e serviços em eletricidade: guia prático de análise e aplicação . 3ª ed. Editora: Érica, 204 p; São Paulo, 2014. BORELLI, R.; GUIMARÃES, E. C. de A.; BARROS, B. F. de; PINHEIRO, S. R.; GEDRA, R. L. NR – 10 Guia Prático de Análise e Aplicação . 1ª Ed. Editora: Érica, 2010. CRUZ, E. C. A. Eletricidade básica: circuitos em corrente contínua . 1ª ed. Editora: Érica, 136 p; São Paulo, 2014. LOBOSCO, Va. Gestão NR – 10 Faça Você Mesmo . 1ª Ed. Editora: Ltr, 2010.	
Bibliografia Complementar: BARSANO, P. R.; BARBOSA, R. P. Higiene e segurança do trabalho . 1ª ed. Editora: Érica, 128 p; São Paulo, 2014. CAMISSASSA, M. Q. Segurança e Saúde No Trabalho - Nrs 1 A 36 Comentadas e Descomplicadas . 2ª Ed. Editora: Elsevier/Método, 944 p; 2015 FERREIRA, L. S. Segurança do trabalho . (Org.) Leandro S. F., Néverton H. P. 2ª ed. Santa Maria: UFSM, CTISM, Rede e-Tec Brasil, 151 p; 2012. MENDONÇA, R. G. de; SILVA, R. V. R. da. Eletricidade básica . Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010. PEREIRA, J. G.; SOUZA, João José Barrico. Manual de Auxílio na Interpretação e Aplicação da NR 10 – NR 10 Comentada . 1ª Ed., 2011.	

Diretoria do Ensino a Distância do IFPR	
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança
Componente Curricular: Seminários Locais	
Carga Horária (hora aula): 24	Período letivo:
<p>Ementa:</p> <p>Desenvolvimento de projetos que objetivem um diagnóstico situacional e regional do campo de atuação profissional e sua inserção no mundo do trabalho. Propostas para a solução de problemas encontrados regionalmente para o pensamento local. Atividades práticas do estudante que contextualizem os conteúdos teóricos do curso ao campo de atuação no mundo do trabalho.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>DÁCIO, G. M.; BARBOSA, E. F. Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais. São Paulo Editora Vozes, 2006.</p> <p>FREIRE, P. Educação e Mudança. 36 ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 2014.</p> <p>VIANNA, J. A. As Mudanças No Mundo do Trabalho. Editora APPRIS. 2014.</p> <p>NOZAKI, I. Educação e Trabalho: trabalhar, aprender, saber. Editora Mercado das Letras. 2009.</p> <p>VOLPI, M.; PALAZZO, L. (Org.) Mudando sua escola, mudando sua comunidade, melhorando o mundo! Sistematização da Experiência em Educomunicação. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/br_educomunicacao.pdf Acesso em 20 de dezembro de 2015.</p>	
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – UNIV do Brasil. 50 Jeitos Brasileiros de Mudar o Mundo: o Brasil rumo aos objetivos de desenvolvimento do milênio. 2007. Disponível em: http://www.oei.es/oeivirt/50jeitos.pdf Acesso em 18 de dezembro de 215.</p> <p>DÁCIO, G. M.; BARBOSA, E. F. Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais. São Paulo Editora Vozes, 2006.</p> <p>MATUS, C.; FRANCO H. O método PES: entrevista com Matus. 1 ed. São Paulo: Fundap, 1996.</p> <p>PEREIRA, W. C. C. Nas trilhas do trabalho comunitário e social. Editora Vozes. 2001.</p> <p>LAGO, D. do. Despertar Profissional - Dicas práticas sobre comportamento no trabalho. Editora Integrare. 2014.</p>	



4. REFERÊNCIAS

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO. **Os Arranjos Produtivos Locais no Paraná: Mapeamento, Metodologia de Identificação e Critérios De Seleção para Políticas de Apoio.** 2010. Disponível em <http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Mapeamento_PR.pdf>.

BRASIL. **Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 12 de janeiro de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm>. Acesso em: 13 de janeiro de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.** Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 9.2530, de 9 de abril de 1986.** Regulamenta a Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, que dispõe sobre a especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a profissão de Técnico de Segurança do Trabalho e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 7 jan. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.



BRASIL. **Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014.** Acrescenta § 8º ao Art. 26 da Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica.

BRASIL. **Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014.** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 7.140, de 27 de novembro de 1985.** Dispõe sobre a Especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a Profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, e dá outras Providências.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes E Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 7 jan. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.** Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Estratégia Nacional para Redução dos Acidentes do Trabalho 2015-2016.** Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho em Emprego (MTE). **Estratégia Nacional para Redução dos Acidentes do Trabalho 2015-2016.** Disponível em <http://www.anamt.org.br/site/upload_arquivos/legislacao_2016_14120161355237055475.pdf>.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 14, de 06 de junho de 2012.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012.** Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. **Portaria nº 262, de 29 de maio de 2008.** Dispõe sobre o registro profissional do Técnico de Segurança do Trabalho.

BRASIL. **Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978.** Aprova as Normas regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

BRASIL. **Portaria nº 3.275, de 21 de setembro de 1989.** Da Profissão de Técnico em Segurança do Trabalho.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <<http://mobile.cnte.org.br:8080/legislacao-externo/rest/lei/51/pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2016.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº. 1, de 5 de dezembro de 2014.** Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de



Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação [online]**, v. 14, n. 40, p.168-194, 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a14.pdf>>.

GABRIEL, C. Currículo e cinema na educação básica: reflexões sobre uma articulação discursiva possível. In: FRESQUET, Adriana. **Currículo de cinema para escolas de educação básica.** Rio de Janeiro: 2013

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2014/2018.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná-IFPR, dez/2014. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014>>

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Portaria n. 120, de 6 de agosto de 2009.** Estabelece os critérios de avaliação do processo de ensino aprendizagem do IFPR. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2009/08/Portaria-120-de-06.08.09.pdf>>. Acesso em: 7 de janeiro de 2016.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução CONSUP nº 01, de 23 de janeiro de 2017.** Altera a Resolução 54/2011 que dispõe sobre a Organização didático-pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores no âmbito do IFPR.)

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução CONSUP nº 54, de 21 de dezembro de 2011.** Dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução CONSUP nº 58 de 2010.** Autorização do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, subsequente, a distância.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LIBÂNEO, J. C. **A Democratização da Escola Pública.** São Paulo: Loyola, 1992.

MAAR, W. L. A teoria crítica da sociedade brasileira de Francisco de Oliveira. In: RIZEK, Cibele Salib; ROMÃO, Wagner de Melo (Org.). Francisco de Oliveira. **A tarefa da crítica.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006. p. 37-46.

MARX, K. **O Capital.** Volume I. São Paulo, Abril, Cultural, 1983.



PALANGANA, I. C.; GALUCH, M. T. B. **Avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem: um desafio que persiste.** Revista UNIFAMMA. v. 6, n. 1, Maringá, nov/2007.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** 34ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica.** Ed. 11. Campinas: Autores Associados, 2012.

VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar.** 18ª Ed. São Paulo: Libertad, 2012.



5. DOCUMENTOS ANEXOS

5.1 Regulamento do Estágio não obrigatório

5.2 Ata da Reunião de Gestão de Ensino

5.3 Portaria com a Comissão de Ajustes

5.4 Resolução do Curso



REGULAMENTO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO
CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO
SUBSEQUENTE – MODALIDADE A DISTÂNCIA

Em consonância com o disposto na
Lei nº 11.788/2008 e Resolução
CONSUP nº 02/2013;

CAPÍTULO I

DA NATUREZA DOS ESTÁGIOS

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando os cursos de ensino regular no Instituto Federal do Paraná. O estágio consiste em atividade pedagógica cujo propósito está em conformidade com a Lei nº. 11.788 de 25/09/2008, devendo:

- I - ser realizada sob a responsabilidade e coordenação da instituição de ensino, nos termos da legislação vigente;
- II - propiciar experiência acadêmico-profissional que vise à preparação para o trabalho produtivo;
- III - oportunizar o aprendizado de competências da atividade profissional e a contextualização curricular;
- IV - preparar o aluno para a cidadania e para o mundo do trabalho.

CAPÍTULO II

DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 2º Os estudantes matriculados no curso Técnico em Segurança do Trabalho, subsequente, ofertado na modalidade a distância, organizado pela Diretoria de Educação a Distância do IFPR, poderão realizar o estágio não obrigatório previsto no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 3º Para a realização do estágio não obrigatório o aluno deverá estar regularmente matriculado no Curso Técnico em Segurança do Trabalho.

Parágrafo único: As disposições deste Regulamento estendem-se aos estudantes estrangeiros, regularmente matriculados no Instituto Federal do Paraná.

Art. 4º O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos para a sua formalização:

- I - Celebração de termo de compromisso entre educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;
- II - Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

CAPÍTULO III

DO CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 5º Constituem campo de estágio as entidades de direito privado, os órgãos de administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior e devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, desde que apresentem condições para:

- a) planejamento e execução conjunta das atividades de estágio;
- b) avaliação e aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos de campo específico de trabalho;
- c) vivência efetiva de situações concretas de vida e trabalho, dentro de um campo profissional.

CAPÍTULO IV

DESLIGAMENTO DE ESTÁGIO

Art. 6º O desligamento do estudante da Unidade Concedente de Estágio ocorrerá automaticamente após encerrado o prazo fixado no Termo de Compromisso de Estágio.

Art. 7º O estudante será desligado da Unidade Concedente de Estágio antes do encerramento do período previsto no Termo de Compromisso de Estágio nos seguintes casos:

- I. a pedido do estudante, mediante comunicação prévia por escrito à Unidade Concedente de Estágio e ao IFPR;

II. por iniciativa da Unidade Concedente de Estágio, quando o estudante deixar de cumprir obrigações previstas no Termo de Compromisso de Estágio, mediante comunicação ao estudante com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência;

III. por iniciativa do IFPR, quando a Unidade Concedente de Estágio deixar de cumprir obrigações previstas no respectivo instrumento jurídico;

IV. por iniciativa do IFPR, quando o estudante infringir normas disciplinares da Instituição que levem ao seu desligamento do corpo discente;

V. por iniciativa do IFPR, quando ocorrer o trancamento da matrícula, a desistência, o jubramento ou a conclusão do curso pelo estudante;

VI. quando o instrumento jurídico celebrado entre o IFPR e a Unidade Concedente de Estágio for rescindido.

Parágrafo único. Ocorrendo o desligamento do estudante no caso previsto no Inciso II deste Artigo, a Unidade Concedente de Estágio comunicará o fato à Coordenação de Estágio do Campus do estudante, e encaminhará para efeito de registro, até 3 (três) dias após o cancelamento, o Termo de Rescisão do instrumento jurídico firmado entre as partes, para análise e assinatura.

CAPÍTULO V

DOS PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 8 Para realização do estágio não obrigatório é necessária à assinatura do termo de compromisso, realizado em 4 vias, pelos seguintes atores: Coordenador Local do Curso Técnico integrante ao NUTEAD (como Orientador da Instituição de Ensino), pelo Chefe de Seção de Estágios do Campus onde o estudante estiver vinculado (pela Instituição de Ensino), pelo responsável da empresa contratante e pelo estagiário, observando:

a) A carga horária do estagiário, sendo no máximo 6 (seis) horas diárias e não ultrapassar 30 (trinta) horas semanais.

b) A empresa ou instituição (parte concedente) tem a obrigatoriedade de disponibilizar profissional supervisor para orientar e supervisionar o estagiário. Conforme a Lei nº 11.788, este supervisor deve possuir formação ou experiência profissional na área de conhecimento do curso do estagiário.

c) O seguro, conforme a Lei nº 11.788, é de responsabilidade da empresa concedente e deverá cobrir acidentes pessoais e a apólice deverá ser compatível com valores de mercado.

d) Para estudantes que precisem atuar em funções onde estará exposto aos riscos ocupacionais, estabelecidos pelo mapa de risco da empresa contratante (a saber:

físicos, químicos, ergonômicos, biológicos e riscos de acidente), um engenheiro de segurança do trabalho ou técnico em segurança do trabalho, deverá estabelecer quais Equipamento de Proteção Individual – EPI - serão necessários ao estagiário, bem como as orientações referentes a sua utilização. Os Equipamentos de Proteção Individual deverão tanto constar no termo de compromisso como serem fornecidos gratuitamente aos estagiários pela empresa concedente, conforme prevê a CLT, Artigos 154 a 201. Destacamos que tanto a contratação do engenheiro quanto os EPIs são de reponsabilidade da empresa concedente.


e) As atividades a serem realizadas pelo estudante, no local do estágio, devem constar (conforme Lei nº 11.788) no termo de compromisso (Plano de atividades do estagiário) e devem ser condizentes com o curso no qual ele está matriculado.

§ 1º Na ausência do Coordenador Local do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, quem deverá assinar o termo de compromisso (de estágio como Orientador da Instituição de Ensino) será o Coordenador do NUTEAD do Campus. Na ausência do Coordenador do NUTEAD, quem deverá assinar o termo de compromisso é o Coordenador de Ensino Técnico do Campus.

§ 2º Os estudantes vinculados diretamente à Diretoria de Educação a Distância do IFPR, a responsabilidades das assinaturas será do Coordenador Geral do Curso (como Orientador da Instituição de Ensino) e do Diretor de Ensino (pela Instituição de Ensino).

§ 3º O Coordenador Regional do Curso (que assina como Orientador da Instituição de Ensino) deverá atuar com o Chefe de Seção de estágio do Campus, acompanhando os estagiários, recebendo relatórios e verificando se os estudantes continuam ativos no curso. Caso o discente desista, o Coordenador local do curso deverá comunicar imediatamente a situação do estudante para o Agente de Integração que realizou o termo de compromisso.

Art. 9º Este regulamento não substitui o que prescreve a Lei 11.788/2008 e a Resolução IFPR/CONSUP nº 02/2013.

 INSTITUTO FEDERAL PARANÁ DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	ATA DE REUNIÃO Título: Reunião de Gestão Ensino Nº: 01/2017		TIPO DE REUNIÃO <input type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Área / Setor <input type="checkbox"/> Comissão <input type="checkbox"/> Outra Qual:
	SECRETARIO(A) Rebeca Ferreira	DATA: 09/02/2017	LOCAL: EAD/IFPR – SALA 07 Diretoria de Ensino

PAUTA

- Aprovação dos PPC cursos técnicos para envio a PROENS;
- Aprovação e estabelecimento de ações calendário oferta/2017;
- Aprovação situação estudante curso Técnico em Serviços Públicos/2008.




REVISÃO – PENDÊNCIAS ATA ANTERIOR:

DISCUSSÃO ATUAL:

- Abertura da reunião. A professora Kriscie Krisianne Venturi iniciou a reunião fazendo uma reflexão sobre as diversas conquistas do segundo semestre de 2016 e sobre os desafios para o ano de 2017. Elencou as prioridades para o primeiro trimestre e a importância de todos permanecerem focados nos objetivos definidos no planejamento realizado coletivamente. Apresentou à equipe o retorno positivo que algumas ações realizadas pela DEDRE receberam, como a organização de um boletim informativo mensal e a ação de cadastramento dos estudantes, junto a uma pesquisa qualitativa. Reforçou que mês a mês devem ser observadas as ações definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a fim de cumprir com os prazos estabelecidos. A professora Kriscie apresentou a pauta da reunião, ressaltando o primeiro item e a importância de proceder com a análise e aprovação dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos em andamento, que permanecem em trâmite devido ao fato de terem estado em pausa durante dez meses na DEMTEC/PROENS. Como os cursos estão em andamento, sua aprovação é essencial.

- Aprovação do Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) técnicos para envio à PROENS: a pedagoga Gioconda Ghiggi, relatora dos processos dos PPC dos cursos técnicos em Agente Comunitário de Saúde (Processo 23411.000963/2016-42), Administração (Processo 23411.001015/2016-24), Logística (Processo 23411.000964/2016-97), Meio Ambiente (Processo 23411.000968-2016-75), Segurança do Trabalho (Processo 23411.000969/2016-10) e Serviços Públicos (Processo 23411.001016/2016-79), explicitou quais foram as solicitações de alterações, feitas pela DEMTEC/PROENS, bem como, quais foram os encaminhamentos para sua resolução. A relatora abordou o histórico de tramitação dos processos, destacando a etapa de espera pelo parecer da DEMTEC, de saneamento de dúvidas junto à mesma diretoria, o diálogo com os coordenadores dos cursos para ponderar sobre os aspectos técnicos de cada curso e as discussões com a comissão responsável pelos PPCs. Os servidores Ricardo, Carmen e Susana fizeram questionamentos sobre a previsão de realização de conselhos de classe, que foram respondidos pela relatora. A servidora Rebeca ressaltou que os processos em análise no momento referem-se aos cursos em andamento e que, para a oferta seguinte, deverá ser feito novo processo de ajuste dos PPCs, com discussão coletiva da equipe. As servidoras Gabriela e Susana questionaram sobre os procedimentos relacionados ao abandono de estudantes e a possibilidade de sua reintegração ao curso, sendo respondidas pela relatora e pelo servidor Ricardo. Ressaltou-se também que estão sendo elaborados procedimentos operacionais para diversas rotinas acadêmicas. A equipe aprovou os projetos em unanimidade.

- Aprovação da situação da estudante Fabiana Massaneiro Lenschow curso Técnico em Serviços Públicos/2008. Professora Kriscie K. Venturi, relatora do caso, explicitou que aluna foi diplomada em 2014, em razão da conclusão do Curso Técnico em Serviços Públicos e, em novembro de 2016, a mesma solicitou a segunda via do diploma. Ao observar o relatório de aproveitamento da estudante, o controle acadêmico EaD verificou que a mesma possuía nota 58,8 no componente Licitação, o que resultaria em situação de pendência no curso, considerando que a média para aprovação era 60. Com a necessidade de resolução da situação, o encaminhamento dado pela Diretoria de Ensino EaD foi apresentar o caso para a discussão coletiva com a Equipe de Ensino da diretoria. Diversas questões foram feitas sobre o caso, sendo que o servidor Ricardo explicou o histórico dos sistemas de controle do Controle Acadêmico, utilizado na ocasião da oferta do curso. A servidora Carmen complementou, explicando que o sistema antigo foi suspenso na ocasião da Operação Sinapse, realizada pela Polícia Federal. Ao ser restaurado o sistema, os dados nele contidos foram afetados, não sendo possível acessá-los de maneira funcional. A equipe solicitou que a primeira versão do histórico da estudante fosse apresentado, a fim de subsidiar as discussões do grupo. Após a análise do caso, considerando que a nota mencionada sofreu impacto devido à inconsistência do sistema, considerando que a coordenação do curso na ocasião procedeu com a aprovação, considerando que a coordenação anterior procedeu conforme seus processos de avaliação, considerando que a estudante não pode ser prejudicada em função de procedimentos de sistema, decidiu-se unanimemente que a diplomação da estudante fosse mantida. A equipe deliberou que um parecer será emitido a partir desta decisão, para que seja anexada ao seu histórico

 INSTITUTO FEDERAL DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	ATA DE REUNIÃO Título: Reunião de Gestão Ensino Nº: 01/2017		TIPO DE REUNIÃO <input type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Área / Setor <input type="checkbox"/> Comissão <input type="checkbox"/> Outra Qual:
	SECRETARIO(A) Rebeca Ferreira	DATA: 09/02/2017	LOCAL: EAD/IFPR – SALA 07 Diretoria de Ensino



escolar.

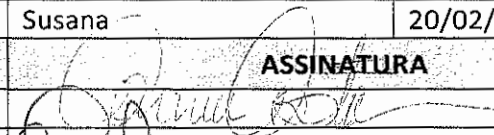

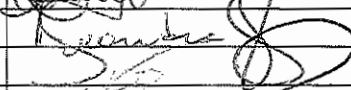


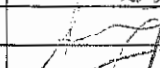
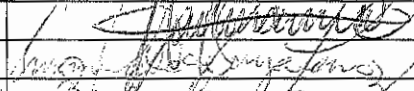
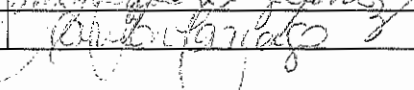


- Aprovação e estabelecimento de ações calendário oferta/2017 e definição das Comissões de processo seletivo bolsistas e estudantes. A profª Kriscie apresentou a proposta de cronograma à equipe e explicou o trabalho realizado por ela e pela servidora Loeide, de busca de sistemas que poderiam ser utilizados para a realização dos processos seletivos. Indicou que para que a análise seja finalizada, é necessário definir as comissões responsáveis pelos editais. A servidora Carmen abordou a necessidade de discutir sobre a disponibilização de Libras nos cursos e nos editais. A servidora Gioconda destacou que a definição dos critérios de seleção dos estudantes será um desafio à comissão. O servidor Ricardo questionou sobre a responsabilidade da DIRAC em dar suporte ao processo seletivo da Diretoria EaD. Após diversas considerações sobre as dificuldades que permeiam a elaboração e execução de um processo seletivo, a equipe decidiu indicar os seguintes nomes para a constituição das comissões de elaboração de edital:

- Comissão de processo seletivo de estudantes: Ricardo, Loeide, Gioconda, Susana e Carmen.
- Comissão de processo seletivo de bolsistas: Vania, Gustavo, Lucilene, Rebeca e Kriscie, além da indicação de duas pessoas do administrativo.

Em relação à proposta de calendário, definiu-se que todos observarão o documento e analisarão as ações que são de sua responsabilidade.

- Definição de Grupo de Trabalho sobre avaliação da aprendizagem no âmbito do IFPR. A partir da solicitação da Proens, definiu-se que o grupo de trabalho será constituído pelos servidores: Gioconda, Carmen, Rebeca, Vânia, Kriscie e Susana.

ENCAMINHAMENTOS - ITENS DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
Minuta de portaria do Grupo de Trabalho	Rebeca	20/02/2017
Encaminhamento dos PPCs aprovados	Gioconda	20/02/2017
Encaminhamento da situação da estudante de Serviços Públicos	Ricardo	20/02/2017
Minuta de portaria das comissões de processo seletivo	Susana	20/02/2017

PARTICIPANTES	ASSINATURA
Carmen Sílvia Costa	
Rebeca Ferreira (Ferreira)	
Gioconda Ghiggi	
Gustavo Silveira	
Kriscie Kriscianne Venturi	
Lucilene Baldissera	
Rebeca Szczawlinska Muceniecks Ferreira	
Ricardo Hartmann	
Susana Carla de Souza Ferraz	
Vânia Carla Camargo	

PORTARIA N° 015 DE 03 DE MARÇO DE 2017


O Diretor Geral da Diretoria de Educação a Distância do Instituto Federal do Paraná, no uso da competência que lhe confere a Portaria nº 980 de 26 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União no dia 27 de julho de 2016, seção 2, página 23.

RESOLVE:

- I. Alterar a portaria nº 47/2015 de 16/07/2015 que designou servidores para a Comissão responsável pela elaboração dos Projetos Pedagógicos do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, passando a comissão a ser composta pelos abaixo relacionados:

NOME	SIAPE/CPF
Gioconda Ghiggi	2233786
Kriscie Kriscianne Venturi	2082359
Patricia Menezes de Oliveira	023.213.119-83
Vania Carla Camargo	2180776

- II. Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 03/11/2016.


MARCOS ANTONIO BARBOSA
Diretor de Educação a Distância
Instituto Federal do Paraná



INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



RESOLUÇÃO Nº 58/10.

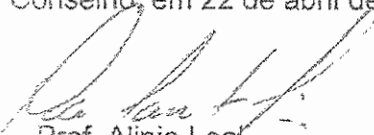
Aprova a convalidação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho - Subsequente – Ensino a Distância

O CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e, tendo vista o confido no parecer exarado pela Conselheiro Luiz Gonzaga Alves Araújo no processo nº 63.001189/2009-60:

RESOLVE:

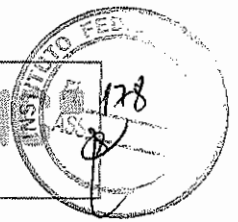
Aprovar a convalidação do Curso de Técnico em Segurança do Trabalho – Subsequente na Modalidade de Ensino a Distância do Campus Curitiba, aprovado em 13 de abril de 2007, pelo Conselho Diretor da Escola Técnica da UFPR, que continuou sendo ofertado no Instituto Federal do Paraná em face da Lei 11.892/2008.

Sala de Sessões do Conselho, em 22 de abril de 2010.


Prof. Alipio Leat,
Presidente.



DTIC

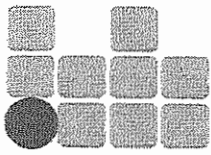
**Processo nº. 23411.000969/2016-10**

Assunto: AJUSTE CURRICULAR DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SEGURANÇA DO TRABALHO, OFERTADO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA - PPC/CTST/EAD - OFERTA 2015

DESPACHO

1. Encaminha-se o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, subsequente, modalidade a distância (folhas 90 a 154).
2. O Projeto Pedagógico do Curso atendeu as solicitações contidas no Parecer nº 120/2016 CEMTEC/DEMTEC/PROENS (folhas 83 a 97).
3. Com relação ao item 16.6, do Parecer nº 120/2016 CEMTEC/DEMTEC/PROENS (folha 92), informamos que não são previstas atividades complementares.
4. Com relação ao item 18.3, Parecer nº 120/2016 CEMTEC/DEMTEC/PROENS (folha 95), não temos CODIC. O PPC foi aprovado em reunião da equipe da Diretoria de Ensino, conforme ata no anexo do Projeto Pedagógico.
5. Além das solicitações contidas no Parecer nº 120/2016 CEMTEC/DEMTEC/PROENS, alteramos os seguintes itens: a) item 2 - Características do curso (folha 102); b) item 3.5 - Critérios de aproveitamento de estudos anteriores e procedimentos de avaliação de competências anteriormente desenvolvidas (folhas 114, 118, 119); c) item 3.9.3 - Delineamento da Organização Curricular (folha 126); d) item 3.9.4 Organização dos Módulos (folha 127); e) item 3.9.7 - Matriz Curricular (folha 129-130); f) inclusão do item 3.9.8 - Quadro de distribuição da hora relógio para orientação do percurso didático (folha 130).

(Autenticado digitalmente em 07/03/2017 15:03)
KRISCIE KRISCIANNE VENTURI
DIRETOR



**INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ**



Ministério da Educação

Parecer nº 42/2016 CEMTEC / DEMTEC / PROENS

Curitiba, 27 de março de 2017.

Ao/A

Professor/a Kricie Kricianne Venturi

Diretora de Ensino e Desenvolvimento de Recursos Educacionais da EaD

Ao/A

Pedagogo/a/s da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis

A

Comissão responsável pela elaboração do PPC

Processo nº 23411.000969/2016-10

Referente a: () Abertura do Curso (x) Ajuste curricular

Projeto Pedagógico do Curso: Técnico em Segurança do Trabalho

Forma de oferta: () Concomitante (x) Subsequente

Volume: II

Itens de análise	Requisitos do item	Atendimento ao item		Folha	Observações
		Sim	Não		
1	1.1 Conforme IIP nº 18/2011 da PROENS/IFPR	x			



DEMTEC

2	Memorando	2.1	Com a indicação dos itens do PPC a serem ajustados e a(s) devida(s) justificativa(s), se tratar de proposta de ajuste curricular.	X		
3	Formulário atualizado	3.1	Conforme publicação na página virtual do IFPR > Menu Acadêmico > Ensino Médio e Técnico > Legislação > Orientações Projeto Pedagógico de Curso (PPC)	X		
4	Capa	4.1	Campus, local, ano	X		
5	Folha de rosto	4.2	Nome do curso de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, sem a forma de oferta	X		
6	Sumário	5.1	Names dos ocupantes dos cargos atualizados	X		
		6.1	Correspondência dos títulos e das páginas com o documento	X		
		6.2	Constam todos os itens, inclusive a relação dos anexos	X		
		7.1	Número do Processo	X		
		7.2	Eixo Tecnológico de acordo com Catálogo Nacional de Cursos Técnicos	X		
		7.3	Responsável pela Coordenação do Curso	X		
7	Identificação do Projeto	7.4	Endereço do campus	X		
		7.5	Resolução de Criação, se for PPC de ajuste	X		
		7.6	Nome do Coordenador do Curso integrada a Comissão de elaboração do PPC, assim como Pedagogo/a e Bibliotecário/a	X		
		8.1	Nível: Educação Profissional Técnica de nível Médio	X		
		8.2	Modalidade, se presencial ou a distância	X		



DEMTEC

8.3	Forma de Oferta, se subsequente ou concomitante	X				
8.4	Tempo de duração do curso em anos	X				
8.5	Turno de oferta conforme Documento DCNEB 2013, p. 26, 1º parágrafo e Decreto nº 7083/2010 – Programa Mais Educação: tempo parcial matutino ou tempo parcial vespertino ou tempo parcial noturno ou tempo parcial diurno (manhã e tarde) ou tempo integral (7h/dia em turno e contraturno ou turno único durante todo o período letivo)	X				
8.6	Horários de oferta do curso com início e término em seus turnos e dias de semana	X				
8.7	Carga horária total em hora relógio, mínimo de 800 ou 1.000 ou 1.200 horas, conforme Catálogo Nacional de Cursos Técnicos atualizado pela Resolução CNE/CEB nº 01/2014 e em atendimento ao disposto na Portaria SE-TEC/MEC nº 25/2015.	X				
8.8	Carga horária de estágio em hora relógio, sem compor a carga horária mínima do curso, porém, compondo a carga horária total do curso	X				
8.9	Número mín. e máx. de vagas de acordo com a natureza do curso, capacidade da sala de aula e em função da medida R.A.P. do T.A.M. 20/1.	X				
8.10	Ano de criação do curso, se for ajuste	X				
8.11	Requisitos de acesso ao curso: a escolaridade e o Processo Seletivo	X				

8 Características do Curso



DEMTEC

8.12	Tipo de Matrícula: por componente curricular/por módulo/por unidade curricular multidisciplinar/ ou por série.	X	
8.13	Regime Escolar (a duração dos períodos do curso): anual/semestral/modular	X	
8.14	Instituição parceira: se citada, apresenta Termo desse Convênio em anexo	---	O PPC não cita e não apresenta os Termos de Convênio devidamente assinados pelas partes de forma que a apreciação pela CEMTEC/DEMTEC/PROENS refere-se, exclusivamente, aos aspectos pedagógicos da proposta, sendo a oferta de responsabilidade da Diretoria de Educação a Distância.
9.1	Indicadores dos arranjos locais (produtivos, territoriais, culturais, educacionais, sociais); caracterização regional de aspectos relacionados à área profissional	X	
9.2	O processo de construção coletiva do curso	X	
9.3	Outras perspectivas além da mercadológica como a potencialização do ser humano, a construção e resgate da cidadania, a transformação social, a verticalização	X	
9.4	Otimização da infraestrutura física, dos quadros de pessoal e dos recursos equipamentos	---	
9.5	Os eixos tecnológicos já existentes no campus; itinerários formativos do estudante.	---	
9	<p>Estrutura e Funcionamento</p> <p>Justificativa da Oferta do Curso</p> <p>Construção textual que indique: razões, motivos, fatores geradores, ancorados em</p>		

DEMTEC

10	Objetivos do Curso	10.1	Consonância com a organização curricular do curso	X	
		10.2	Expressam ações do curso e não do estudante egresso	X	
		10.3	Apresentam prospecção à longo e médio prazo	X	
		10.4	Cada objetivo apresenta um resultado esperado	X	
11	Perfil Profissional de Conclusão	11.1	Conforme Catálogo Nacional de Cursos Técnicos	X	
		11.2	Coerência com as justificativas, os objetivos e com a organização curricular em suas estruturas, metodologias, matriz e ementas	X	
		11.3	Apresentação dos conhecimentos que o egresso deverá adquirir durante o curso e sua relação com as ações profissionais	X	
		11.4	Em consonância com a formação básica, se concomitante		
		11.5	Contempla as atribuições funcionais previstas na legislação específica referente ao exercício profissional fiscalizado	X	
		12.1	Concepção crítica, expressa em suas características, princípios, critérios conforme art. 24 da Lei 9.394/1996 – LDB, Resolução nº 54/2011 do IFPR e Portaria nº 120/2009 do IFPR	X	

DEMTEC

12	Avaliação da Aprendizagem	12.2	Certificação de Conhecimentos, mediante comprovação de domínio de conhecimento através de aprovação em avaliação para fins de avanço ou dispensa de frequência em Componentes Curriculares	X	122	A exigência de comprovação profissional na área em que o estudante solicita a certificação de conhecimentos anteriores não está prevista na Resolução CNE/CEB nº06/2012. Não pode, portanto, ser uma exigência para se obter a certificação.
		12.3	Aproveitamento de Estudos para fins de avanço ou dispensa de frequência em Componente Curricular	X	---	---
		12.4	Recuperação Paralela conforme Nota do CNE/CEB de 09 de setembro de 2013 sem computar na carga horária mínima do curso	X	118	Solicita-se a reescrita do texto referente a Critérios de Avaliação da Aprendizagem (folha 118) . Verificar a oferta de recuperação paralela para os estudantes que reproverem por falta. Neste caso não seria uma recuperação e sim uma reoferta do componente?
		12.5	Resultados em conceitos conforme Portaria nº 120/2009 do IFPR	X	---	---
		12.6	Progressão Parcial conforme Resolução nº 54/2011 e Portaria nº 120/2009 do IFPR	X	118	Consta na página 118 que os estudantes não aprovados (por conceito ou falta) poderão participar do Programa de Reoferta Especial de Componente Curricular, porém somente no período de realização do curso. Esta forma de realização fere o contido na Resolução nº54/2011 e na Portaria nº120 do IFPR. Solicita-se que seja anexada uma justificativa do porquê não é possível uma reoferta contínua dos componentes curriculares para que o CONSEPE possa avaliar.
		13.1	Lista nominal, descritiva e quantitativa dos itens já existentes no campus	X	---	---
13	Instalações e equipamentos, recursos tecnológicos e biblioteca	13.2	Lista nominal, descritiva e quantitativa dos itens a serem adquiridos pelo campus	---	---	---
		13.3	Conforme infraestrutura do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.	---	---	---

DEMTEC

13.4		Recursos específicos necessários para atendimento de estudantes com deficiências ou transtornos globais do desenvolvimento ou dificuldades de aprendizagem que o campus possui e que precisam ser adquiridos	X				
14.1		Já lotadas no campus ou em Termo de Cooperação	X				
14.2	Pessoas envolvidas:	A serem nomeados					
14.3	docentes	A serem concursados					
14.4	e técnicos	Professores convidados					
14.5		Professores substitutos					
14.6		Professores bolsistas (EaD)	X				
15	Descrição de diplomas e certificados a serem expedidos	Descrição do nome do curso e do eixo tecnológico	X				
16.1		Pressupostos Pedagógicos	X				
16.2		Orientações Metodológicas	X				
16.3		Descrição conceitual da matriz curricular, as razões da escolha dos componentes, carga horária e distribuição nas séries	X				
16.4	Organização Curricular	Descrição sobre tratamento dos Temas Transversais: 1) Prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente; 2) Segurança no Trânsito; 3) Educação Ambiental; 4) Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; 5) Educação em Direitos Humanos; 6) Educação alimentar e nutricional.	X				



DEMTEC

16.5	Presença do componente curricular complementar: "Exibição obrigatória de filmes de produção nacional" por no mínimo, 2 (duas) horas mensais, conforme Lei nº 13.006/2014	X			
16.6	Descrição das Atividades Complementares, se previsto				
16.7	Descrição do Trabalho de Conclusão de Curso, se previsto				
16.8	Descrição do Projeto Integrador, se previsto				
16.9	Descrição do Estágio supervisionado, se previsto				
16.10	Um componente curricular por linha				
16.11	40 semanas letivas relativas aos 200 dias letivos, se anual; ou 20 semanas letivas relativas a 100 dias letivos, se semestral				
16.12	Relação nº de aulas semanais/Horas-aula/Horas relógio				
16.13	Componentes Curriculares com o mínimo de 2 aulas semanais				
16.14	Presença de carga horária de Atividades Complementares, se previsto, sem indicativo de horas-aula, apenas de horas relógio.				
16.15	presença de componente curricular de "Orientação para TCC", se previsto TCC				
16.16	Presença de componente curricular de "Orientação para Projeto Integrador", se previsto Projeto Integrador				

Matriz Curricular

16



16.17	Presença de componente curricular de "Orientação para Estágio Supervisionado", se previsto Estágio Supervisionado/Obrigatório				
16.18	Componentes Curriculares eletivos ou optativos, se previstos				
16.19	Carga horária mínima dos cursos: 800, 1.000 ou 1.200 horas relógio, conforme Catálogo Nacional de Cursos Técnicos vigente	X			
17.1	Nome do componente curricular de acordo com a matriz	X			
17.2	Horas-aula de acordo com a matriz curricular	X			
17.3	Referências de acordo com IIP PROENS/IFPR nº 03/2014	X			
17.4	Seqüência das ementas de acordo com a seqüência exibida na matriz curricular	X			
17.5	Presença de todas as ementas.	X			
18.1	Portaria de nomeação da Comissão de elaboração do PPC, conforme inciso I do artigo 3º da IIP nº 18/2011 da PROENS	X			
18.2	Ata de Aprovação do PPC (abertura ou ajuste) pelo Colegiado do Curso				

17 Ementas dos Componentes Curriculares



DEMTEC

21	Formatação	21.3	Das citações	X	
		21.4	Das notas de rodapé	X	
		21.5	Das tabelas e gráficos		
		22.1	Se retorno, atendimento ao Parecer anterior		
22	Observações Gerais				

Parecer:

(x) Aguardando retorno de nova versão atendendo os itens acima.

() Favorável

() Desfavorável

Justificativa:

Hanny Paola Domingues

Hanny Paola Domingues
Pedagoga PROENS - IFPR
SIAPE 2170326

Ciente, de acordo

Amália de Pinheiro Magalhães
Amália de Pinheiro Magalhães
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
 Pró-reitora de Ensino
 Diretor de Ensino Médio e Técnico
 Matrícula SIAPE: 1802443

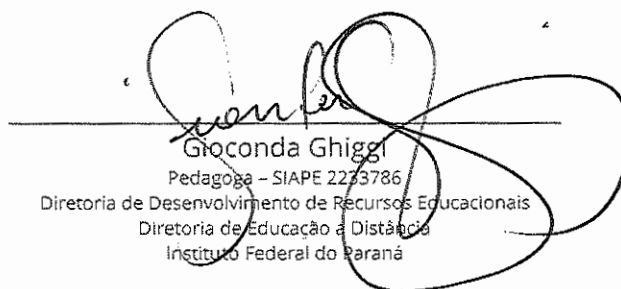


INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Encerra-se, nesta data, o 1º volume do Processo nº 23411.000969/2016-10, cujo objeto trata dos ajustes do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, o qual inicia na folha nº 01 e se encerra nesta folha nº 190.

Curitiba, 24 de abril de 2017.



Gioconda Ghiggi
Pedagoga - SIAPE 2233786
Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Educacionais
Diretoria de Educação a Distância
Instituto Federal do Paraná